



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

## **DISSERTAÇÃO**

**“O FOCO DE TODO MAL”: ESTADO, MÍDIA E RELIGIÃO NO  
COMPLEXO DO ALEMÃO**

**VINICIUS ESPERANÇA LOPES**

**2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

VINICIUS ESPERANÇA LOPES

**“O FOCO DE TODO MAL”: ESTADO, MÍDIA E RELIGIÃO NO**  
**COMPLEXO DO ALEMÃO**

*Sob a Orientação da Professora*

**Dr.<sup>a</sup> Carly Barboza Machado**

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais**, no  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais

Seropédica, RJ  
Março de 2014

364.98153

L864f

T

Lopes, Vinicius Esperança, 1981-

"O foco de todo mal": estado, mídia e religião no Complexo do Alemão / Vinicius Esperança Lopes. - 2014.

171 f.: il.

Orientador: Carly Barboza Machado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Bibliografia: f.156-166.

1. Segurança pública - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Favelas - Complexo do Alemão (Rio de Janeiro, RJ) - Teses. 3. Etnologia - Complexo do Alemão (Rio de Janeiro, RJ) - Teses. 4. Relações policiais - Comunidade - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. I. Machado, Carly Barboza, 1974- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**VINICIUS ESPERANÇA LOPES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Aprovada em:

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carly Barboza Machado (orientadora) - PPGCS – UFRRJ

---

Prof. Dr. Hélio Raymundo Santos Silva – UERJ (Professor Visitante)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Patricia Birman - PPCIS – UERJ (titular)

---

Prof. Dr. Edson Miagusko - PPGCS – UFRRJ (titular)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Pereira Leite - PPCIS – UERJ (suplente)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia Mattos Rocha - PPCIS – UERJ (suplente)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nalayne Mendonça Pinto - PPGCS – UFRRJ (suplente)

## **Agradecimentos**

À minha mãe, Marta Maria Esperança, que me educou e formou como ser humano, que me ensinou o humanismo e sempre me apoiou, mesmo nos mais “insanos” planos, como abandonar uma sólida carreira como bancário do Branco do Brasil para me dedicar à carreira acadêmica.

À Elaine Zeranze Bruno, amada esposa e companheira que, mesmo tendo aparecido na minha vida na reta final deste trabalho, foi fundamental para que o concluísse. Obrigado pela paciência, pela interlocução, pelo respeito e por ter me permitido tomar posse dos seus livros do Agamben, da Hannah Arendt e do Walter Benjamin.

À professora/orientadora Carly Barboza Machado que, verdadeiramente, soube ser orientadora, respeitando a individualidade e o trajeto de cada um, mas principalmente pela sensibilidade, paciência e humanidade com que soube encontrar dentro de mim aquilo que nem eu mesmo conseguia expressar. Nestes últimos dois anos, encontrei nela uma intelectual brilhante, uma estimulante interlocutora e uma amiga.

Ao amigo Vinicius Rodrigues Gonçalves, companheiro dos piores e melhores momentos da vida, pelas trocas, escutas e suporte. Este trabalho não seria feito sem sua amizade e ajuda no campo de pesquisa.

Ao professor Hélio Silva, orientador do embrião deste trabalho, quando fui seu aluno na Universidade Candido Mendes, e o etnógrafo que, quem sabe um dia, pretendo me aproximar de ser. Como um anão sobre o ombro de gigantes, aprendi o muito pouco que sei sobre ser etnógrafo nas aulas e na amizade do Prof. Hélio.

Aos professores Edson Miagusko e Patricia Birman, por tão prontamente terem aceito o convite para participarem tanto desta banca quanto da banca de qualificação. Suas observações feitas durante a banca de qualificação foram decisivas para o amadurecimento deste projeto.

Aos amigos Breno Seixas, Márcio Sampaio, Cleiton Maia e Narcisa Castilho: obrigado pelo apoio, pela companhia, pela fidelidade e carinho com que comemos, bebemos, rimos, debatemos, viajamos e trabalhamos juntos.

Às professoras Miriam Santos, Naara Luna e Luena Pereira, pela imensa contribuição acadêmica nos cursos que ministraram.

Aos professores Federico Neiburg e Fernando Rabossi, pelo curso “Economia

popular e formas contemporâneas de governo”, oferecido no Museu Nacional, ao qual cursei, e que contribui decisivamente para esta pesquisa.

Ao PPGCS-UFRRJ, pelo acolhimento, carinho e comprometimento na construção e execução deste programa.

À CAPES, pelo fomento à pesquisa, sem o qual seria impossível realizá-la.

Ao ISER, que teve a coragem de publicar meu primeiro artigo e por ter sido onde tanto cresci, amadureci e conheci pessoas admiráveis, tais como Pedro Strozemberg, Clemir Fernandes, Christina Vital, Raiza Siqueira e André Rodrigues, entre outros.

## Resumo

ESPERANÇA, Vinicius. **“O foco de todo mal”**: estado, mídia e religião no **Complexo do Alemão**. 2014. 171 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

O objetivo desta pesquisa é empreender, através de uma etnografia multissituada, uma análise de diferentes formas de ação do estado e seus agentes no conjunto de favelas do Complexo do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, desde a ocupação do “território” pelo Exército Brasileiro, de novembro de 2010 a junho de 2012, até o primeiro ano de funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora instaladas logo em seguida. Num primeiro momento, analisei diferentes narrativas e tentei reconstruir a partir de diferentes vozes a grande operação conduzida por instituições e agentes do estado, que culminou na ocupação militar dos Complexos do Alemão e da Penha. Apontei o quanto a imprensa exerceu notável contribuição na constituição de todo um cenário espetacular de medo e terror, e como a cobertura destes eventos foi efusivamente de apoio acrítico às operações dos agentes do estado, de tal forma que a cobertura jornalística se transformou numa propaganda do/de estado e suas ações. Após a grande operação de invasão/ocupação, o território foi ocupado militarmente pelo Exército Brasileiro. Analisei a forma como militares acionaram certas redes religiosas para contribuir em seu governo das populações locais, e como estas redes religiosas viram na aproximação com o exército uma oportunidade de participação em estâncias inéditas de decisão e poder. Após a saída do exército, o território do Complexo do Alemão passou a ser policiado por quatro Unidades de Polícia Pacificadora. Num primeiro momento, investiguei três situações aos quais considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm "atitudes suspeitas"; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território. Na segunda parte, fiz um recorte de gênero, no campo da masculinidade, a partir de observações do campo, discutindo a hipótese da feminização da segurança pública carioca.

**Palavras-chave:** Etnografia, Evento Crítico, Performance, Favela, Segurança Pública, Exército, Polícia, Religião, Gênero, Masculinidade, Estado.

## Abstract

ESPERANÇA, Vinicius. **“The focus of all evil”**: state, media and religion in **Complexo do Alemão**. 2014. 171 p. Dissertation (Master Science in Social Science). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

The objective of this research is undertaken through a multisited ethnography an analysis of different forms of state action and its agents in all of the slums of Complexo do Alemão, north of the city of Rio de Janeiro, since the occupation of " territory " by the Brazilian Army , November 2010 to June 2012, until the first year of operation of the Police Pacification Units installed shortly thereafter. At first, I analyzed different narratives and tried to rebuild from different voices major operation conducted by agents of the state institutions and that culminated in military occupation of the Complexo do Alemão and Complexo da Penha. Pointed out how the media has exercised outstanding contribution in setting up a whole spectacular backdrop of fear and terror, and how coverage of these events was effusively of uncritical support to the operations of the agents of the state, so that the news coverage has become a propaganda of the state and their actions. After extensive operation invasion/ occupation, the territory was militarily occupied by the Brazilian Army. Looked at how military triggered certain religious networks to contribute in his government of local populations, and how these religious networks viewed in approaching the army an opportunity to participate in decision unreleased offices and power. After leaving the army, the territory became policed by four Pacifying Police Units. At first, I investigated three situations to consider which symbolically relevant to understanding the tensions and resistances against approximations of local populations with certain agents of the state, the military police: the negotiation for the release of cultural events; police approaches to those who have "suspicious attitudes" and patrols conducted by GTPPs (Reverse Splits Tactical Proximity Police) in search of drugs and weapons through the alleys and lanes of the territory. In the second part, I made a cutout of gender in the field of masculinity, from field observations, discussing the possibility of feminization of Rio de Janeiro's public safety.

**Key Word:** Ethnography, Critical Event, Performance, Favela, Public Safety, Military, Police, Religion, Gender, Masculinity, State.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I: ETNOGRAFIA DO ETNÓGRAFO</b>	<b>20</b>
1.1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS	20
1.2 UM POUCO DE REFLEXIVIDADE	23
1.3 RISCOS DA PESQUISA	25
1.3.1 A pesquisa entre militares	25
1.3.2 Os riscos da pesquisa em seu segundo momento	33
1.3.3 Os riscos da pesquisa entre policiais	34
1.3.4 Riscos à integridade física do pesquisador	35
1.4 MAIS UM POUCO DE REFLEXIVIDADE	39
<b>CAPÍTULO II: A IMAGEM QUE FALTA</b>	<b>47</b>
2.1 SITUAÇÃO SOCIAL E EVENTO CRÍTICO	50
2.2 O QUE HÁ DE “NOVO” NESTE EVENTO?	51
2.3 AS MÚLTIPLAS VOZES	55
2.4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: UMA GENEALOGIA DO TRÁFICO A PARTIR DE MEMÓRIAS LOCAIS	56
2.5 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DO ESPETÁCULO A PARTIR DA MÍDIA E DOS AGENTES DO ESTADO	61
2.6 O HORROR NA VILA CRUZEIRO	69
2.7 O ESPETÁCULO DO ESTADO	74
2.8 A GUERRA QUE NUNCA HOUE	80
<b>CAPÍTULO III: O FUZIL E A CRUZ: PODER ARMADO E PODER DIVINO NO COMPLEXO DO ALEMÃO</b>	<b>86</b>
3.1 LAICIDADE, SECULARIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE	89
3.2 AS REUNIÕES RELIGIOSAS	91
3.3 O ‘FRACASSO’ DO PROJETO	97
3.4 AFINAL, O QUE FOI ESTE PROJETO?	103
3.5 O ÚLTIMO EVENTO	109
<b>CAPÍTULO IV: “AQUI ROLA MUITA SACANAGEM”</b>	<b>113</b>
4.1 “BRINCANDO DE GATO E RATO” NO COMPLEXO DO ALEMÃO: UPPs, “ESTICAS” E “ACORDO DE CAVALHEIROS” NA NOVA BRASÍLIA E NO ALEMÃO	114

4.1.1 Dispositivos, performance e as margens do estado	116
4.1.2 As negociações para liberação de eventos na favela	121
4.1.3 As abordagens policiais	123
4.1.4 “Brincando de gato e rato”: o policiamento de “pouca” proximidade pelos becos e vielas da Nova Brasília	124
4.1.5 Os TROs na Nova Brasília	130
4.1.6 Da “ <i>porrada no favelado</i> ” ao “ <i>os donos do morro são os moradores, não é a gente</i> ”: percepções sobre o policiamento de pouca “proximidade” no Morro do Alemão	133
4.1.7 Os TROs no Alemão	136
4.2 “UPP É COISA DE VEADINHO”: A QUESTÃO DA “FEMINIZAÇÃO” DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO	137
4.2.1 Masculinidades	139
4.2.2 A arma como símbolo de status social e da virilidade masculina	141
4.2.3 Segurança pública é coisa de homem	142
4.2.4 A feminização do inimigo	144
4.2.5 Considerações sobre as mulheres policiais das UPPs	145
4.2.6 A feminização da Segurança Pública?	147
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO</b>	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é empreender uma análise de diferentes formas de ação do estado e seus agentes no conjunto de favelas do Complexo do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, desde a ocupação do “território”<sup>1</sup> pelo Exército Brasileiro, de novembro de 2010 a junho de 2012, até o primeiro ano de funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora instaladas logo em seguida.

### O Complexo do Alemão

O assim chamado Complexo do Alemão é um conjunto de quinze favelas<sup>2</sup> (Itararé, Joaquim de Queiróz, Mourão Filho, Nova Brasília, Morro das Palmeiras, Parque Alvorada, Relicário, Rua 1 pela Ademas, Vila Matinha, Morro do Piancó, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Estrada do Itararé, Morro do Alemão e Armando Sodré), situadas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e considerada, desde a década de 1980, uma das regiões mais perigosas e violentas da cidade<sup>3</sup>. O Complexo possui uma área de cerca de 1.770.631 m<sup>2</sup> e aproximadamente 60.583 moradores em 18.442 domicílios.<sup>4</sup> O termo “Complexo” passou a ser utilizado nos anos 1990 e tinha forte ligação com o fato de a facção de narcotráfico Comando Vermelho controlar toda esta área e, a partir do traficante Orlando Jogador, ter somente um comando. Moradores antigos contam que não havia esta ideia de unidade e que cada morro tinha sua própria

---

<sup>1</sup> Reconheço que chamar a região de “território do Complexo do Alemão” pode reforçar a exclusão e a estigmatização históricas daquelas favelas, já que o termo não é usado para tratar de outras regiões da cidade. Por exemplo, fala-se de “região”, “jurisdição” e “zona” quando se trata de outras regiões da cidade como Barra da Tijuca, Leblon ou Jacarepaguá. Contudo, já que este trabalho se propõe a analisar a ação do estado e os agentes e instituições do estado se utilizam amplamente do termo, resolvi adotá-lo, sempre entre aspas.

<sup>2</sup> Discute-se muito esta divisão em quinze favelas. Decidi adotar a divisão utilizada pela UPP Social em seu site: <http://uppsocial.org/>

<sup>3</sup> Sem desprezível o quanto a região é marcada pela violência, o que se faz notório na memória de seus moradores, não se pode perder de vista que parte desta violência é uma construção midiática que se intensificou consideravelmente após o assassinato do jornalista de Tim Lopes e parte um discurso de Estado para justificar as incursões da polícia e, por fim, da Força de Segurança Nacional.

<sup>4</sup> Dados do Censo 2010, intensamente questionados e disputados pelas organizações locais, que falam de números bem maiores, como 100 mil moradores.

vizinhança e eram considerados quase como diferentes bairros. Muitos resistem a usar o termo e continuam se referindo somente ao morro em que moram, por exemplo, “*moro no cabritos*”, “*moro na Fazendinha*” ou “*moro no Alemão*”. Cada um destes morros que passou a compor o Complexo do Alemão tem sua própria história de ocupação e suas peculiaridades. Quando decido adotar o termo “Complexo” faço uma escolha metodológica e justifico por duas razões. Primeiro, os agentes do estado tratam a região como um grande bairro subdividido em áreas e suas políticas são as mesmas. Segundo, a ideia do “Complexo” traz forte carga de significado e até de construção de identidade, especialmente dos moradores mais jovens, e isto não deve ser ignorado.

A mais conhecida das favelas é o Morro do Alemão, erguida sobre a Serra da Misericórdia. O nome se refere ao imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz, que, na década de 1920, comprou estas terras que, antes, eram uma área rural da Zona da Leopoldina. A região se valoriza a partir da construção da Avenida Brasil, na década de 1940, quando a área em torno da imensa avenida se transformou no principal polo industrial do então Distrito Federal<sup>5</sup>. A ocupação, entretanto, começa mais fortemente na década de 1950, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes.

Alguns eventos ocorridos no local foram noticiados em todo o país e contribuíram para as representações sociais de violência do Complexo<sup>6</sup>. Em 1994, o assassinato de Orlando Jogador, um dos fundadores da facção criminosa Comando Vermelho<sup>7</sup>, pelo seu rival Uê, líder da facção Terceiro Comando, à época preso no Presídio de Bangu.

Em 2002, meses após ter recebido o prêmio Esso de jornalismo por uma reportagem que denunciava o tráfico de drogas a céu aberto na região, o jornalista Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, foi pego na tentativa de realização de uma reportagem que denunciaria a venda de drogas e a exploração sexual de menores de idade em bailes funk da região, “julgado”, torturado e assassinado por ordem do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, um dos

---

<sup>5</sup> A decadência, com o conseqüente fechamento da maioria das fábricas, deste polo é apontada como uma das razões do empobrecimento da região.

<sup>6</sup> Conforme observou pesquisa patrocinada pela FAPERJ, com o apoio do ISER, em colaboração com o Departamento de Ciências Sociais da UERJ, no ano de 1992, as reações generalizadas na opinião pública à criminalidade violenta atuam como fator de agravamento da situação (SOARES org., 1996, 230). Os principais motivos são: a intensificação do medo em seu caráter simultaneamente objetivo e subjetivo; a prevenção através da agressão defensiva antecipada; e, por fim, disseminação da cultura do medo como uma manifestação da “degradação” ou da “decadência” do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> Sobre as origens desta organização criminosa, ver a obra de Carlos Amorim (AMORIM, 1993).

líderes do Comando Vermelho. A fim de ocultar o cadáver, foi usado aquilo que recebeu o apelido de “microondas”, quando o corpo é esquartejado e queimado. Seu corpo, entretanto, foi identificado por DNA e os supostos responsáveis foram presos após forte repercussão midiática e da opinião pública.

Em dezembro de 2008, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou a região, área de atuação do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, e lançou o projeto “Territórios de Paz”.

A região voltou a ser centro dos noticiários nacionais e internacionais em novembro de 2010, quando, no dia 25, o BOPE<sup>8</sup>, o CORE<sup>9</sup> e o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, em verdadeira operação de guerra, com cerca de 500 homens, “retomou”<sup>10</sup> o controle da Vila Cruzeiro, então sob “controle” do Comando Vermelho. Os narcotraficantes fugiram<sup>11</sup>, então, para o Complexo do Alemão, e pressionados à rendição e fuga por outra operação nesta localidade, a partir do dia 27 de Novembro. Desta vez, devido a maior dificuldade do terreno e tamanho da região, o BOPE teve auxílio de um maior número de instituições, que compunham a chamada Força de Segurança Nacional<sup>12</sup>, que em menos de duas horas ocupou o Complexo, prendendo cerca de trinta traficantes e apreendendo armas e drogas. Desde então, a região foi ocupada pelo Exército Brasileiro, que permaneceu no território até junho de 2012, quando foram instaladas as seguintes Unidades de Polícia Pacificadora: UPP Fazendinha, UPP Nova Brasília, UPP Alemão e UPP Adeus/Baiana.

---

<sup>8</sup> Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Termo usado em situações de conflito bélico e estratégias de guerra pelas Forças Armadas e largamente usado pelas autoridades à época do conflito. Por exemplo, palavras do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, em entrevista ao Jornal Nacional, que foi ao ar em 26 de Novembro de 2010: *“Eu posso garantir à população que nós estamos atentos, que é um ato de desespero, de desarticulação desses criminosos que estão perdendo território e que estão vendo o enfraquecimento não só territorial, mas de seus negócios ilícitos. Nós vamos continuar com a mesma política de retomada de territórios.”*

<sup>11</sup> Ficou marcada a impressionante cena, noticiada ao vivo pela Rede Globo de Televisão, de dezenas de traficantes fugindo pela mata.

<sup>12</sup> Além das já citadas instituições, era também composto por policiais federais, o Batalhão de Polícia Florestal e o exército, através da Brigada Paraquedista.

## **Antropologia em movimento**

“Se você quiser escrever sobre a sociedade, terá de conhecê-la em primeira mão, e, em particular, terá de saber sobre os lugares acerca dos quais as pessoas respeitáveis têm pouca experiência: “o dancing, os conjuntos habitacionais, as marchas de protesto, a gangue de jovens e os lugares escuros que a maioria de nós conhece apenas como insinuações obsedantes do possível” (Becker, 2007, p. 35)

Para poder compreender os processos de mudança e permanência que têm se configurado no território, estabeleci múltiplas redes e conexões de observação e participação que se ligam entre si e me ligam ao Complexo. Desta forma, posso encontrar vários “Complexos do Alemão”: aquele dos moradores de cada uma das diferentes favelas que o formam; aquele construído pelo imaginário e retórica cristãos; aquele ocupado pelo Exército e visto/gerido de uma determinada forma por uma instituição militar; aquele das organizações não-governamentais locais; aquele do policiamento de “proximidade” das UPPs; aquele dos diferentes discursos do(s) estado(s); aquele dos defensores dos direitos humanos; aquele construído pelas mídias de grande circulação; aquele construído pelas mídias locais. Minha etnografia se desenvolve multiplamente em todas estes locais físicos, imaginários e/ou virtuais e seus respectivos sistemas de conhecimento.

A Rua Canitar, entretanto, não é o lugar onde construí minha cabana de observador, mas funciona como uma referência fundamental e local para o qual constantemente me conduzi. O trabalho de campo se metamorfoseou em multissítios e multissituações enquanto tentei responder a uma pergunta: “mas afinal o que está acontecendo no Complexo do Alemão?”. A fim de cumprir este objetivo, circulei por dentro do exército, da polícia, das igrejas, das ONGs, das reuniões da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, das reuniões comunitárias, das casas dos moradores, dos eventos públicos, e outros que configuram os vários “sítios” desta pesquisa. Comi e bebi nos bares, restaurantes e biroskas do Complexo; assisti a shows, cultos e jogos de futebol. Vi novela e li tudo que consegui armazenar sobre o assunto. Participei de reuniões com pesquisadores de diferentes áreas cujo tema é o Complexo do Alemão. Passei muitas horas na internet fazendo um clipping de todas as notícias veiculadas

sobre o assunto, desde 2007 até o ano de 2013.

A análise do discurso e do relato oral também assumiu vital importância para o trabalho. Tento captar o não explícito, quem sabe o indizível. Tenho consciência de que me utilizo das partes do relato que servem aos meus objetivos (Queiroz, 1988), mas também tenho sido diversas vezes surpreendido por nuances e direções que jamais havia pensado anteriormente<sup>13</sup>. A multiplicidade de redes reflete fundamentalmente nos tipos de informantes. São soldados –oficiais ou não, policiais –de alta patente ou não, religiosos, líderes comunitários, agentes do Estado, pesquisadores, políticos, traficantes e ex-traficantes, comerciantes, e gente que não é nada disso. Estes relatos quase sempre tratam daquilo que ocorreu no passado, logo a função da memória ganha importante papel e também é problematizada. Reconheço, assim, que o presente etnográfico que construo não é definido pela simples narrativa histórica, mas pela memória, com seus traços distintivos e processos fragmentados.

Parte dos relatos que obtive foram fruto de conversas informais e observação de campo. Outra parte deveu-se a entrada institucional que tive como pesquisador de um instituto de pesquisa. Mesmo com um tipo de entrada mais formal, jamais me utilizei do recurso do gravador ou do questionário. Procurei a todo momento “quebrar o gelo” e não seguir roteiros pré-definidos. As melhores falas, os melhores relatos, só surgiram após algum tempo de interlocução no trabalho de campo, quando as pessoas com quem conversei se sentiram mais à vontade para narrar aquilo que não fazia parte de seus discursos institucionais. Assim, o resultado final aponta para uma “desformalização” das narrativas mesmo quando a entrada se deveu a algum tipo de formalidade. Sei que minha posição como interlocutor jamais deixou de ser determinante para cada relato, mas considero também que a forma como era visto por meus interlocutores não deve ser tratada como uma posição fixa, onde não há espaço para cessões ou maleabilidades.

O conceito de etnografia multissituada (Marcus, 1998) surgiu nesta etnografia no “meio do caminho” e foi como um alívio a acalmar a angustiada falta de ortodoxia enográfica que atribuía a mim mesmo. No capítulo em que trato mais detalhadamente de questões metodológicas trarei uma discussão sobre este aspecto, mas posso adiantar, de forma introdutória, que este conceito deu conta da multiplicidade de entradas, situações, posições e relações que estabeleci em dois anos de trabalho de campo.

---

<sup>13</sup>Deber (1986)

Três textos são de fundamental importância na análise do discurso de agentes do Estado: I. “Liberdade para o Alemão: O Resgate de Canudos” (2012), escrito pelo Ex-Comandante Geral da Polícia Militar à época da operação, Coronel Mário Sérgio de Brito Duarte; II. “Força de Pacificação: Os 583 Dias da Pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão” (2012), escrito por Carlos Alberto de Lima, oficial da reserva do Exército Brasileiro; III. “A retomada do Complexo do Alemão” (2014)<sup>14</sup>, escrito a três mãos, por três diferentes estâncias de agentes do estado, Rogério Greco (Procurador de justiça), André Monteiro (BOPE) e Eduardo Maia Betini (Policial federal).

Assim, conforme sugeriu Queiroz (1992), faço o qualitativo figurar abertamente no trabalho, na apresentação das proposições teóricas, e retorno com ele ao primeiro plano na exposição das interpretações, discussões e possíveis generalizações. Em suma, para tais resultados serem alcançados numa etnografia multissituada, faz-se necessária uma abordagem multimetódica que inclui observação participante; conversas mais ou menos formais, dependendo da ocasião e da posição que ocupava como interlocutor; pesquisa em periódicos, arquivos e relatórios de agentes do Estado; pesquisa em mídia televisiva e impressa.

A revisão bibliográfica adquire fundamental importância no diálogo entre o campo e a teoria. Para tanto, insiro-me e faço-me devedor de ricas e diferentes tradições em pesquisas antropológicas e sociológicas.

Antes de tudo, preciso definir que meu campo é a cidade. A cidade é um dos principais palcos para se tentar compreender as sociedades modernas contemporâneas (Velho, 2009; Simmel, 1987). Os antecedentes de uma antropologia urbana foram bem definidos por Magnani (1996), que ressalta a importância seminal da “Escola de Chicago” para o desenvolvimento da mesma. Louis Wirth, um de seus principais autores, traz uma relevante definição de cidade, já nos anos de 1930, “*para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos*” (in VELHO, 1987).

Magnani (Idem, p. 25) caracteriza o fazer etnográfico na cidade como:

---

<sup>14</sup> Ele vem com referência do ano de 2014, como informa sua contracapa, mas foi adquirido no final de 2013.



“o duplo movimento de mergulhar no particular para depois emergir e estabelecer comparações com outras experiências e estilos de vida- semelhantes, diferentes, complementares, conflitantes- no âmbito das instituições urbanas, marcadas por processos que transcendem os níveis local e nacional”.

Algumas autoras me ajudaram a pensar este cenário urbano, especialmente Patricia Birman, cujo artigo “Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no rio de janeiro” (2012), contribuiu decisivamente na reflexão sobre aquilo que a autora chama de “as clivagens, as alianças, os embricamentos e separações entre os domínios do secular e do religioso” (p. 210).

Sobre favelas cariocas, faço-me valer da contribuição dos fundamentais trabalhos de: Machado da Silva (1967, 2004 e 2008), quanto à política, violência e rotina na favela, além do conceito de “sociabilidade violenta”, como uma radical transformação de qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns; Alba Zaluar (2000), cuja etnografia na favela da Cidade de Deus já é um clássico, bem como o conceito de ethos guerreiro; Machado da Silva e Marcia Leite (2007), quanto ao que os favelados dizem e pensam sobre a violência; Marcos Alvito (2001), cuja etnografia no complexo de favelas de Acari traz profunda contribuição à análise do Complexo do Alemão; Licia Valladares (2005), traz necessária revisão histórica das favelas cariocas e suas representações sociais; Michel Misse (1995, 1999 e 2007), quanto à violência, criminalidade, ilegalismos e seu destacado conceito de “mercadoria política”; Zaluar e Alvito (2006), trazem importante coletânea de textos que marca o primeiro século de existência das favelas cariocas; Patricia Birman (2008), contribui quanto à discussão se favela é comunidade; Christina Vital (2009), fundamental no pioneiro trabalho de pesquisa que relaciona pentecostalismo e tráfico de drogas, além de estimulante interlocutora em projetos e debates comuns no ISER. Se nem todos estes autores aparecem explicitamente na etnografia, reconheço que são fundamentais para a construção de minha própria concepção de favela, aproximando-me ou afastando-me deles.

Autores que tratam da religião no espaço público são também de vital importância. Talal Asad (1993), sobre a formação do secular e a (im)possibilidade de uma definição de religião; Peter Berger (2000), a tratar da dessecularização do mundo; Joanildo Burity (2001), que trata da desinstitucionalização e deslocamento da religião

no espaço público; Jose Casanova (2010), sobre a questão religiosa na moderna democracia europeia; Clifford Geertz (2001), traz importante revisão sobre suas consagradas posições; Carly Machado (2010), sobre dimensões morais, políticas e religiosas dos projetos de pacificação na cidade do Rio de Janeiro; Patricia Birman e Carly Machado (2012), tratam de evangélicos, mídia e periferia; Ricardo Mariano (2011), sobre apropriações “à brasileira” da laicidade; Paula Montero (2012), trata de controvérsias religiosas no espaço público; Cesar Pinheiro Teixeira (2009), sobre a construção social do ex-bandido converso ao pentecostalismo; Emerson Giumbelli (1997, 2002 e 2008), trata das controvérsias religiosas no espaço público, secularização e laicidade.

Celso castro (2004), Piero Camargo Leirner (1997), George R. Lucas, Jr. (2009) e David H. Price (2011) trazem importante contribuição na área da antropologia dos militares.

Alguns outros autores foram também de importante contribuição na utilização de minhas ferramentas de análise: Veena Das (1996), e seu conceito de evento crítico, ferramenta de análise que utilizei em todo um capítulo; Veena Das e Deborah Poole (2004), com a concepção do estado como produtor das “margens” a quem ele próprio se põe a combater; Victor Turner (1987 e 2005), e a questão da antropologia do ritual e da performance, que torna-se ferramenta analítica essencial de pelo menos um capítulo; Max Gluckman, traz o importante conceito de “situação social”; Ervin Goffmann (2007), através dos conceitos de “representação” e “fachada”.

Michel Foucault (2008), através do conceito de “governamentalidade”, como gestão moral de certas populações em determinados territórios tendo a pastoral cristã medieval como seu principal antecedente histórico; Giorgio Agamben (2004), em sua análise sobre estado de exceção; Clifford Geertz (1980), quanto ao estado-teatro. Cada um destes contribuiu a sua maneira para que este trabalho tivesse a cara que tem.

### **Enfim, a cara deste trabalho**

No primeiro capítulo, lanço um olhar sobre as subjetividades envolvidas na construção desta etnografia, assim a pessoa do etnógrafo torna-se objeto de análise, tanto quanto suas diferentes posições estabelecidas como interlocutor no campo de

pesquisa. Faço também uma análise dos riscos envolvidos na pesquisa e qualifico o tipo de etnografia construída como uma *etnografia multissituada*.

No segundo capítulo, analiso diferentes narrativas e tento reconstruir a partir de diferentes vozes a grande operação conduzida por instituições e agentes do estado, que culminou na ocupação militar do Complexo do Alemão.

No terceiro capítulo, construo um olhar analítico à aproximação e parceria do exército com algumas redes religiosas cristãs locais. A forma como militares acionaram certas redes religiosas para contribuir em seu governo das populações locais, e como estas redes religiosas viram na aproximação com o exército uma oportunidade de participação em estâncias inéditas de decisão e poder, torna-se assim o centro a partir do qual foi construída a etnografia deste período. Apresento, nesta seção, como atores religiosos, especificamente ligados às redes evangélicas pentecostais, tiveram importante protagonismo naquilo que foi chamado de “pacificação” do Complexo do Alemão e como foram acionados pelos agentes do estado para serem aliados neste processo.

No quarto capítulo, analiso formas pelas quais os agentes do estado gerem a nova forma de ocupação do território<sup>15</sup> através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Entendo a ação destes agentes como determinadas por dispositivos de controle que objetivam uma gestão moral da vida e do cotidiano das populações locais, que vai além do controle das armas e da repressão ao tráfico de drogas<sup>16</sup>. Na primeira parte, investigo três situações aos quais considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm “atitudes suspeitas”; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território. Na segunda parte, faço um recorte de gênero, no campo da masculinidade, a partir de observações do campo. Desta

---

<sup>15</sup> Reconheço que chamar a região de “território do Complexo do Alemão” pode reforçar a exclusão e a estigmatização históricas daquelas favelas, já que o termo não é usado para tratar de outras regiões da cidade. Por exemplo, fala-se de “região”, “jurisdição” e “zona” quando se trata de outras regiões da cidade como Barra da Tijuca, Leblon ou Jacarepaguá. Contudo, já que este trabalho se propõe a analisar a ação do estado e os agentes e instituições do estado se utilizam amplamente do termo, resolvi adotá-lo, sempre entre aspas.

<sup>16</sup> O Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, declarou a um jornal britânico: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão. (...) o que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (in Rodrigues e Siqueira, 2012, p. 10)

forma, pretendo entender alguns aspectos que considero vitais para a discussão dos dispositivos acionados pelo estado na ocupação e gestão das populações faveladas em território sob controle das UPPs.

No início da pesquisa, esforcei-me numa forma de aproximação e construção do trabalho de campo que privilegiava uma tradição mais clássica da etnografia, proposta, entre outros por Malinowski (1976) e Evans-Pritchard (2008). Procurei, por alguns meses, local para morar dentro do campo e tentei passar a maior parte do tempo dentro do território que, até então, considerava como meu “campo”. Por dias seguidos, parava o carro numa das ruas principais do Complexo e lá passava todo o dia. Fazia as refeições e até, por um mês inteiro, pratiquei exercícios físicos numa academia de musculação local. A dificuldade em encontrar moradia me inquietava. Parecia que o trabalho de campo só seria completo após morar lá. Possivelmente, ainda havia resquícios em ver aquelas pessoas e a forma que viviam como “exóticas”. Por mais que buscasse o “estranhamento” do normal e do cotidiano durante o tempo que passava por lá, demorei a perceber que meu interesse não era exatamente nisso. Não poucas vezes, achei que meu foco era difuso e que o santo graal estava para ser descoberto. As estimulantes conversas que tive com a Professora Carly Machado foram fundamentais para que percebesse que, na realidade, meu foco esteve sempre em ação, mas era um multifoco, e que meu campo não era um território geográfico somente, mas que desenvolvia aquilo que, nas palavras de George E. Marcus (1995,1998) e Scarangella (2007), seria uma etnografia multissituada.

Os padrões clássicos da etnografia, como quintessência da pesquisa antropológica, envolvem a observação participante e entrevistas que deveriam ocorrer durante um relativamente extenso período de tempo, idealmente de um a dois anos pelo menos, em que o antropólogo deve conviver com seus “nativos”, em seu habitat “natural” a fim de ser capaz de “reproduzir” seus pontos-de-vista, instituições e estrutura social. Sem entrar, todavia, nas diversas críticas, reconsiderações e reestruturações do fazer antropológico ocorridas, especialmente a partir dos anos 1970 e 1980, vale destacar que conceitos como “cultura”, “nação”, “identidade”, entre outros, sofreram profundas transformações. O “campo” não permaneceu incólume a um mundo globalizado traspassado por novas mobilidades e profundas transformações nas formas de comunicação e sociabilidade.

Marcus (1998, p. 90) afirma que a pesquisa multissituada é projetada em torno

de correntes, caminhos, tópicos, conjunções ou justaposições de locais nos quais o etnógrafo estabelece algum tipo de presença física, literal, com uma explícita, postulada lógica de associação ou conexão entre locais que, de fato, definem o argumento do etnógrafo. Assim, seria um reavivamento da sofisticada prática do construtivismo russo, que surgiu num momento de profunda transformação social no período próximo à revolução.

Assim, o Complexo do Alemão transfigura-se, na etnografia, de uma localidade, um conjunto de favelas, para um tema de ampla discussão que envolve diferentes instituições, redes de relacionamentos, eventos públicos seculares e/ou religiosos.

Para Marcus (1998), o desenvolvimento de estratégias multissituadas no fazer etnográfico, assim como descobrir e definir mais complexos e surpreendentes objetos de estudo, é uma importante forma de expandir o significado e o poder do conhecimento etnográfico, enquanto muda a forma de fazer etnografia. Estas mudanças envolvem tanto a escrita etnográfica quanto as formas de buscar e conduzir o trabalho de campo. Este imaginário multissituado se presta a moderação na tendência à superteorização apresentada pela etnografia contemporânea. Isto se dá quando foca sua atenção em mapear os complexos espaços nos quais o trabalho de campo se move. Assim, esta forma de fazer etnografia tende a desafiar e complicar, de uma forma positiva, a hiperênfase em situar as posições do sujeito por justaposição e dispersão através da investigação conduzida em espaços sociais mais complexos do que as muitas recentes variações da teoria pós-estruturalista da cultura e da identidade têm permitido. A etnografia multissituada oferece também a oportunidade de deslocar o etnógrafo da forte filiação tradicional a um grupo de sujeitos através dos quais o trabalho de campo é reposicioná-lo em e entre grupos em direta, indireta e até mesmo cega oposição.

Pude, nesta etnografia, estar, como observador participante, dentro de instituições tão distintas como o exército e a polícia militar. Observei as relações que seus agentes construíram e estabeleceram com religiosos, lideranças locais e simples moradores. Observei como houve justaposição de papéis quando o exército se aproximou de grupos religiosos a partir de objetivos bem específicos. Pesquisei formas como a grande operação de ocupação inicial do território foi apropriada por diferentes grupos. Pesquisei como grupos locais reagiram a esta operação e a posterior ocupação e como enxergam a possibilidade de um “governo da polícia”. Minha referência, a partir da qual circulo entre diferentes locais, instituições e pessoas é o Complexo do Alemão.

Este se configura, nesta pesquisa, não como um território somente, mas como uma temática.

Não tenho a pretensão de esgotar qualquer tipo de análise e, durante toda a realização deste trabalho de campo e na escrita etnográfica, tenho a plena consciência de que aquilo que apresento será sempre uma visão *parcial* dos processos de transformação e permanência que têm se dado no Complexo do Alemão. Abro mão do desejo teológico e teleológico da totalidade. O que faço é esboçar fragmentos do real que são arranjados de acordo com um projeto muito particular, justificado a todo o momento nesta escrita. Estas justificativas talvez sejam tão importantes quanto os próprios fragmentos. Estes fragmentos são relacionados através de uma lógica interna, racional, mas com uma racionalidade própria.

Reconheço, nesta etnografia, seu caráter dialógico que a torna uma operação reflexiva. Enquanto foi realizado o trabalho de campo e durante a escrita etnográfica, não somente visões, concepções e ênfases foram mudando, mas também a própria pessoa do etnógrafo mudava junto. Por isso, penso que o texto possui a qualidade chamada por Marcus (1998) de “textos confusos”. Para ele, textos confusos possuem um senso do todo, mas sem a pretensão da totalidade; e são confusos porque insistem em serem incompletos e abertos, tem dificuldade em levar a análise a um fechamento. Este caráter aberto frequentemente marca este comprometimento com a ética do diálogo e do conhecimento parcial, além da necessidade da crítica ao trabalho. Outra marca, e esta penso ser a mais importante, é que o seu aparato conceitual é aplicado e utilizado com a hesitação de se assumir a autoridade conceitual ou analítica por decreto.

Busco a multiplicidade de vozes e a justaposição de visões sobre o mesmo objeto. Olho para o discurso, as representações e as ações mais díspares, sejam dominantes, oprimidas, residuais, emergentes, vitimizadas. Comparo opostos e, a todo momento, procuro a riqueza, a complexidade e a beleza do olhar que abdica da pretensão demoníaca de tudo enxergar.

## **CAPÍTULO 1**

### **ETNOGRAFIA DO ETNÓGRAFO**

O objetivo deste capítulo é lançar um olhar sobre as subjetividades envolvidas na construção desta etnografia, assim a pessoa do etnógrafo torna-se objeto de análise, tanto quanto suas diferentes posições estabelecidas como interlocutor no campo de pesquisa e seus respectivos riscos.

#### **1.1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS**

Fui espectador das internacionalmente veiculadas imagens da fuga de traficantes da favela vizinha da Vila Cruzeiro para o Complexo do Alemão, mas jamais havia estado no local. O assunto era bastante debatido nas classes de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes<sup>17</sup>, onde estava por me formar no ano seguinte. Um colega de turma, pastor evangélico e morador do Complexo, trazia sempre novas notícias sobre os eventos desencadeados desde a ocupação do Exército. Meu interesse pela pesquisa, contudo, só foi despertado no mês de outubro, do ano de 2011, quando precisei entregar trabalho de conclusão da disciplina “Laboratório de Pesquisa Etnográfica”, lecionada pelo Prof. Hélio Silva, também meu orientador de monografia. Sem conseguir desenvolver um projeto anterior sobre festas populares, soube por um amigo, capelão militar, que o Exército estaria

---

<sup>17</sup> No ano seguinte, tornou-se IUPERJ.

promovendo reuniões com líderes religiosos dos Complexos do Alemão e da Penha. Interessado pela questão, perguntei se poderia participar como observador, sem imaginar os desdobramentos que minha presença naquela primeira reunião teriam, tanto na vida pessoal quanto para minha formação como antropólogo.

Devo a este amigo capelão, a quem devo preservar o nome, e chamar de Tenente Lucio, a enorme facilidade inicial que tive ao entrar no campo. Ele estava envolvido na organização destas reuniões promovidas pelo Exército. Pude acompanhá-lo em diversas visitas a líderes religiosos, a fim de convidá-los a participar das reuniões, assim como estive presente nelas. Fui apresentado como *pesquisador*, mas meu passado como pastor protestante e formação como teólogo também foram usadas como moeda que facilitou a entrada e ajudou a diminuir a desconfiança histórica que o Exército Brasileiro possui em relação a cientistas sociais. Obtive carta de apresentação da Universidade Candido Mendes, que me apresentava como estudante e pesquisador do tema. Esta carta foi entregue ao Padre Capelão responsável pela condução das reuniões, a quem passo a chamar de Padre Jeferson. Na ocasião, estive em sua sala no Palácio Duque de Caxias<sup>18</sup>. Ele a leu atentamente. Tenente Lucio enfatizou que eu também era teólogo. Fui, então, aceito como pesquisador e autorizado a acompanhar este processo de aproximação do Exército com as redes religiosas locais.

Durante a escrita deste capítulo, lendo textos de Celso Castro, sobre seu trabalho de campo com militares, e recordando eventos passados, especialmente as longas conversas com minha orientadora de mestrado, Profa. Carly Machado, fui acometido por uma avalanche de percepções e *insights* cuja intensidade e descrição confesso ser pouco talentoso para descrever. Tentarei exemplificar.

No final do ano de 1995, aos quatorze anos de idade, fui a um cinema de shopping center, acompanhado de minha mãe, assistir ao filme americano de suspense “Os Suspeitos” (*The Usual Suspects*, 1995, de Bryan Singer). Num dos finais-surpresa mais bem construídos do gênero, o personagem do ator Chazz Palminteri, um detetive policial, evoca mentalmente diversos pequenos detalhes de uma narrativa sobre determinado evento criminoso. Numa tempestade de lembranças e associações, descobre que acabara de soltar, provavelmente para nunca mais encontrá-lo, o assassino em série e notório criminoso que motivou toda a investigação e o enredo do filme. O vilão, que se apresentava como um sujeito coxo e meio retardado, é desvelado como o

---

<sup>18</sup> Prédio de grandes proporções localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, ao lado do terminal ferroviário Central do Brasil, e que abriga o Comando Militar do Leste.



construtor de toda a narrativa que assistimos, e vai embora livre, ajeitando os pés tortos, que agora funcionam perfeitamente, e nos entrega um sorriso vitorioso, que nos faz entender aquilo que parece um grande golpe: a narrativa que nos envolveu por duas horas foi uma construção totalmente enviesada. Senti-me, em parte, como o detetive, quando o fluxo de descobertas o desconcerta e faz com que derrube sua caneca de café<sup>19</sup> e, em parte, como o narrador, que pega a todos de surpresa, “jogando na cara” aquilo que, no fundo, sabemos, mas preferimos ignorar: que *a narrativa é uma construção parcial, enviesada e comprometida do seu autor*, assim como a etnografia construída pelo antropólogo.

Em Antropologia, pelo menos desde os anos 1960, temos consciência disso, portanto, agora, preciso entregar o jogo. Mesmo que, por algum tempo, tenha acreditado na objetividade parcial da minha narrativa, agora, conscientemente, derrubo a caneca de café e entrego o final da estória antes do início, para que o leitor não se sinta ludibriado, como aqueles que assistiram desavisados ao filme. Em cinema, o recurso valeu um Oscar ao seu roteirista; na Antropologia, valeria uma reprovação ou um lugar empoeirado num canto esquecido onde ficam as etnografias ruins.

Achei que faria tudo errado ao escrever esta seção antes dos outros capítulos desta dissertação. Os manuais mandam fazer o contrário. A ideia de inverter o processo veio da Carly Machado. “*Acho que você precisa de uma introdução para conseguir escrever sua dissertação*”, disse. Mais de uma vez reclamou que minha escrita estava presa e que eu parecia emocionalmente pouco envolvido no processo de construção do texto. Disse, também, que a qualidade do meu texto dependia do grau de envolvimento emocional que tinha com o processo de construção do mesmo. Sim, ela já havia lido textos meus bem melhores do que aquilo que eu vinha produzindo nos últimos nove meses. Olhei balançando a cabeça e emitindo sons de concordância, enquanto pensava, confuso, sobre onde ela estaria com a cabeça ao dizer isso. Além de lembrar, constantemente, mesmo que não quisesse, que além de antropóloga, ela também era psicóloga.

Pois bem, foi lendo confissões de Celso Castro<sup>20</sup>, lembrando de muitos filmes, das leituras em Virginia Woolf, Clarice Lispector e James Joyce, e das conversas com a Carly que me vi, numa terça-feira ensolarada de dezembro, trancado no quarto, numa quase overdose de cafeína, fazendo brotar um fluxo de consciência de qualidade

---

<sup>19</sup> A minha entornou algumas vezes durante a escrita.

<sup>20</sup> Antropólogo carioca que fez importante trabalho de campo entre militares.

literária duvidosa, mas absolutamente necessário e libertador. Aquilo que se transformou em texto acadêmico como parte de capítulo de uma dissertação de mestrado foi aquilo que tive coragem de mostrar.

## 1.2 UM POUCO DE REFLEXIVIDADE

“Saber impor-se é importante para o sucesso de uma pesquisa de campo com militares (...) Isto é, ou você impõe respeito, ou permanece numa posição subordinada” (Castro, 2009, p. 23). Assim o autor reflete sobre o dia em que esteve na presença do general comandante da Academia Militar dos Agulhas Negras, até então pouco receptivo a sua possível entrada no campo. A postura com que o pesquisador se apresentou e dialogou com o general foi, segundo ele, determinante para a autorização de entrada no campo. Não poucas vezes minha orientadora chamou a atenção e pediu para que refletisse sobre aquilo que ela chamava de uma “postura”, ou seja, um modo de me apresentar e me conduzir com naturalidade entre locais de poder. Dizia que eu fazia isso com muita facilidade, mas de forma inconsciente. Também não foram poucas as ocasiões em que o amigo capelão, e também posteriormente colega de turma no mestrado, jocosamente, gostava de me irritar me chamando de “pastor”, “o mais militar dos civis” e “amigo do exército”<sup>21</sup>. Tudo isso apontava para algo que eu não queria enxergar: a forma camaleônica com que eu conseguia me inserir em diferentes estâncias de poder, ora sem ser notado, ora sendo notado de forma a assumir posições que contribuía para meus objetivos.

Só consigo enfrentar esta questão com a consciência do quanto o trabalho de campo e meu fazer antropológico devem a minha história de vida e formação como ser humano. Evitarei falar de identidade, já que penso o processo de construção da identidade individual e coletiva como algo fluido, transitório, histórico e pouco fixo. As escolhas da pesquisa e das temáticas; a escolha para onde voltar o olhar e por quais

---

<sup>21</sup> Ele identificava uma certa rigidez de método e organização, especialmente com prazos e horários que, segundo ele, se assemelhava a uma disciplina pessoal militarizada.

caminhos seguir; as múltiplas interações com os atores do campo; os motivos pelos quais tantas portas se abriram e tantas outras se fecharam; tudo isto é reflexo da subjetividade do antropólogo. Não o antropólogo genérico, abstrato, mas o indivíduo concreto que, consciente de parte de seus vieses e subjetividades, precisa se desnudar para realmente enxergar. Para tanto, nesta introdução, proponho uma *antropologia de cara limpa* ou uma *antropologia desnudada* que tenta estar consciente dos processos mentais que determinam o esculpir etnográfico com todas as suas escolhas, contradições, acertos, equívocos e limitações.

Para além da subjetividade do etnógrafo, espero não perder de vista o papel do *acaso* e da *coincidência*. Afinal, esta etnografia e seus apontamentos só existem porque estive em alguns lugares e não em outros; porque me atrasei ou cheguei cedo demais em alguns eventos e lugares; porque decidi ir a determinados lugares e não a outros e a falar com determinadas pessoas; porque fiz escolhas e fui impedido pela contingência a fazer outras. Um dia a menos no campo, entrar por uma rua errada, estar no local errado, falar o que não deveria, vestir-me de forma diferente, tomar o próximo trem, poderiam abrir a possibilidade de que houvesse uma outra etnografia ou até mesmo a ausência dela<sup>22</sup>.

Donna Haraway (1995), em discussão sobre a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, foi um alento para minha angustiante jornada em encontrar os *loci* onde meu subjetivismo ancorado na visão parcial e fragmentada do campo encontraria a produção de um conhecimento “real” e “genuíno” ao qual me dediquei por tanto tempo. A autora propõe o conceito de saberes localizados a fim de construir uma doutrina de objetividade corporificada que acomode os projetos científicos feministas críticos e paradoxais. Insistindo na metáfora da visão, sempre corporificada e particular, sugere que isto permite construir uma doutrina da objetividade. Nossos olhos são sistemas de percepção ativos que constroem e desconstroem modos específicos de ver e traduzir.

“Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva.” (Haraway, 1995, p. 21)

---

<sup>22</sup> Pretendo discutir mais a frente os riscos de uma etnografia em locais de conflito e violência.

Esta objetividade feminista trata de conhecimentos e localizações limitados, não da transcendência e divisão entre sujeito e objeto das narrativas culturais ocidentais. Assim, para Haraway, podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver. Embora meu texto não possa ser enquadrado na categoria de texto feminista, esta pesquisa se esforça no caminho da construção de um conhecimento corporificado, localizado, sempre parcial e, portanto, responsável e pronto a prestar contas de suas ambiguidades, (des)caminhos e posições.

Para não dizer que não falei de gênero<sup>23</sup> e outros marcadores de diferença, certos fatores devem ser levados em conta: Sou homem e tive entre 30 e 32 anos enquanto fazia o trabalho de campo. Isto só é dito porque acredito que estes fatores, de alguma forma, foram determinantes para a realização da pesquisa. Cada um deles seria percebido de forma muito mais marcada se eu não me visse e fosse visto com/como aquilo que acima descrevi. Ser homem facilitou a entrada e a aproximação em instituições marcadas pela “masculinidade” e “virilidade”. Ter a idade que tinha evitou alguma possível resistência nestas instituições, especialmente entre os de mais alto escalão. Não me sinto capaz de discorrer nem problematizar se o fato de ser branco foi determinante para o trabalho de campo. Provavelmente, foi, mas não tenho o fôlego para problematizar este aspecto nesta pesquisa.

### **1.3 RISCOS DA PESQUISA**

Corri inúmeros riscos e não sei se saio ileso de todas as armadilhas que se configuraram durante o trabalho de campo e da construção do texto etnográfico. Os riscos apresentaram-se no comprometimento da qualidade/responsabilidade do trabalho, assim como a própria integridade física do pesquisador.

#### **1.3.1 A pesquisa entre militares**

---

<sup>23</sup> No capítulo em que trato da polícia, faço um recorte de gênero em aspectos do campo.

Quanto ao primeiro aspecto, destaco alguns tópicos que considero importantes:

Durante a *pesquisa com militares* fui, por diversas vezes, convidado, de forma até mesmo sedutora, a assumir o ponto de vista que possuíam sobre a ocupação militar naquele território. Tive, pelo menos, três longas conversas com um dos generais responsável pelas tropas. Este havia vindo do Haiti e definitivamente não se encaixava no estereótipo negativo que eu havia construído mentalmente sobre como deveria ser um general: velho, autoritário e rígido. Relativamente jovem- com menos de cinquenta anos- simpático e de boa aparência, além de transmitir grande entusiasmo e aparente sensibilidade pelos moradores atendidos. Fui bem recebido, almocei por duas vezes na mesa dos oficiais de comando e, logo, cooptado para produzir conhecimento útil para o exército.

Numa das reuniões com líderes religiosos, as quais serão descritas e analisadas no terceiro capítulo, avisaram-me que o general ficou sabendo da presença de um pesquisador e gostaria de me conhecer. A conversa se deu na presença do capelão Lúcio. O general discorreu sobre sua experiência no Haiti e explicitou alguns planos de assistência social que seu comando tinha na região dos Complexos do Alemão e da Penha. Nesta conversa, foi-me solicitado, como pesquisador<sup>24</sup>, e alguém ligado à universidade, e que não possuía vinculação política com qualquer ONG local, partido político ou associação de moradores, a atuação como um dos interlocutores entre as demandas sociais da favela e as possíveis ações que o exército poderia implementar enquanto lá estivesse. A principal forma de atuação seria na produção de conhecimento, identificando, para o exército, quais seriam as principais necessidades da região e de que forma o exército poderia atuar sobre elas<sup>25</sup>. Eu seria o braço civil e o capelão Lúcio o braço religioso-militar<sup>26</sup>.

Produzi dois documentos que foram entregues ao General e que circularam entre outros oficiais. O primeiro foi um artigo intitulado “Favela, Exército e Religião”<sup>27</sup>, que trazia as primeiras impressões e análises das primeiras semanas de campo. O segundo,

---

<sup>24</sup> Neste período ainda estava concluindo a graduação em Ciências Sociais. Entraria no PPGCS/UFRRJ dois meses depois, com o embrião do projeto de pesquisa que se tornaria, futuramente, esta dissertação.

<sup>25</sup> Não se pode perder de vista a questão abordada por Valladares (2005, p. 55) sobre o conhecimento como instrumento para melhor administração e controle da favela e seus habitantes.

<sup>26</sup> Esta nomenclatura será problematizada no segundo capítulo.

<sup>27</sup> Não incluirei este artigo na dissertação por se tratar de uma análise ainda incipiente.

este verdadeiramente encomendado no prazo de uma semana, “As demandas sociais do Complexo do alemão”<sup>28</sup>.

A justificativa dada pelo General para o pedido, além da desconfiança em relação aos outros atores, foi a vontade de seu comando em se “*envolver mais profundamente nas dificuldades e necessidades dos moradores dos dois complexos e a oportunidade ímpar que a instituição tinha de participar num processo humanitário importante dentro do território nacional*”. Sua experiência no Haiti, ainda como Coronel, segundo ele, fora determinante para sensibilizar seu olhar para estas populações “carentes”.

O primeiro grande risco do trabalho de campo foi, então, aceitar ou simpatizar sem reservas com o discurso do ocupante, discurso do estado, por ver nele elementos de possível boa vontade. A evidente diminuição da violência e dos confrontos armados durante este período poderiam também sinalizar para um retrato positivo que amenizasse situações problemáticas e relações arbitrárias que se estabeleceram durante a ocupação.

Antonius C. G. M. Robben (1995), em trabalho de campo entre militares argentinos, aponta que a reconstrução histórica da ditadura militar argentina foi lembrada, contestada, negociada e reconstruída em público pelos seus protagonistas. Foi entrevistando militares que ele se deu conta da importância da sedução<sup>29</sup> como dimensão do trabalho de campo. Para o autor, esta dimensão é proeminente nas pesquisas sobre conflitos políticos violentos porque os interlocutores possuem especial interesse em fazer o etnógrafo corroborar de suas visões e adotar suas interpretações sobre o campo. Desta forma, conduzir uma pesquisa etnográfica em locais sob conflito violento pode produzir significativos *insights* sobre as construções e representações que as pessoas fazem deste conflito.

Robben me chamou a atenção para um “afinamento” do texto etnográfico a

---

<sup>28</sup> Fiz questão de expô-lo, mesmo em suas fraquezas conceituais e analíticas. Não se trata, portanto, de um texto acadêmico, mas um texto com fins políticos, apresentado para uma instituição militar que ocupava e geria aquele território no período. Revi muitos conceitos e terminologias utilizados nele, mas suas intenções políticas permanecem intactas, especialmente no pedido de anistia aos detidos por desacato. O documento, na íntegra, encontra-se anexo a este trabalho.

<sup>29</sup> *Sedução*, para Robben, é usado no sentido de “ser desviado a partir de uma intenção premeditada” (p. 83). Ele prefere o termo a outros, como encobrimento, manipulação ou engano, que carregam forte sentido de desonestidade e más intenções. A sedução pode ser intencional ou inconsciente, podendo ser comparada às formas com que cineastas, diretores de peças teatrais, artistas ou escritores procedem para absorver totalmente a atenção de sua audiência (p. 83).

partir da percepção de que quando o etnógrafo pensa estar vendo o mundo a partir dos olhos de seus interlocutores pode adotar uma percepção ingênua e superficial que ignora que estes interlocutores também estão atentos para o tipo de construção que apresentarão e também imaginam de que forma o etnógrafo enxerga o mundo. Este “afinamento” envolve aquilo que o autor chama de uma “opaca negociação intersubjetiva da compreensão cultural”. O risco da sedução etnográfica seria comercializar nossa postura crítica como observadores por uma ilusão de harmonia com os atores do campo. Desta forma não mais buscaríamos a compreensão do ponto de vista dos nativos, mas acreditaríamos termos nos tornado nós mesmos nativos (1995, p. 85). Nesse estágio, sentiríamos ter encontrado alguma verdade ou compreensão profunda sobre o campo. Somente quando se olha para trás, criticamente, é que se percebe o quanto houve inibição pessoal em provocar questões críticas nos/ e com nossos interlocutores. Percebe-se, então, que se confundiu sedução com empatia (1995, p.86).

Corri este risco não somente durante o trabalho de campo entre militares, mas também entre policiais, integrantes de ONG's, líderes comunitários e/ou religiosos e outros moradores do Complexo do Alemão. Quanto aos militares, reconheço que a simpatia da recepção inicial somada a possibilidade de, ainda como estudante, participar ativamente de um importante processo de ação do estado em uma região simbolicamente importante da cidade do Rio de Janeiro foi um grande risco de perder o foco e a fineza do olhar ao qual me propunha. O afastamento das estâncias de poder após a troca de comando na Força de Pacificação foi um importante ponto de inflexão na pesquisa, especialmente pela forma como ocorreu. Embora tivesse sido apresentado ao novo general, o novo comando não compactuava com as mesmas ênfases do anterior, o que levou o projeto de volta a um estágio embrionário. Meu nome foi excluído da lista de e-mails. Penso que o teor do documento sobre as demandas sociais, especialmente quanto ao pedido de anistia aos presos por desacato provocou algum desagrado entre os militares e meu afastamento do papel de mediador.

Quanto à atuação na produção dos documentos, isto não envolveu nenhum tipo de envolvimento financeiro ou apoio institucional para qualquer projeto pessoal. Resolvi aceitar o convite para atuar como pesquisador *freelancer*. Na gênese do documento sobre as demandas sociais, vi-me profundamente inadequado para a realização de tal tarefa. Afinal, embora tenha tido experiência no passado com

assistência religiosa e social em favela, nunca fui morador da região. O que me tornaria mais legítimo e autorizado para falar das demandas sociais daquela região do que os moradores, os líderes religiosos e/ou comunitários e as dúzias de ONG's que desenvolviam trabalhos importantes no território? A resposta, por mais estranha que pareça é esta: o pedido do General. Desta forma, um agente do estado legitimava meu inadequado papel de colaborador exatamente por ser um elemento externo e “não envolvido” com os processos locais. Assim, na sua visão um ator local não seria o agente apropriado para identificar as necessidades da região.<sup>30</sup> Até que ponto minha aceitação deste papel, por sua vez, não legitimou esse segregacionismo é o limite ético que me proponho a problematizar.

Em 2011, o antropólogo David H. Price publicou obra chamada “*Weaponizing Anthropology*”, onde questionava eticamente o uso das ciências sociais, especialmente a antropologia, em programas do governo americano conduzidos por militares. Para ele, se a I Guerra Mundial foi a guerra dos químicos e a II Guerra Mundial dos físicos, as guerras atuais –em seus aspectos de conhecimento cultural necessário para ocupação e contrainsurgência- são visualizadas por estrategistas do Pentágono como a guerra dos antropólogos (p. 2).

Segundo este autor, os militares estariam utilizando a antropologia como um produto, sem compreender os aspectos transformadores da disciplina quando exercida de forma ética. Os processos de uso da antropologia a fim de subverter movimentos políticos seria muito não-antropológico (p. 3). Assim, recebem algo menos que antropologia. Uma das duas coisas acontece quando a antropologia é militarizada: ou os antropólogos da contrainsurgência se dissociam psicologicamente daqueles a quem estudam, dizendo-se “protetores” deles; ou o processo de identificação etnográfica os levaria a redirecionar suas lealdades dos mestres militares para aqueles a quem estudam (p. 4).

---

<sup>30</sup> Uma das principais reclamações de algumas lideranças locais é exatamente o fato de que o conhecimento local não é levado em conta nas intervenções do estado no território. “*Eles acham que sabem o que nós precisamos*”. Talvez, a questão seja que tais agentes do estado, sejam aqueles da segurança pública ou de outros serviços, entendam que os agentes locais não saibam o que realmente precisam. Esta característica, no entanto, não pode ser considerada exclusivamente para as formas como o estado lida com a favela. Historicamente, o estado brasileiro, especialmente na forma dos governos estaduais e prefeituras, e mais especificamente no Rio de Janeiro, jamais foi muito propenso à escuta atenta das populações locais no planejamento de suas intervenções ou prestações de serviços. Durante a escrita desta dissertação, diversos protestos contra estes governos foram realizados nas ruas da cidade e uma das muitas reclamações foi a forma arbitrária das obras, financiamentos e licitações realizadas em preparativos para os grandes eventos esportivos programados para 2014 e 2016, copa do mundo de futebol e olimpíadas, respectivamente.



Embora minha aproximação como pesquisador tenha sido justificada pelos militares como algo do tipo “queremos fazer o bem, mas não sabemos como”, tenho consciência de que, historicamente, os processos de assistência social são uma das principais formas, ensinadas nos manuais militares, de evitamento de insurgências e mais completo controle de populações pobres durante ocupações e intervenções militares. Não pretendo com isso demonizar os militares que ocupavam aquele território. Ao estabelecer relações pessoais, vi que muitos se sentiam verdadeiramente orgulhosos da diminuição da violência armada local e imaginavam a si mesmos como “libertadores” daquela população<sup>31</sup>. Numa ocasião em que um confronto armado com traficantes ocasionou uma vítima, menor de idade, percebi, na base da força de pacificação, verdadeira comoção e tristeza da parte de alguns. Tento evitar, assim, a desumanização daqueles a quem estudei e o equívoco de vê-los somente como pequenas células institucionais. Entretanto, o fato de acreditarem estar fazendo um trabalho humanitário traz suas próprias sombras.

Após esta conversa com o general, que gerou o pedido da produção de conhecimento, fui abordado por um major, responsável pelas operações psicológicas. Esta conversa durou ainda mais que a que tive com o general. O oficial me descreveu pormenorizadamente seu trabalho e propôs que eu participasse, de alguma forma, do treinamento daqueles soldados que estariam em contato com as populações locais. Ele me via como um grande “aliado” daquele processo de “pacificação” e acreditava que o conhecimento mais profundo da cultura local ajudaria no trato e na integração dos militares com as pessoas, evitando muitos conflitos. Como observou De l’Estoile (2002):

“Mais geralmente, a administração dos territórios conquistados implica um trabalho de racionalização, entendida como um esforço de ordenação do mundo colonizado. Os discursos eruditos da antropologia, nas suas várias versões, fornecem instrumentos a esse esforço ao propor critérios para identificação das populações e oferecer quadros de interpretação que permitem conferir alguma inteligibilidade a comportamentos percebidos como desconcertantes. Essa aspiração é frequentemente reivindicada; de fato, a administração justifica a necessidade de produzir conhecimentos sobre as regiões e as populações que pretende controlar, primeiramente, em termos da sua utilidade prática.” (p.67)

---

<sup>31</sup> Por todo o tempo, vi sendo utilizada, por militares, a representação de que a população do Complexo do Alemão era “oprimida e dominada” por narcotraficantes armados.

O major me via como aquele que faria este tipo de trabalho, aquele que traria o conhecimento necessário para o sentimento tranquilizador de domínio “justo” e “humanitário” sobre uma realidade complexa e uma população “carente” e pobre. Este conhecimento produzido traria também o direito moral da dominação (De l’Estoile, 2002). O convite, entretanto, não resistiu à mudança de tropa, poucas semanas depois.

Duas questões principais marcaram a produção do documento. A primeira foi o reconhecimento realista de que não se podera esperar que o exército resolvesse questões estruturais minimamente complexas que são fruto de décadas de descaso do poder público com a região. Então, o documento procurou sugerir ações pontuais e possíveis de serem executadas sem grande movimentação de infraestrutura ou verbas extras- que provavelmente não viriam. Segundo, o que considero mais importante, foi a sugestão de um novo tratamento àquela que considero a principal tensão no relacionamento do soldado com o morador: o desacato.

Price (2011) destaca que a guerra foi a força que levou a ética à antropologia, já que esta sempre esteve nas linhas de frente de batalha. Os financiamentos para pesquisas e questões sobre segurança nacional tiveram profunda influência no desenvolvimento da disciplina. Foram os abusos do conhecimento antropológico em tempos de guerra que forçaram a disciplina a desenvolver seus códigos de ética profissional (p. 11). Foi especialmente o julgamento de Nuremberg, depois da II Guerra Mundial, que forneceu a antropologia e a todas as ciências humanas e sociais a base para seus modernos códigos de ética (p. 21). Este autor é absolutamente contra qualquer tipo de aproximação entre antropólogos e militares e rejeita o argumento de que os equívocos militares demandariam melhores contribuições de antropólogos, já que a história desta antiga relação aponta para grandes fracassos dos antropólogos em tentar fazer com que burocratas militares abandonem uma construção estereotipada e racializada do mundo e adotem as perspectivas da antropologia (p. 149).

Lucas, Jr. (2009) propõe um interessante contraponto a Price, classificando três tipos de antropologia em relação aos militares. Ele chama de MA<sup>1</sup> o tipo de antropologia *dos* militares, onde há o estudo antropológico da cultura militar; MA<sup>2</sup> o tipo de antropologia *para* os militares, onde os antropólogos são integrados a programas

de contrainsurgência, como o Human Terrain Systems (HTS)<sup>32</sup>; MA<sup>3</sup> o tipo de antropologia *para* os militares em programas educacionais (línguas, cultura, conhecimentos regionais) nas academias militares (2009, p. 85)<sup>33</sup>. O encontro anual da American Anthropological Association em 2007 discutiu este aspecto e produziu um relatório<sup>34</sup> cuja preocupação ética não está em ser contra, *a priori*, à participação de antropólogos em organizações militares, de defesa ou segurança nacional, mas em participações que possam produzir algum dano, mesmo que não intencional ou não consciente, àquelas culturas estudadas, ou que a ausência da apropriada transparência acadêmica impeça de se obter o completo consentimento dos sujeitos humanos pesquisados<sup>35</sup>. No mesmo ano, surgiu na NCA (Network of Concerned Anthropologists), que inclui entre outros, David H. Price, documento chamado “Pledge of Non-participation in Counterinsurgency”<sup>36</sup>, que, após posicionar-se contra a participação de colegas na “guerra contra o terror”, pontuava também seus próprios limites éticos: “We are not all necessarily opposed to other forms of anthropological consulting for the state, or for the military, especially when such cooperation contributes to generally accepted humanitarian objectives.”

Penso que, em meu trabalho de campo, alguns limites éticos foram mantidos. Enquanto produzia os textos e estabelecia relações com atores no campo, sejam eles quais fossem, jamais omiti os objetivos da pesquisa e sob quais instituições estava vinculado à época. Esta transparência produziu suas próprias limitações para o campo quando pesquisei a polícia militar a partir de projeto do ISER<sup>37</sup>. Depois de acompanhar operações e patrulhas, além de passar tempo dentro das bases das UPPs, não seria recomendado, por um tempo, e por questões de segurança, circular sozinho pelo

---

<sup>32</sup> Programa do exército norte-americano, lançado no outono de 2007, no governo do presidente George W. Bush, que emprega cientistas sociais para oferecer treinamento e produção de conhecimentos sobre populações locais em ocupações militares, futuras ou em andamento.

<sup>33</sup> Se precisasse qualificar meu trabalho a partir desta forma de classificação, diria que estive realizando M<sup>1</sup>, embora houvesse tentativas, não consistentes, de que a pesquisa se tornasse M<sup>2</sup> e até mesmo M<sup>3</sup>, caso o convite do major tivesse rendido frutos.

<sup>34</sup> Este relatório pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [http://www.aaanet.org/pdf/final\\_report.pdf](http://www.aaanet.org/pdf/final_report.pdf)

<sup>35</sup> Ao me utilizar deste exemplo não penso que a AAA represente a antropologia feita no Brasil, nem que as recomendações da mesma possam ser aplicadas de forma descontextualizada por aqui, apenas vejo que este problema da associação entre antropólogos e instituições militares foi discutido anteriormente e com consistência entre antropólogos de lá. No Brasil, conforme, demonstraram as pesquisas de Castro e Leirner (2009), pareceu haver, historicamente, uma desconfiança dos militares brasileiros com cientistas sociais, o que provocou mais afastamentos que aproximações.

<sup>36</sup> Este documento pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://blog.theasa.org/?p=54>

<sup>37</sup> Instituto de Estudos da Religião.

território<sup>38</sup>. Enquanto produzia textos que circulariam entre os militares do exército não omiti nem suavizei críticas que considere pertinentes e propus medidas que não soaram simpáticas<sup>39</sup>, assim como, enquanto produzia relatórios sobre a polícia, para o ISER, jamais me senti pressionado ou constrangido em minhas posições críticas<sup>40</sup>.

### 1.3.2 Os riscos da pesquisa em seu segundo momento

Chamo de segundo momento o intervalo de um ano entre a pesquisa com os militares do exército e a pesquisa com os policiais militares da UPP. Durante este período, circulei entre comerciantes, líderes de movimentos sociais, pessoas ligadas à ONGs, outros pesquisadores, religiosos, comerciantes e até traficantes. Passava dias inteiros entre conversas, refeições e observação, aproximando-me mais de alguns moradores. Fui auxiliado especialmente por dois moradores: a presidente de uma importante ONG local; e dois pastores batistas, um deles colega do curso de graduação em ciências sociais. Estes, além das conversas, apresentaram-me algumas pessoas que contribuíram decisivamente para esta fase da pesquisa.

Estabeleci a Rua Canitar, no bairro de Inhaúma, e o chamado Morro da Fazendinha, como base de apoio. A escolha se deu por dois motivos. Primeiro, pelos contatos que construí no local- o que é importante em termos de segurança pessoal. Segundo, por se tratar de uma via de fundamental importância simbólica, já que foi por muitos anos quartel-general do Comando Vermelho, não só no Alemão, mas em todo o Estado do Rio de Janeiro. “Tomar” a Rua Canitar sempre foi visto como estratégico, tanto nas guerras entre facções, quanto no combate ao narcotráfico. Os violentos confrontos ocorridos lá ainda estão vivos na memória daqueles que conheci.

---

<sup>38</sup> Ainda pretendo desenvolver mais detalhadamente este aspecto.

<sup>39</sup> A proposta da “anistia” causou certo desconforto quando publicamente proposta, em uma das últimas reuniões com lideranças religiosas. Reconheço que a palavra, no Brasil, depois das intensas discussões à época do fim da ditadura e, atualmente, com a polêmica Comissão da Verdade, traz peso e tem grande lastro histórico nas instituições militares, mas decidi mantê-la já que não encontrei outro dispositivo legal que abarcasse aquilo que estava sendo proposto.

<sup>40</sup> Evidentemente, isto não significa que não tenha sido seguida uma “etiqueta” de campo. A exposição não solicitada de posicionamentos críticos às instituições as quais pesquisava poderia ter fechado muitas entradas.

Escutei estórias de violência, tortura, abuso e crime<sup>41</sup>. Tive acesso a testemunhas de eventos e importantes processos que se deram na região. Além da história oficial, escutei os outros lados das narrativas de ocupação e violência. Tive tantos contrapontos e fortes relatos que corri o risco de perder a multivocalidade e a polifonia a qual me propunha para dar voz, somente, a estes muitos atores que tanto tinham para falar. Neste período, corri também o risco de construir uma imagem tão demoníaca da polícia que seria impossível estar entre eles na próxima fase da pesquisa. Corri o risco de simpatizar tanto com aquelas narrativas, deixar-me seduzir a tal ponto, que perderia a capacidade de olhar com meus próprios olhos.

Fora isso, os acessos que consegui; as portas que se abriram e as que se fecharam, a circulação multisituada que obtive, os distintos locais por onde estive, contribuíram, cada um a sua maneira, para que esta dissertação fosse produzida.

### **1.3.3 Os riscos da pesquisa entre policiais**

Minha entrada para o trabalho de campo com as UPPs do Complexo do Alemão se deu através de projeto encabeçado pelo ISER que visava a construção de projeto pedagógico para o treinamento dos policiais das UPPs. Minha chegada foi precedida por ofício e comunicado aos comandantes das unidades para que o trabalho fosse facilitado. Logo, a primeira pessoa que procurei e conversei, nas unidades que pesquisei, sempre foi o comandante da unidade. Meu trabalho consistia em produção de um relatório sobre o funcionamento da unidade<sup>42</sup>. Este relatório seria base para a construção de um novo

---

<sup>41</sup> Não afirmo com isso que a história da Fazendinha se resume a uma história da violência local, mas procurei direcionar meu olhar para as narrativas de encontro das populações locais com o estado, através de seus agentes. Nesse encontro, a violência encontra protagonismo. Além disso, o tráfico de drogas continuou a exercer poder no território, tanto simbólico quanto armado. Ao final da pesquisa, este poder pareceu aumentar consideravelmente e os confrontos e a tensão no local cresceram proporcionalmente.

<sup>42</sup> Deveria seguir o seguinte roteiro de observação, que foi elaborado pela equipe coordenadora do projeto: 1. Descrição Geral da Base (cômodos, infraestrutura, espaço de atendimento ao público). Observar também a origem do local, caso não seja container. Verificar se costumava ter outro uso antes da “pacificação” (sede do GPAE, base do tráfico/milícia, etc); 2. Verificar se existem espaços para aulas e/outras atividades com o público externo (Registrar, por exemplo, quais cursos são dados e por quais professores. Além disso, é fundamental ter informações sobre o público-alvo); 3. Observar a presença do comando (oficial e sub) na base (É importante observar se eles têm contato com os demais policiais); 4. Quantificar, aproximadamente, o número de soldados presentes na base em cada dia de observação (vale a pena observar a distribuição das policiais femininas); 5. Observar a distribuição destes nas diferentes funções, descrever tais funções e enumerar os policiais em cada uma destas (É importante estar atento aos contatos que os policiais de cada setor fazem com os moradores).

projeto de treinamento para estes policiais.

O primeiro risco corrido foi me deixar seduzir pelo primeiro e, geralmente, cordial contato inicial com os comandantes. Eles apresentavam, primeiramente, a visão de cima do funcionamento da unidade e suas múltiplas relações com os atores internos e externos à polícia. Aquilo que me mostravam era, em parte, a construção de uma imagem que eram obrigados a expor a todo momento, devido a forte publicidade tanto do projeto quanto da região em que atuavam e, em parte, aquilo que esperavam que eu deveria ou gostaria de escutar. Tive que estar atento a suas reduções, omissões e simplificações. Por outro lado, a postura que adotei e o objetivo do projeto parecia lhes provocar simpatia. Se meu objetivo era não somente fazer o retrato mas também apontar as dificuldades e o que parecia não funcionar no modelo, estes comandantes sempre tinham importantes contribuições e críticas ao modelo vigente, muitas feitas com o pedido de não serem incluídas no relatório.

O segundo risco foi não conseguir conquistar a confiança dos soldados e graduados, cuja observação da performance mais me interessava. No início, houve desconfiança, mas a ideia de contribuir com um projeto que tentaria melhorar seu treinamento<sup>43</sup> e suas condições de trabalho parecia motivá-los. Logo depois de um curto período de gelo inicial, contavam suas experiências, seus medos, suas motivações para estar na instituição.

O terceiro risco foi, após o ano do trabalho de campo onde vi serem construídas as piores representações possíveis de policiais militares, me aproximar destes atores munido de preconceitos e de uma imagem que sobrepujasse o peso da farda, do fuzil e

---

Há visitas às instituições locais? Como elas acontecem?); 6. Observar a distribuição dos soldados pelas favelas (Em que partes da favela eles estão? Quando estão parados, estão sozinhos ou em grupos?); 7. Observar se eles se deslocam com frequência no cotidiano; 8. Observar se eles andam sozinhos ou em grupo; 9. Observar se há deslocamento de viatura e se o porte do fuzil é visível. Em que casos se dá esse deslocamento? A viatura é usada em casos de emergência?; 10. Onde os policiais almoçam? Eles saem com frequência da favela onde atuam?; 11. É importante observar como se dá a interação entre policiais, comerciantes locais, religiosos e moradores em geral.; 12. Em relação às abordagens, é importante observar como elas se dão. Com quem? São frequentes? Qual é a postura do policial?; 13. Descrever ocorrências que observamos na base e fora delas. (Em que consistem tais ocorrências? Como foi o diálogo, caso tenha havido? Qual foi o encaminhamento dado? Quais comentários essas ocorrências suscitaram entre os policiais?); 14. Observar a interação entre os diferentes níveis hierárquicos (principalmente entre os praças) no desenvolvimento das atividades de rotina e durante as ocorrências (como se distribuem tarefas no atendimento das ocorrências? Quais são os policiais destacados para cada tipo de ocorrência? Há ocorrências nas quais o comandante ou o sub são acionados? A supervisão é acionada no atendimento de ocorrências?)

<sup>43</sup> Reclamar do treinamento, por considerá-lo insuficiente e inadequado, foi unanimidade entre aqueles com quem conversei.

da instituição aos seres humanos que lá estavam. Assim, fez-se necessário evitar generalizações como *os policiais são assim* ou *os policiais agem desta forma* para que me rendesse à complexidade e as nuances que este campo apresentava. Escutar suas queixas e estórias, passar tempo com eles/elas, vê-los(as) trabalhar foi fundamental para que houvesse o processo de simpatia etnográfica e o campo se tornasse possível.

### **1.3.4 Riscos à integridade física do pesquisador**

Por fim, o quarto risco foi o da integridade física do pesquisador.

Durante a pesquisa com o exército consegui acesso para participar das incursões militares ao território e observar as operações. Passei um tempo considerável dentro do departamento jurídico da Força de Pacificação para que o responsável definisse quais termos deveriam constar para serem assinados. No documento que assinei, o exército se eximia de qualquer responsabilidade sobre dano físico sofrido a minha pessoa enquanto eu estivesse acompanhando as operações, inclusive dizia que não seria responsável por qualquer tratamento médico-hospitalar. Decidi, contudo, neste momento da pesquisa, não observar estas operações acompanhado de militares.

No segundo momento, lidei quase sempre com as representações coletivas que veem a favela como local de risco e violência. Jamais me senti ameaçado, mesmo quando minha presença era claramente notada como a presença de um “estrangeiro”. Fui, algumas vezes, advertido pelo fato de que meu porte físico e aparência “pareciam de polícia”. Percebi que há uma construção imaginária sobre a figura do policial P2, que seria um agente ligado à inteligência e que andava à paisana por locais de investigação. Não foram poucas as ocasiões em que disseram que eu poderia ser associado a esta figura.

Enquanto estive pesquisando as unidades de polícia pacificadora, contudo, o risco efetivamente se configurou. Lembro-me de um conselho dado pela Professora Miriam Santos sobre o cuidado para não perder o “medo”, já que os riscos se tornariam realmente perigosos quando o etnógrafo deixasse de tomar certos cuidados. Olhando para trás, posso reconhecer que corri alguns riscos e me expus, talvez sem necessidade. Durante esta fase da pesquisa, passei considerável tempo dentro das unidades de polícia pacificadora e no acompanhamento de operações policiais, além de ter circulado

sozinho pelo território.

Em duas das unidades pesquisadas, Alemão e Nova Brasília, policiais haviam sido mortos em serviço<sup>44</sup>. A relação entre os policiais e os moradores ia da calculada indiferença à hostilidade. Muitas destas rondas e operações terminavam em tiros, perseguições ou tumultos. Não estive no fogo cruzado ou tumulto, mas presenciei algumas perseguições ou “correrias” conforme descrevo no capítulo específico. No momento da pesquisa, o clima era muito tenso e a possibilidade de confronto, especialmente na área coberta pela UPP Alemão, era real.

Mesmo depois de acompanhar, como observador, operações policiais, circulei sozinho pela favela, fiz refeições, cheguei e voltei de teleférico e a pé, estive numa sexta-feira à noite na Praça do Conhecimento, visitei o comércio local. Fui advertido do risco, mas efetivamente não me senti ameaçado. Posso ter me enganado. Posso ter posto em risco minha vida. Penso, ainda hoje, até que ponto o medo ou sua ausência são determinantes para construção de uma etnografia em locais de conflito violento. Nesta etnografia, acredito ter trabalhado com cautela e discrição, mas o medo realmente só surgiu depois que o texto estava sendo construído e aqueles que o liam se surpreendiam com os riscos que enfrentei.

Jeffrey A. Sluka (1995) realizou trabalho de campo em Belfast, com entrevistas e observação participante, tendo estudado as dinâmicas sociais do apoio popular ao Irish Republican Army (IRA) e Irish National Liberation Army (INLA). Em artigo sobre como lidar com o perigo no trabalho de campo aconselha a não ser complacente sobre os perigos que encara e a não tratar a situação como um jogo ou como uma aventura. Segundo ele, não se deve ignorar potenciais ameaças quando surgem já que elas raramente se vão se a ignorarmos. Quanto aos rumores de perigo, sejam verdadeiros ou falsos, precisar ser tratados. Se forem falsos, devem ser publicamente negados em vez de ignorados. Se verdadeiros, deve-se trabalhar para convencer as pessoas que o etnógrafo não é uma ameaça, e se a ameaça for direta, o melhor a fazer é ir embora. Conclui que é melhor ser paranoico sobre estas questões do que complacente.

Poucos meses depois do término do trabalho de campo sonhei que estava no Complexo e três adolescentes armados passavam por mim. Um deles se voltava e me reconhecia como policial. Apontava a arma. Dizia: “perdeu”. Consigo fugir. Corro. O

---

<sup>44</sup> Em 2014, outros policiais foram mortos na região.



sonho acaba. Não sei se estava tomando consciência do risco naquele momento do sonho ou se a sublimação do meu medo irrompia através do inconsciente.

No mês anterior, numa última conversa com um importante ator do campo, ele contou que, durante o período em que eu estava circulando com policiais, dois jovens traficantes armados foram a uma igreja perguntar por ele, pois souberam que tinha alguém “a paisana” andando com policiais no Complexo. “*Nunca andei com policiais*”, ele disse. Não sei se algum dia saberei se, na verdade, era a mim que procuravam.

Esta questão me faz refletir até que ponto esta lógica do medo não é mais uma reprodução das representações sociais associadas àquele território como local de perigo, ameaça e violência. Será que minha gestão interior do medo foi feita de forma complacente, usando os termos de Sluka, ou apenas resisti a construir minha própria imagem daquele lugar como decisiva e estruturalmente marcado pela violência e medo?

Evitarei ao máximo reificar alguns conceitos, especialmente o de “estado”, por isso evito utilizá-lo com a letra inicial maiúscula e quase sempre me referirei a este pensando na ação de seus agentes. Assim, falo de “estado” tão somente naquilo que encontrei na pesquisa de campo e na forma como os agentes do estado interagem entre si e entre as populações locais; apresento um “estado” materializado com ações concretas e representações que existem no discurso e na prática de seus agentes humanos.

Ao tratar do Complexo do Alemão, procurarei localizar a pesquisa e suas conclusões aos locais onde fiz a etnografia. Evitarei falar, também, do Complexo do Alemão como se fosse um estado ou uma entidade abstrata. Por questões de linguagem precisarei tratá-lo como um território ou uma região habitada por diferentes populações, mas não perco de vista o quando a região é e sempre foi integrada, desde sua ocupação até as recentes ocupações militares, a toda a cidade. Evitarei também usar o termo “comunidade”, por entender que este esvazia a complexidade, sem trocadilho, e a riqueza da diversidade entre as diferentes áreas, pessoas e redes de sociabilidade encontradas na região. Assim, por entender que há muitas “comunidades” na região prefiro não utilizar o termo.

Por fim, proponho uma outra forma de abordagem metodológica no olhar etnográfico sobre o encontro entre os agentes do estado e as populações locais. Abandono a sedução da ideia de construir a polícia como uma entidade externa, e quase sempre antagônica, à favela. Admitindo a proposta das Unidades de Polícia Pacificadora

como uma ocupação policial permanente, sem previsão de término (Rodrigues e Siqueira, 2012), de forma que, por vezes, como observado por Rodrigues e Siqueira (2012) no morro da Providência, até o nome da favela é confundido com a UPP; admitindo, também, que, independente da eficácia do modelo, a ocupação policial permanente representa um evento marcante na história e no cotidiano das favelas ocupadas; e que a presença policial e as mudanças na sociabilidade e na regulação do cotidiano se tornam indispensáveis para a compreensão das dinâmicas sociais locais, considero a polícia, após a ocupação das UPPs *elemento constitutivo e promotor de uma nova dinâmica social na favela*. A polícia, na proposta de ocupação permanente, passa a fazer parte da favela, tornando-se mais um dos diferentes grupos que integram de diferentes formas o mesmo espaço social. Estes grupos, contudo, possuem diferentes hierarquias na ação social. A polícia, nas favelas do Complexo do Alemão, não ocupa o mesmo espaço hierárquico que ocupa, por exemplo, nos bairros vizinhos de Ramos e Vila da Penha. Na favela, a polícia parece pretender ocupar um superespaço de regulação.

#### **1.4 MAIS UM POUCO DE REFLEXIVIDADE**

Pensei, quando entrei no campo, que estudaria religião na favela e que este seria meu tema caro, mas ainda não estava satisfeito. Defini relativamente cedo que estudar religião “para dentro” não me interessava, mas somente em suas múltiplas relações com o espaço público. Quando o Complexo do Alemão surgiu em minha trajetória, com todos aqueles processos “espetaculares” envolvendo o exército e a polícia, imaginei ter encontrado a cereja do bolo. Mas algo me faltava. A pesquisa estava em andamento e às vezes sentia que faltava aparecer o coelho branco para ser perseguido ou uma briga de galos. Quando pesquisei a polícia, na última fase do trabalho de campo, e descobri decepcionadamente que não estava interessado em ser mais um dos colegas que discutem favela ou segurança pública em si mesmas, vi que o que me interessava realmente estava o tempo todo aparecendo nos textos e nos apontamentos sem que me desse conta. O que me fascinava não era como a religião se aproximava do Estado, mas como o Estado articulava e se relacionava com diferentes instituições para gerir alguns territórios. Fascinava-me descobrir a grande ficção do “Estado” e da “Religião”, vê-los

perder suas letras maiúsculas para se transformarem no “estado” e na “religião” concretos, que só existem na ação social de seus agentes humanos, em seus microprocessos e microinterações, contrastadas com a apresentação teatral e espetacular de seus grandes eventos. A partir desse processo, quero olhar a favela, a segurança pública, a religião no espaço público, o estado e sua violência como temáticas que sempre me interessaram.

As escolhas e não escolhas, as entradas, as recusas, as interações, os locais que frequentei e os que não quis estar são frutos do acaso, da coincidência e das escolhas conscientes, pouco conscientes e inconscientes do etnógrafo. Para iluminar este processo, desvelarei nos próximos parágrafos elementos que podem ter sido determinantes para a configuração desta etnografia.

A experiência mais remota que tenho da favela se dá numa infância distante. Morava no bairro de Bangu, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, num condomínio de classe média baixa. Meus pais ainda eram casados. Naquele fim-de-semana, íamos ao Barra Shopping fazer compras. Deveria ter uns quatro ou cinco anos de idade. Não possuíamos carro e a viagem de ônibus parecia durar uma eternidade. Passávamos pela Cidade de Deus quando o ônibus foi assaltado. Acho que alguém puxou uma pulseirinha dourada que eu usava. Tive muito medo. Meu pai pareceu me segurar contra seu corpo e o ladrão me olhou nos olhos. Provavelmente, nada disto aconteceu como a memória evoca, mas esta é a construção que permaneceu. Lembro-me de ter escutado a palavra “favela” e minha associação imediata foi a de local perigoso onde pessoas más fazem coisas ruins a pessoas boas, como eu ainda achava que era. A Cidade de Deus era favela, era perigosa e tinha aquelas pessoas que me assustaram. O homem que levou ou não levou minha pulseirinha era negro e acho que usava boné e bermuda. Fiquei com medo de pessoas negras e me lembro de ter refletido quando vi que a doméstica que cuidava de mim era negra e eu gostava dela. Meus primos maternos também, assim como minha irmã de criação. Concluí que roubar pulseirinhas de crianças não era coisa de pessoas de pele escura, mas de pessoas de pele escura que não eram boas. Pessoas de pele clara também poderiam ser más. E na favela havia pessoas más que roubavam pulseirinhas de crianças<sup>45</sup>.

Ainda nesta casa de Bangu, num segundo período da vida, entre os dez e os treze

---

<sup>45</sup> Não sei bem porque, pouco tempo depois, deixei cair do ônibus um boneco do Batman que havia acabado de ganhar. Minha mãe riu e eu fiquei com muita raiva imaginando que crianças más da favela estariam agora com o Batman que caiu do ônibus.

anos, a favela ganhava conotações mais ricas na construção que fazia dela. No auge de uma febre por fliperamas, via os domingos como os piores dias da semana, já que era raro encontrar locais abertos para o jogo. Só na favela próxima, chamada de 77. Então, os “filhinhos da mamãe” de classe média baixa iam para a favela jogar fliperama. Lá andávamos e falávamos imitando os trejeitos dos “nativos” mais legais e que também jogavam. Um deles, não tão popular, era o Diogo, negro, magrelo, de uns 12 anos de idade, pouco mais alto que eu, que só vivia sem camisa e de bermuda. Tinha fama de não ser muito “certo da cabeça”, meio “zureta”, mas “não rasgava dinheiro” e já havia capinado o quintal da casa de quase todo a vizinhança. Numa disputa do jogo *Street Fighter*, investiu seu dinheiro em fichas e as perdeu numa partida contra mim. Na última partida, ameaçou-me. Perdeu de novo e fomos para o lado de fora brigar. Acho que as vitórias no jogo virtual me animaram e camuflaram o medo que tinha de brigas. Estimulado pelas ameaças, brigamos, e o saldo final dado pelos juizes foi que eu bati e Diogo apanhou. Isso era uma raridade, porque normalmente eu apanhava e já estava me acostumando com isso. Por uns três dias ganhei o respeito de todos, até apanhar de outro e voltar à estaca zero de prestígio.

Todos os dias via o Diogo passar na rua e me animava a ideia de ser “mais forte” que alguém. Pouco tempo depois, contaram-me que os tiros que havíamos escutado na noite anterior o haviam matado. Não me lembro se foram traficantes ou policiais, mas mataram o menino magrelo com muitos tiros e o corpo ficou quase o dia todo coberto com um lençol branco numa pequena praça a cem metros da minha casa. Não sei se realmente vi seu cadáver ou se o imaginei depois de escutar aquela descrição, mas pela primeira vez vi que meninos da minha idade poderiam morrer. Poderíamos brigar com o Diogo e até bater nele, mas, no meu pensamento infantil, atirar numa criança e matá-la não poderia fazer parte deste mundo. Nunca mais esqueci o que aconteceu.

No lugar onde ficou exposto o corpo do menino crescia uma pequena favela, que parecia ameaçar a “tranquilidade” da burguesia empobrecida de Bangu. Escutava comentários de que ela “*havia crescido rápido demais*” e que “*não deveríamos ir lá, pois era perigoso*”. Em 2013, assisti ao filme “O Som ao Redor”, de Kleber Mendonça Filho. Numa de suas cenas mais interessantes, uma menina sonhava que sua casa num bairro de classe média de Recife era invadida por “favelados”. Tive este sonho várias vezes durante este período da vida.

Num ano novo, quando já tinha 20 anos de idade, em meu último ano naquela casa, um dos cachorros da família fugiu. Um poodle velho e mal-humorado. O portão da

casa estava entreaberto. Alguém contou que viu o velho Lupi com sua roupa esgarçada cinza andando pela favela. Lembro-me de ter ouvido um vizinho concluir que alguém da favela havia roubado o cachorro. Acho que outra pessoa também sugeriu que o traficante local não gostava que roubassem nada nas proximidades e que eu deveria procurá-lo. Ainda com a cabeça fervilhando, um morador daquela favelinha vizinha apareceu com aquele cachorro rabugento no colo e disse que o encontrou na rua, e havia cuidado dele, pois ele estava muito assustado com os fogos e com fome. Agradei efusivamente. Ofereci uns trocados, que foram educadamente recusados.

Um ano depois, no final de 2002, morava no bairro do Méier, periferia carioca, e era estudante de teologia numa universidade protestante. Vinculado à Igreja Presbiteriana do Brasil acabei aceitando “pastorear” uma pequena igreja na favela de Camarista Méier<sup>46</sup>, uma congregação de uma igreja próxima. Escutei que era uma igreja pobre e sofrida, que havia passado por alguns traumas recentes e andava desarticulada e esvaziada. Assumiria o trabalho no primeiro domingo após o natal. Peguei o endereço num boletim da igreja mãe e, ainda no sábado, resolvi ir ao local para reconhecer o ambiente. Fui a pé. Subi a favela e encontrei o local após árdua caminhada. Ainda não sabia que permaneceria lá por sete anos.

No dia seguinte, coloquei o terno e fui para lá, aos vinte e um anos de idade, e cheio de certezas. Falei por uma hora coisas bonitas que havia aprendido nos livros de teologia. Havia dez pessoas inicialmente. Quando acabou o culto dominical, elas me cercaram, conversaram comigo, fizeram-me lanche e trataram-me com um carinho que nunca havia experimentado na instituição religiosa. Fui lá para cuidar deles e ensiná-los as verdades que aprendia, mas eles é que cuidaram de mim e me ensinaram muitas coisas sobre a vida. A primeira delas é que eu não era tão bom quanto pensava.

Fui pastor daquela igreja na favela por sete anos. Lá passei por todos os processos internos e ritos necessários para a ordenação de ministro religioso presbiteriano. Envolvi-me num projeto social com crianças e a congregação começou a atrair algumas pessoas simpáticas ao projeto mais “liberal” do seu pastor. Recebíamos homossexuais, casais não casados, saíamos para beber e dançar forró, para horror de instituição extremamente conservadora como é a Igreja Presbiteriana do Brasil. Ganhei fama de liberal, desviado, marxista, perigoso e várias outras coisas. Por sete anos, estive numa favela e conheci seus moradores, suas dinâmicas, suas histórias, tristezas e

---

<sup>46</sup> No bairro do Engenho de Dentro.

alegrias. Esta foi uma experiência determinante para minha formação como ser humano e antropólogo.

Em meu último ano como pastor, já estudante de ciências sociais, estive como pastor auxiliar de uma igreja grande e rica no bairro de Copacabana, zona sul da cidade. Esta experiência é marcante por outros motivos. Aos 28 anos de idade, integrava, com a possibilidade de presidir caso fosse necessário, o Conselho gestor desta instituição<sup>47</sup>. Era o mais jovem e o de menor ascendência socioeconômica. Era comum que, nesta instituição religiosa, generais, políticos, artistas, juristas, desembargadores, me vissem como autoridade institucional máxima e me tratassem com algum tipo de reverência e formalidade, mesmo que por vezes a diferença de idade chegasse a mais de cinquenta anos<sup>48</sup>. Durante o curso de teologia, éramos ensinados a estar sempre prontos a, se preciso, enfrentar estas pessoas e a rivalidade entre pastores e presbíteros era uma marca desta instituição.

Outro fator interessante é que por dois anos, ainda funcionário de uma grande instituição financeira, trabalhei em área que cuidava dos investimentos dos clientes milionários, o que me possibilitou contatos diários com pessoas de uma elite a qual eu não pertencia.

Estas experiências talharam-me a habilidade social de circular e lidar com pessoas de maior ascendência política, econômica e social que a minha, de uma elite a qual, de fato, nunca fiz parte. Esta habilidade, que se desenvolveu de forma inconsciente por um período, envolve certa desenvoltura, aparência, postura corporal e forma de me comunicar que, possivelmente, transmite sinais verbais e não verbais que, culturalmente, são identificados como se eu fosse alguém “confiável”, que “pertença a este lugar” ou “posso assumir determinadas funções<sup>49</sup> ou obter determinadas informações”.

Goffman (2007) já havia demonstrado que quando um indivíduo chega à presença de outros, estes procuram obter informações a seu respeito: “A informação a

---

<sup>47</sup> A Igreja Presbiteriana do Brasil é gerida por um conselho masculino de pastores e presbíteros, estes eleitos por uma assembleia onde os membros da igreja votam. Todos, neste conselho, têm direito a voto e, pelo menos na teoria, igual representatividade.

<sup>48</sup> Preferia, entretanto, estar entre os mais simples. A artificialidade e o rigor destas relações me incomodavam de forma que sempre tentava “quebrar o gelo” e torná-las mais informais e leves. Poucas vezes tive sucesso.

<sup>49</sup> Enquanto escrevia a dissertação assumi, por um semestre, a coordenação geral de um campus universitário. Não possuía, ainda, a formação acadêmica que penso necessária para tal função, nem vasta experiência em gestão, mas, depois de poucas semanas como docente, recebi o convite para a função, a qual desempenhei por um semestre letivo. Considero este mais um exemplo da argumentação anterior.

respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar” (p. 11). A aparência e a conduta são importantes fontes de informação quando se trata de desconhecidos, para que se possam aplicar estereótipos não comprovados que apontem, mesmo que por repetição, qual tipo de indivíduo é provavelmente encontrado em dado cenário social.

Jamais procurei transmitir intencionalmente qualquer tipo de informação falsa a meu respeito. Assim, procuro me isentar da acusação de fraude ou de dissimulação, contudo reconheço que quando chegamos à presença de outras pessoas existe alguma razão que nos leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que nos interessa transmitir (Goffman, p. 13), especialmente nas primeiras impressões.

Utilizo-me mais uma vez da notável contribuição deste autor e, desde já, aponto a utilização, através de toda esta etnografia, da ideia de *representação* como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (Goffman, p. 29) e de *fachada* como “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (Goffman, p. 29). O mundo é uma reunião, e a própria vida uma encenação dramática, onde, na presença de outros, o indivíduo manifesta sinais confirmatórios que apontam para aquilo que ele precisa transmitir, ressaltando os valores oficialmente reconhecidos pelo grupo.

Em etnografia sobre assaltantes de banco, Jania Perla de Aquino (2010) destaca o quanto seus interlocutores estavam cientes da dimensão expressiva do comportamento, de tal forma que suas aptidões cênicas aguçaram sua sensibilidade para o aspecto da performance na relação destes com a etnógrafa. Ela reconhece que, conscientemente, produziu uma “imagem de si” que facilitaria a entrada e o desenvolvimento do campo. Esta entrada envolvia aspectos físicos e até mesmo de temperamento. Quanto ao primeiro aspecto, ressaltando se tratar de um campo fortemente marcado pela masculinidade e consciente das preferências estéticas de seus informantes, decidiu vestir-se de um modo especificamente “apropriado”, evitando roupas que marcassem o corpo, saltos, batons de cores fortes, mantendo o cabelo preso e até usando uma aliança de compromisso. Quanto ao segundo aspecto, conta que, propositadamente, estimulava a “ vaidade” que os assaltantes possuem de suas competências e habilidades nos assaltos e mostrava-se sempre calma e interessada em

suas vidas. Assim, a autora apontou que cada lado da interação etnógrafo-interlocutor estava mais ou menos consciente de que apresentava um certo tipo de desempenho em campo. “Trata-se de dramatizações que ganham contornos a partir das expectativas das pessoas e coletivos etnografados e por nosso empenho em encontrar vias de acesso a informações, dados e diálogos que consideramos relevantes” (Aquino, 2010, p. 97).

Vi, durante a realização deste trabalho de campo, diferentes “imagens” sobre a minha presença sendo relacionadas, construídas e até desconstruídas. Não me opus quando, no início da pesquisa, minha formação anterior em teologia e até o passado como pastor, foram acionados para “quebrar o gelo” entre religiosos locais. Nesta época, já não tinha nenhuma vinculação religiosa, ou qualquer prática de “espiritualidade”, e já me encontrava entre aqueles que se dizem “agnósticos”, contudo preferi não versar sobre minha trajetória ou opiniões teológicas ou religiosas, e aceitei, silencioso, quando me identificavam como fazendo, de alguma forma, parte daquele grupo. Um dos meus principais interlocutores, especialmente, dizia se sentir à vontade em conversar porque eu seria um “homem de deus”. A decisão em não falar sobre minha pessoa foi um artifício de discrição e não uma recusa em me apresentar. Aquilo que sempre deixava claro era a intenção da pesquisa e minha vinculação institucional com a universidade.

Não entendo que o teólogo tenha se confundido com o estudante de antropologia quando, em dado momento da pesquisa, etnografei eventos religiosos. Apesar do passado religioso, não me considero “nativo”. Contudo, a formação em teologia facilitou, além de algumas entradas, o entendimento de certas representações e estruturas de pensamento acionadas por estes agentes religiosos. Meu olhar para o campo foi, entretanto, disciplinado pelas ciências sociais.

Num segundo momento da pesquisa, obtive entrada entre um grupo religioso protestante que não se envolveu nesta aproximação com o Exército. Lá, desenvolvi laços de amizade com os líderes e obtive importantes impressões e relatos, mesmo consciente de que estes, no fundo, achassem que minha aproximação do grupo poderia ocasionar um “retorno do filho pródigo”. Isto, para decepção dos meus interlocutores, não aconteceu.

Na maior parte da pesquisa, todavia, estive na condição de “antropólogo” e “pesquisador”, sem qualquer referência a outro tipo de formação. As vinculações institucionais foram três. No início, enquanto estive a pesquisar a ocupação militar, era “pesquisador”, estudante da Universidade Candido Mendes. Num último momento da



ocupação do exército e durante os primeiros meses de funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora, como pesquisador ligado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Algumas vezes, minha vinculação de pesquisador associado do Instituto de Estudos da Religião (ISER) foi acionada. Na última fase da pesquisa, enquanto estive pesquisando a ação da polícia, minha entrada foi totalmente institucional, o que será detalhado no respectivo capítulo.

A questão mais difícil na disciplina deste olhar foi o tipo de sentimento que nutria pelos meus interlocutores e as instituições as quais pertenciam. Militares, policiais, traficantes e religiosos não são o tipo de pessoas que me despertem qualquer tipo de simpatia inicial, tampouco as instituições que representam. Aproximei-me deles como seres humanos ricos e complexos, que são muito mais do que aquilo que a fachada mostra e, durante os dois anos da realização desta pesquisa, desenvolvi laços de amizade e conheci pessoas absolutamente interessantes, em diferentes instituições. Estas pessoas, evidentemente, tinham seu comportamento “afetado” pela presença do pesquisador. Procurei estar consciente deste processo e estive atento àqueles momentos mais informais, menos “institucionais” possíveis. Militares, policiais, assistentes sociais e religiosos são treinados numa precisa exibição de sua fachada e são poucos os momentos em que relaxam desta atuação, especialmente quando descobrem estar sendo pesquisados, por isso precisei de especial sensibilidade para que não se “fechassem” e, de alguma forma, encontrassem “simpatia” naquilo que eu fazia. Para isso, sempre destaquei a importância da pesquisa e do papel de cada interlocutor nela. Enquanto estive entre policiais das Unidades de Polícia Pacificadora, por diversas vezes fui apresentado espontaneamente como alguém que faria um trabalho para melhorar as condições de trabalho do policial na UPP. Aqueles que acreditaram nisto foram os que relataram aquilo que dificilmente contariam para qualquer pessoa. Pretendo, em cada capítulo, detalhar melhor as condições de entrada no campo e suas especificidades.

Penso, com este capítulo, ter desnudado subjetividades e tratado a maior parte das problemáticas referentes às minhas entradas e diferentes posições em relação aos interlocutores durante a realização da pesquisa. No próximo capítulo, pretendo analisar diferentes narrativas e tentar reconstruir a partir de diferentes vozes a grande operação conduzida por instituições e agentes do estado, que culminou na ocupação militar do Complexo do Alemão.

## CAPÍTULO II

### A IMAGEM QUE FALTA

“Nada distingue as lembranças de outros momentos, só mais tarde elas se fazem reconhecer por suas cicatrizes. Este rosto, a única imagem do tempo de paz a chegar ao tempo de guerra, ele se perguntou por muito tempo se a havia realmente visto ou se havia criado esse momento de doçura para protegê-lo do momento de loucura que estava por vir” (Chris Marker, *La Jetée*)

O objetivo deste capítulo é analisar diferentes narrativas e tentar reconstruir a partir de diferentes vozes a grande operação conduzida por instituições e agentes do estado, que culminou na ocupação militar do Complexo do Alemão. Não encontrei todas as vozes que seriam necessárias para a construção da imagem que gostaria de (re) construir. Quando escrevo isto, entretanto, percebo que poderia ter partido da falsa esperança de acreditar que aquele evento passado poderia ser reconstruído a partir de pedaços de memórias que, juntas, dariam luz àqueles dias passados. Como no ato de construir um mosaico, diferentes pedaços formariam, de acordo com o gosto do artista, a imagem que escolhera de antemão. Contudo, muito cedo, pude perceber que se empreendesse tal projeto estaria determinantemente condenado ao fracasso e ao falseamento daquilo que me propus a fazer. As muitas dificuldades na construção deste capítulo que, propositalmente, foi o último a ser escrito, poderiam ter produzido tanto a desistência em sua feitura quanto a talvez desonesta opção por construir a imagem (literária) de um evento que nada mais seria que o reflexo ideológico da pessoa do etnógrafo. Não recorro em ingenuidade, no entanto, em tentar esconder que a imagem que esboço é imagem que *eu* esboço. Outro etnógrafo, com a mesma bibliografia e os mesmos informantes, construiria *outra* imagem. Fiz escolhas, tive lapsos voluntários e involuntários, estabeleci um ponto de corte temporal para a pesquisa, tenho gostos e me interessei mais por determinadas pessoas e narrativas que outras. Assim, aquilo que desenho é a imagem que escolhi desenhar a partir de peças de um quebra-cabeças, escolhidas no caminho da pesquisa. Este é um quebra-cabeças cheio de lacunas, borrões, pedaços turvos e nebulosos e imagens que faltam. Mas é o que tenho e, diante da peculiaridade daquilo que começarei logo a contar, acredito que tenha valor, tanto numa narrativa etnográfica quanto histórica.

Já que me dispus a contar dificuldades, a primeira e maior de todas é que, temporalmente, *não estive lá*. Lembro-me de estar numa academia de ginástica, a não muitos quilômetros de onde aquilo tudo acontecia, correndo numa esteira, quando, pela televisão vi, pela primeira vez, ao vivo, as imagens veiculadas pela rede Globo de televisão, de homens fugindo pela mata, da favela da Vila Cruzeiro para o Complexo do Alemão. Não imaginei, ali, que, poucos meses depois, estaria envolvido num projeto de tentar entender o que estaria acontecendo naquele lugar.

Mesmo que lá estivesse e fosse, portanto, classificado como uma testemunha ocular, também sei que esta seria mais uma narrativa, e haveria outras, muito mais significativas que a de um, então, estudante de ciências sociais sonhando com o

mestrado. Ainda que estivesse lá, pouco me aproveitaria já que o que aconteceu realmente dentro da Vila Cruzeiro e, logo depois, no Complexo do Alemão foi interditado a testemunhas civis de fora da favela e também a imprensa. Sabe como foi quem lá esteve seja como “ocupante”/”invasor” seja como morador “civil” ou “soldado do tráfico”.

Não há nenhuma surpresa na constatação de que cada parte tem uma versão do evento e de que estas versões são bastante diferentes e, muitas vezes, contraditórias. Nem há espanto se aquilo que mais se precisa é justamente a imagem que falta. Esta não deixa de ser, portanto, uma *etnografia da ausência*, uma *etnografia de uma imagem que falta*. O acesso que tive ao que aconteceu se deu, então, por aquilo que aqueles que lá estiveram contaram. Eles tiveram tempo suficiente para, através da *memória e seus processos*, construir uma *narrativa*. Estas narrativas puderam, de forma consciente ou inconsciente, escolher aquilo que era para se lembrar ou esquecer. Meu papel foi o de selecionar algumas destas narrativas e analisar seu discurso. Portanto, o que faço neste capítulo é analisar diferentes/divergentes discursos na forma de narrativas construídas a partir das memórias daqueles que foram testemunhas daqueles dias. Analisando, escolho, seleciono, comento e me posiciono. Esta é a forma que me aproximo do objeto.

Para Halbwachs (1990), em sua importante obra sobre a memória coletiva, o apelo aos testemunhos é para fortalecer ou debilitar, mas também para completar aquilo que sabemos de um evento que ainda se apresenta com questões obscuras. Assim, quando, além daquilo que sabemos ou lembramos, podemos nos apoiar na lembrança de outros, nossa confiança na exatidão dessa informação se torna maior. Mesmo que só nós estivéssemos envolvidos em algo, para este autor, a memória sempre será coletiva porque nunca estamos sozinhos, já que temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. Para melhor recordar, nós nos voltamos para elas, adotamos momentaneamente seu ponto de vista porque, de alguma forma, fazemos parte de um determinado grupo e encontramos em nós muitos pontos de vista e posições que jamais teríamos chegado sozinhos. Esta memória coletiva contribui para que se mantenha e se fortaleça a conexão com o grupo. Isto fica muito claro, por exemplo, quando, em algumas narrativas feitas por policiais, faz-se o tempo todo alusão ao grupo e a corporação é apresentada com forte marcação de quase literal corporalidade, possuindo uma memória coletiva de eventos trágicos ocorridos no Complexo do

Alemão, ou relacionados a ele<sup>50</sup>, e que, de alguma forma, ainda esperavam resposta ou vendeta. Assim como, na narrativa de alguns moradores, a polícia militar, especialmente o BOPE é apresentado com forte carga de violência irracional, crueldade e desrespeito com moradores ao identificá-los numa totalidade como ou traficantes ou cúmplices destes.

Halbwachs (1990) vai afirmar que não basta que os depoimentos sejam trazidos para que nossa memória se auxilie com a dos outros, mas é preciso também que haja concordância e pontos de contato para que as lembranças possam ser reconstruídas sobre um fundamento comum. Logo, faz-se necessário um fluxo comum de concordâncias entre o indivíduo e o grupo ao qual pertence para que uma lembrança possa ser reconstruída e reconhecida. Portanto, não basta a reconstituição individual peça por peça. É fundamental que haja comunhão de memórias. O autor vai concluir que a dependência da memória coletiva é tanta que, mesmo quando atribuímos a nós mesmos as memórias, estamos tão afinados com aqueles que nos cercam que funcionamos como um eco. A memória individual seria, então, um ponto de vista sobre a memória coletiva, que muda conforme a posição que ocupo e conforme as relações que mantenho com outros meios. Assim, é marcada a natureza social da memória.

## 2.1 SITUAÇÃO SOCIAL E EVENTO CRÍTICO

A escolha do evento da operação de ocupação militar do território do Complexo do Alemão, em novembro de 2010, como objeto de análise ocorreu porque considero este evento, ou conjunto de eventos, determinante para se compreender tudo aquilo que aconteceu depois, especialmente quanto ao projeto das unidades de polícia pacificadora e também porque vi neste evento quadros que explicitam uma forma contemporânea do estado brasileiro se apresentar àqueles que o “assistem” e lidar com certas populações que vivem às margens. Encontro naqueles dias mais do que uma simples operação militar, mas pistas importantes para se pensar temas mais profundos envolvendo aquelas

---

<sup>50</sup> Por exemplo, um helicóptero da polícia abatido, segunda a polícia, a mando do traficante FB, um dos chefes do tráfico na região, alguns meses antes.

instituições do estado.

Dois importantes conceitos foram determinantes para o tratamento que dei a este capítulo.

O primeiro é o conceito de *situação social*, conforme talhado por Max Gluckmann (1987). Este autor, em pesquisa realizada na Zululândia, descreve uma série de eventos observados num único dia, envolvendo a inauguração de uma ponte. As situações sociais, para ele, permitem abstrair a estrutura social, as relações sociais e as instituições de uma sociedade. Todos os eventos que descreve, observados em diferentes locais e com diferentes grupos, são interligados pela figura do observador. Ele define situação social da seguinte forma:

Portanto, uma situação social é o comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade (Gluckmann, 1987, p. 238)

Em sua análise, a cerimônia de inauguração de uma ponte, reunia diferentes grupos com interesse comum naquele evento, o que fazia com que agissem num sistema de cooperação e comunicação, apesar das evidentes divisões e marcações da estrutura social. Naquela ocasião, o estado organizou e regeu a cerimônia de forma que tudo transcorresse sem conflitos – o que é significativo num período de fortes mudanças sociais.

De forma semelhante, destaco a ação de diferentes agências do estado em inédita cooperação com o objetivo de ocupar um território urbano de uma das mais importantes metrópoles do país. Apresentarei como isto se deu também numa forma ritualística, mas, ao contrário do que aconteceu na inauguração da ponte, o transcorrer dos eventos resultou em violento confronto armado e a possibilidade, talvez concretizada, de uma guerra com muitas vítimas.

O outro é o conceito de *evento crítico*, a quem devo crédito a Veena Das. Em sua obra *Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India* (1995), a autora identifica certos momentos críticos na história da Índia contemporânea e os redescreve através do enquadramento do conhecimento antropológico. Sua definição de evento crítico, como uma qualificação de determinados eventos, envolve o fato de que, após tais acontecimentos, novos modos de ação vêm à tona e redefinem categorias

tradicionais daquela sociedade. Os terrenos onde estes eventos se deram atravessaram diversas instituições, movendo-se através da família, da comunidade, da burocracia, dos sistemas judiciários, da medicina, do estado e das corporações multinacionais. No capítulo em que trata das mulheres sequestradas e seus filhos após a Partição da Índia, em 1947, a novidade foi que a racionalidade do estado e a racionalidade da família atravessaram-se mutuamente para criar uma única configuração de eventos quando estas mulheres foram reclamadas de volta.

## 2.2 O QUE HÁ DE “NOVO” NESTE EVENTO?

Uma questão já pode ser feita a partir desta proposta: como o Complexo do Alemão deixou de ser um problema local e se transforma num problema de proporções gigantescas que envolve importantes interesses do estado? Como um problema de polícia, administrado por mais de duas décadas pelos governos do estado, se torna um problema que “necessita” de uma coalisão de parte das diversas forças de segurança nacional para uma guerra que jamais acontece?

Historicamente, no Brasil, pelo menos nos últimos 150 anos, o Exército é acionado ou se aciona em momentos de grave crise interna, seja real ou, na maioria das vezes, construído a partir do interesse de determinados grupos. Ao contrário do exército nacional de outros países, cuja principal missão é a proteção das fronteiras e os combates em países estrangeiros, no Brasil, esta instituição é acionada ou se aciona regularmente com vistas a uma ação político-militar dentro do território nacional a fim de combater determinados “inimigos internos”, que são construídos como “ameaças à democracia”.

Uma estranha e curiosa associação que encontrei no campo foi a comparação entre o Complexo do Alemão e Canudos. Não consegui construir a genealogia desta associação, mas a encontrei várias vezes não somente entre militares, mas também entre moradores. O comandante da Polícia Militar durante a operação de ocupação, por exemplo, batizou seu livro, com as memórias daquele período, de “Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos” (2012)

*“Novembro foi o mês em que canudos foi definitivamente tomado na forma que todos*

*conhecemos. Peço ao senhor que me deixe tentar refazer a história de Canudos sem tanto sangue. (...)*

*Canudos fora batido em Outubro. Mas, que importava se podíamos reescrever sua história?” (Duarte, 2012, p. 119, 120)*

Assim como Canudos foi representada socialmente, na virada do século retrasado, pelo estado e pelos jornais da época, como a principal ameaça à democracia e à república (Cunha, 2002), o Complexo do Alemão também foi representado desta forma, especialmente após o assassinato do jornalista Tim Lopes. Nas representações midiáticas e nos discursos dos agentes do estado<sup>51</sup>, o território era descrito sempre como “dominado por traficantes armados”, que “oprimiam a população”, local onde o estado estava “ausente” e que, qualitativamente, era “o coração do mal”, “o foco de todo mal” e uma “ameaça à democracia”. “Retomar” o controle do território seria, então, uma reafirmação de uma democracia e uma soberania do estado que estavam ameaçadas por narcotraficantes que pareciam ter tornado aquele território urbano uma comunidade “independente” e “rebelde”, tal como foi Canudos. Assim como tropas militares foram acionadas para “salvar” o Brasil de Canudos, da mesma forma houve o acionamento do exército para “retomar” aquele território “perdido”. Se Canudos, por um lado, se organizou e resistiu a várias investidas do exército, só sucumbindo após ser enviada uma tropa com cinco mil soldados, o Complexo do Alemão foi, nos últimos vinte anos, várias vezes “retomado” e ocupado, na maior parte das vezes com muitas vítimas civis e algumas militares. Antes da operação de 2010, uma grande operação ocorrida três anos antes ocupou o território, com muitas vítimas civis, mas as instituições estatais de segurança não lá permaneceram, deixando o território após o fim dos jogos pan-americanos.

Não foi, também, a primeira vez que o exército foi acionado para lidar com situações envolvendo o Complexo do Alemão. Todos estas situações envolviam algum tipo de evento internacional sediado na cidade. De alguma forma, o estado entendia ou que algo de muito ruim pudesse partir daquele território –o que não é muito provável, já que não há interesse econômico das facções em chamar desnecessariamente a atenção para as favelas em que atuam pois isso acarreta diminuição considerável no comércio de drogas- ou que melhor seria se aquelas populações faveladas permanecessem “presas” e

---

<sup>51</sup> <http://extra.globo.com/noticias/rio/cabral-complexo-do-alemao-esta-um-foco-de-terroristas-de-pessoas-do-mal-672959.html>, em 15/12/2010.  
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/o-alemao-era-o-coracao-do-mal-afirma-beltrame.html>, em 28/11/2010.



“controladas” dentro de territórios circunscritos e não fossem protagonistas de nenhuma ação, violenta ou não, que pudesse ser noticiada, seja pela mídia nacional ou, especialmente, pela internacional, que circulava amplamente pela cidade<sup>52</sup>.

Em 2002, durante a realização da conferência Eco92, o exército ocupou várias favelas cariocas, entre elas as do Complexo do Alemão. Ficaram notórias as imagens de tanques de guerra com seus canhões voltados para dentro das favelas.



53



54

---

<sup>52</sup> Algo muito semelhante ocorreu, por exemplo, durante a copa do mundo de futebol na África do Sul, em 2006.

<sup>53</sup> <http://oglobo.globo.com/economia/rio20/imagens-relembra-importancia-da-rio-92-4637539>

<sup>54</sup> [http://veja.abril.com.br/210600/p\\_042c.html](http://veja.abril.com.br/210600/p_042c.html)



Em 1994 e 1995, houve a chamada “Operação Rio”, às vésperas das eleições presidenciais, quando o exército ocupou diversas favelas cariocas, entre elas as favelas do Complexo do Alemão. A comparação com os discursos dos agentes do estado e as representações midiáticas da época apresentam notável semelhança com o que ocorreu quinze anos depois.

O que, então, é “novo”, de tal forma que se possa caracterizar este evento analisado como *evento crítico*? O exército brasileiro usado em uma grande operação numa metrópole urbana, de grande capital político e simbólico, e ocupando, posteriormente, um território relativamente grande desta mesma cidade, com força de polícia e governo. Isto é novidade e estabelece uma forma de ação na militarização da segurança pública no Brasil; uma nova estratégia de ação do exército; uma nova sobreposição de governos daquele território, onde o estado (democrático) passa a governar através de seu braço armado, entre outras questões que serão percebidas ao longo deste trabalho. Isto tudo se deu porque “retomar” a hegemonia daquele território se tornou um problema, real ou construído, de segurança nacional.

### 2.3 AS MÚLTIPLAS VOZES

Ao apresentar as narrativas e discursos daqueles que vivenciaram o evento adoto

---

<sup>55</sup> <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/22/rocinha-20-anos-de-tanque-de-guerra-para-safari-de-gringos-com-esgoto-a-ceu-aberto.htm>, foto de Luciana Whitaker, Folhapress.

a ideia de “voz” ou “vozes” e não de “visão” ou “ponto de vista”, assim concordo com Das (1995) em que o conceito de “voz” ou “vozes” é mais aberto ao caráter fragmentado e múltiplo da experiência social. Assim, o antropólogo deve aparecer não no papel de um observador mas de um ouvinte que lida com aqueles que falam. Estes, por sua vez, saem da terceira pessoa e assumem a primeira pessoa do discurso numa narrativa corporificada, que é a única forma possível de se expressar um combate, uma humilhação ou um lamento. Este é único caminho, segundo a autora, de resistirmos aos discursos totalizantes que surgem nas narrativas, tanto dos agentes do estado, quanto das organizações profissionais de conhecimento, mas também nos discursos de resistência que usam a mesma lógica do estado ao qual eles procuram resistir.

Quem são estas vozes? De tantas pessoas e grupos com quem estabeleci contato, algumas vozes se destacaram, não por falar aquilo que eu esperava ouvir, mas por terem se expressado mais e por suas trajetórias de vida serem significativas para este trabalho. O primeiro grupo é de moradores de diferentes áreas do Complexo do Alemão. O segundo grupo é de agentes do estado que, de alguma forma, participaram da ocupação/invasão. Para este grupo, escolhi usar seus textos escritos e publicados, que funcionam como uma espécie de discurso oficial. O contraste entre ambos os tipos de narrativas se tornará evidente.

Para o primeiro grupo, mudarei seus nomes e não farei referências que possam, de qualquer forma, prejudicá-los ou expô-los. Quanto ao segundo, usarei seus nomes reais e farei referências a suas memórias e narrativas que foram publicadas. Cada um destes e daqueles será apresentado conforme suas vozes forem aparecendo no texto.

O terceiro grupo trata de veículos midiáticos de massa, como jornais- impressos e online, telejornais e revistas, onde escolhi algumas reportagens que considere emblemáticas para se entender a forma como a grande imprensa retratou o evento.

## **2.4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: UMA GENEALOGIA DO TRÁFICO A PARTIR DE MEMÓRIAS LOCAIS**

Não pretendo descrever a história do Complexo do Alemão desde a ocupação dos primeiros moradores até o evento que descrevo, nem traçar uma genealogia do tráfico, mas apenas esboçar alguns traços cronológicos que surgiram em algumas narrativas de moradores. Nesta seção, reservo-me apenas a organizar cronologicamente e dar luz a algumas destas memórias. Não penso que a história do Complexo do Alemão

seja a história do tráfico de drogas e das violações de direitos que agentes do estado cometeram contra moradores. Há infinitamente mais histórias que estas. Existem os trinta anos de ocupação antes do início das operações de venda de maconha e cocaína. Cada uma das favelas guarda suas memórias, estórias, alegrias e tristezas, algumas associadas à violência, mas muitas outras onde a violência não têm protagonismo. Nesta seção, faço um recorte a fim de olhar os antecedentes históricos que, de alguma forma, tenham relação com as “razões” que provocaram o evento narrado e com aquilo que pretendo tratar nesta etnografia.

Alberto, 60 anos, é comerciante, dono de um pequeno bazar numa importante rua do interior de uma das favelas do Complexo. Abriu o comércio depois da “pacificação”, quando se aposentou. Mora há mais de quarenta anos no local e tem seis casas alugadas na favela.

Conta que o tráfico de drogas na região remonta a idos de 1985. Estes primeiros traficantes “*respeitavam e conheciam os moradores*”. “*Eles tinham o tribunal deles*”. Havia quatro penas dependendo da gravidade ou da reincidência da transgressão: aviso, espancamento, expulsão e morte. Algumas das transgressões mais julgadas eram furtos dentro da favela e violência contra mulheres.

Seu Alberto traz a típica construção local da divisão temporal da vida na favela em três fases distintas: o paraíso perdido, “*Ah, isso aqui era bom demais. Todo mundo se conhecia, era uma tranquilidade*”; a era do tráfico, quando começam os confrontos com a polícia, que vão se intensificando e se tornando cada vez mais brutais; a era da “pacificação”<sup>56</sup>.

Vagner estava beirando os quarenta anos e me foi apresentado numa ONG local. Nascido e criado no Complexo do Alemão, jamais morou em outro lugar. Aos 18 anos, serviu ao Exército, onde aprendeu a manusear armamentos. Por muitos anos, trabalhou para o tráfico local<sup>57</sup> como uma espécie de responsável pelo cuidado, manutenção e montagem dos armamentos. Jamais foi preso. Conta que se cansou da vida no tráfico e procurou trabalhar em outras áreas. Por alguns anos, trabalhou como agente de uma empresa de serviços públicos dentro da favela, ou melhor, esteve vinculado porque, “não fazia nada”. Teria sido colocado nesta função por intermédio do traficante Elias Maluco<sup>58</sup>. Durante a pesquisa, trabalhava na Associação de Moradores de uma das

---

<sup>56</sup> Ele tem suas críticas a este último processo, mas tratarei delas mais à frente neste trabalho.

<sup>57</sup> Comando Vermelho.

<sup>58</sup> Elias comandou o tráfico local por um período. Tornou-se conhecido por ter sido acusado, julgado e

favelas do Complexo e mantinha uma boa relação com a líder desta ONG, uma das mais conhecidas da região.

Ele remonta o início da “era do tráfico” ao mesmo período que Alberto. Nesta época, *“cada bandido controlava um território. Em 86, morre o Cícero do Alemão por causa de uma rixa entre os morros... morria muita gente nessa época. Tive dois amigos assassinados. Tiro de escopeta. Arrancou a cabeça deles”*

*“Antes disso (morte do Cícero) não tinha enfrentamento. Ninguém invadia morro de ninguém. Quando o Cícero morreu começou a guerra no Alemão. Ele era o mais cascudo. Tinha uns cinquenta e poucos anos. A comunidade gostava dele. Não andava armado. Não podia vender pra criança. O Orlando<sup>59</sup> traz o fuzil. Aí começa a guerra pra unificação. O tráfico mudou. Era a força do fuzil. Agora é CV<sup>60</sup>. O Orlando tomou a Penha. Matou Pereira e o Betinho. O Orlando controlou o CV no Rio de Janeiro todo, mas ele era dono do alemão e da grota. O acesso nas favelas foi liberado. Poderia passar em qualquer lugar.”*

Quanto ao Orlando Jogador, conta que *“não trabalhava com menor, nem vendia para menor da comunidade.” “Ele pagava muito à polícia. Não podia atirar em polícia e a polícia também não atirava. Desenrolava (policiais) para levar grana.”* Neste período, final dos anos 1980 e início dos 1990, o Comando Vermelho *“permitia o acesso da bandidagem. Não tinha que pagar para o Orlando... era mais sequestrador e assaltante de banco”*. *“Pro tráfico, ele era super-herói mesmo. Quando tava puto, botava o boné virado pra trás. Ia dar merda. Era o código.” “Tratava bem as crianças. Dava doce, pipa. Não matava criança. Castigava só. Depois o tráfico matou criança”*.

Sua descrição da morte de Orlando: *“Uê era compadre do Orlando. Ele ficou sabendo que o Orlando ia passar ele. Eram ordens da cadeia...do Professor, do Escadinha, do Chinês. Nessa época, a cúpula do CV tava presa. Quem entregou o Orlando para o Uê foi a Sapatão. O Uê pediu as armas para roubar banco e matou o Orlando. No enterro dele, tinha até policiais chorando. O morro ficou de luto.”*

Surge outra importante figura: Marcinho VP<sup>61</sup>. *“Ele foi criado no tráfico, desde pequeno. Ele retomou o morro. Ai o Uê ficou no Adeus, com o Terceiro Comando. Ele (Uê) morreu em 2002”*.

---

condenado pelo assassinato do jornalista Tim Lopes. Sua prisão foi noticiada ao vivo.

<sup>59</sup> Referência ao conhecido traficante Orlando Jogador, cuja morte foi notícia em território nacional.

<sup>60</sup> Comando Vermelho.

<sup>61</sup> Mesmo preso, ainda é considerado, ainda hoje, o grande comandante do tráfico e do Comando Vermelho na região.

Sobre a estrutura do tráfico no início dos anos 2000, conta que havia “*uns que ganham muito; outros que ganham pouco, soldado. No máximo 300 por semana mais a assistência. Se tu saísse hoje, tinha dez querendo tua vaga. Aí não vive só de boca, rouba também*”. Descreve a estrutura financeira do tráfico como uma empresa, cujas saídas eram o “*arrêgo*<sup>62</sup>, *assistência, cadeia, armas, compra de drogas*”. Nessa época, já havia relação com o PCC<sup>63</sup>. O PCC trocava armas por carros. Os carros eram atravessados até o Paraguai, mudava-se o registro e eram vendidos depois. Os policiais traziam as drogas e as armas. Sobre este período, Vagner conta que a partir dos anos “*2000 era partir pra dentro*”

Nesse período, surge o traficante Tota<sup>64</sup>, que “*era que nem o Calígula. Marava brincando*” e Elias Maluco, apresentado com outras cores, como alguém que “*tinha consideração pela comunidade. Fez a quadra da Canitar. Consertou o Campo do Sargento. Se alguém fosse pedir ajuda pra ele, por exemplo, tava faltando água, ele mandava chamar a associação e botava eles pra dar um jeito. Pressionava os presidentes de associação a resolver os problemas*”. “*Ele era muito considerado na Penha também. Tinha até uma parede lá que dizia ‘Maluco, nosso eterno rei’*”. Quanto ao caso Tim Lopes conta sobre o jornalista: “*ele era usuário. Comprava do Elias. Tava sempre aí. Deixavam ele filmar, mas não podia dizer o morro. Deu mole*”. “*A prisão do Elias foi um drama. Ele fugiu pra Niterói. Aí morrei em 700 mil pra fugir pro Paraguai. Lá ele morreu em mais grana. Mas pegaram ele e fizeram acordo...pegaram ele no Paraguai. O acordo era que ele voltava pro Complexo pra todo mundo ver que pegaram ele. Construíram o cenário. Ele volta pro Complexo. Entra sozinho. Imagina, o cara só andava cheio de ouro e com mais de vinte seguranças. Entra sozinho. Entra no Beco da Merda, no Morro do Alemão. Todo mundo viu ele entrando. Dorme descalço, mendigão, no barraco, sozinho até a polícia chegar, com a Globo, aquilo tudo.*”

O traficante Tota ganha poder depois da saída de Elias. “*Tomava relógio das pessoas. Batia nas pessoas. Xingava, cuspiá nas pessoas. Tinha dois filhos e um sobrinho que andavam pelo Complexo todo, cheios de marra, humilhando as pessoas, estuprando as meninas. E aí de quem falasse alguma coisa.*”

Surge FB, que era “*casquado de guerra. Tinha uns quarenta e dois anos. Saiu da*

---

<sup>62</sup> Valor pago a policiais e outros agentes do estado como “permissão” para o funcionamento da venda de drogas.

<sup>63</sup> Primeiro Comando da Capital, organização criminosa paulista.

<sup>64</sup> Também conhecido como “Gordo”.

*prisão e o Marcinho VP mandou ele pegar a Penha. O Tota não quis dar. Os dois até chegaram a controlar, mas os caras do Tota mataram ele”.*

Foi FB, a mando de Marcinho VP, que, segundo informações da imprensa e de agentes do estado, teria iniciado a queima de ônibus que ocasionou, como reação, a operação na Vila Cruzeiro a qual trataremos adiante. Segundo Vagner, *“FB mandou queimar só dois ônibus. O resto andou sozinho. É coisa da polícia mesmo.”*

Nesta época, FB era “dono” da Penha e Vila Cruzeiro e o traficante Pezão, do Complexo do Alemão.

A experiência com a instituição policial e a imagem que constroem dela é marcada pela absoluta negatividade. Praticamente todos os indivíduos do sexo masculino com quem conversei contam já ter sofrido algum tipo de abuso policial durante abordagens, tais como xingamentos, humilhações públicas, tapas, socos, chutes e, em alguns casos, serem levados contra sua vontade à delegacia da polícia civil realizar o procedimento de “sarque”<sup>65</sup>, mesmo sem terem cometido nenhuma infração.

Sidnei, 45 anos, pastor evangélico local, universitário, nasceu e se criou no Complexo do Alemão. Jamais se envolveu com o tráfico e, hoje, goza de muito respeito nos arredores de onde pratica seu ministério religioso. Ele conta as inúmeras cenas de violência que presenciou, mas algumas são apontadas como aquelas que mais lhe incomodaram.

Em 2007, por ocasião dos jogos pan-americanos, houve uma incursão policial no Complexo que deixou, segundo estatísticas oficiais, um saldo de dezenove mortos<sup>66</sup>. O discurso dos agentes do estado, após a operação, foi que as mortes foram por confronto armado ocasionado pela recepção a tiros que os traficantes deram aos policiais que adentravam o território. Uma comissão de peritos independentes, a pedido da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, investigou as mortes e apontou no relatório que houve excessiva quantidade de projéteis balísticos encontrados nos corpos das vítimas (cerca de 70 projéteis em 19 vítimas) e, em pelo menos dois casos, indícios de execução sumária, o que demonstrou “ação arbitrária” da polícia<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Verificação de antecedentes criminais e/ou mandados judiciais em aberto.

<sup>66</sup> Organizações locais falam de um saldo de 44 mortos e 80 feridos.

<sup>67</sup> Alguns jornais apontaram a violência da ação policial, por exemplo:

<http://www.brasildefato.com.br/audio/relat%C3%B3rio-denuncia-execu%C3%A7%C3%A3o-policial-no-complexo-do-alem%C3%A3o>

<http://www.brasildefato.com.br/audio/peritos-investigam-mortes-no-complexo-do-alem%C3%A3o>

<http://www.brasildefato.com.br/audio/a%C3%A7%C3%A3o-policial-no-complexo-do-alem%C3%A3o-%C3%A9-ineficaz-afirma-membro-da-oab>

Sidnei estava no local quando a operação aconteceu. *“A entrada foi uma carnificina. Depois entraram na minha casa gritando e dizendo que sabiam que ali tinha arma e droga... me bateram na cara, reviraram a casa toda e pegaram um cordão de ouro que estava em cima da mesa de cabeceira, que eu tinha ganhado da minha avó”*. Com os olhos vermelhos, contrastando com a fala mansa e o jeito calmo, cerra os dentes e diz: *“Tenho muita violência dentro de mim. Se não fosse a instituição<sup>68</sup> eu não suportaria”*.

*“Não gosto de polícia. O BOPE invadia pra que o Terceiro Comando tomasse o controle do Complexo. O Terceiro Comando tomava o controle escoltado pelo BOPE. Tinha dia que amanhecia Terceiro Comando e anoitecia CV”*.

Sua fala traz à tona um elemento a ser considerado: não somente nos discursos, mas a pesquisa entre agentes policiais e pessoas com envolvimento no narcotráfico aponta para uma maior complexidade nas relações entre a polícia, militar e civil, e as grandes organizações do narcotráfico que atuam nestas favelas, assim como das milícias. Não é objetivo deste capítulo demonstrar os tipos de relação estabelecidas, mas parto da hipótese de que, conforme demonstrou José Cláudio Souza Alves (2010)<sup>69</sup>: primeiro, a implantação das UPPs segue uma rota geográfica de enfraquecimento da facção Comando Vermelho e fortalecimento da facção Terceiro Comando; segundo, há uma relação entre as milícias e o Terceiro Comando; Terceiro, há favorecimento das polícia militar e civil às ações do Terceiro Comando e poucos confrontos; quarto, e a mais importante questão, que voltará a ser desenvolvida, é a existência de redes e canais de negociação, diretas e mediadas, entre a cúpula das instituições de segurança pública do estado do Rio de Janeiro e as lideranças destas facções, de tal forma que pode se desconsiderar o elemento surpresa nas grandes operações policiais nestes locais, especialmente a que trato neste capítulo<sup>70</sup>. As implicações destas questões serão melhor percebidas no desenvolvimento das narrativas que seguem.

---

No geral, entretanto, os grandes noticiários cariocas ofereceram apenas a versão oficial dos agentes do estado e cobriu a notícia de forma pouco entusiasta e apoiando as operações policiais. Os eventos esportivos que ocorriam na cidade tiveram evidente prioridade entre as principais notícias.

<sup>68</sup> Referindo-se à igreja.

<sup>69</sup> Entrevista dada ao jornal “Brasil de Fato”, em 30 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/5167>

<sup>70</sup> Esta afirmação se baseia em conversas informais com agentes que atuam nos dois lados destes canais de negociação.



## 2.5 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DO ESPETÁCULO A PARTIR DA MÍDIA E DOS AGENTES DO ESTADO

Coronel Mario Sergio Duarte é Ex-Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, esteve à frente de sua corporação durante os eventos narrados e em 2012 escreveu o livro: “Liberdade para o Alemão: O Resgate de Canudos”, publicado pela Editora Ciência Moderna. Nele, traz suas memórias, em forma de narrativa, sobre o que aconteceu.

Na abertura de seu livro, na seção de Homenagens, no início do primeiro parágrafo diz: “Homenagem especial aos profissionais da mídia que não mediram esforços para transmitir imagens e informações fidedignas e esclarecedoras do *teatro de operações*<sup>71</sup>: cinegrafistas, fotógrafos, jornalistas e auxiliares”.

Sua homenagem já demonstra a existência de dois atores fundamentais na construção de todo espetáculo imagético que foi o evento de invasão/ocupação do Complexo do Alemão: a mídia<sup>72</sup> e os agentes do estado. Escrevo esta seção já entregando seu doce, o que não deixa de ser uma das conclusões deste capítulo e também da pesquisa: *Houve uma cumplicidade peculiar entre os agentes do estado e os profissionais da mídia de massa, que cobriam os eventos da invasão/ocupação do Complexo do Alemão, quanto à construção das representações e categorias daquilo que foi a operação, de tal forma que o discurso oficial dos primeiros veio a se configurar como verdadeiro, atestado e corroborado pelos segundos.*

Nesse sentido, o *teatro de operações* dos profissionais da imprensa não somente se afina mas se torna o principal instrumento de espetacularização do *teatro do estado* em sua demonstração performática de exibição de poder e força, bélicas e simbólicas. Voltarei a esta questão mais adiante.

Tudo começa no dia 21 de novembro de 2010, quando alguns carros são incendiados na Linha Vermelha<sup>73</sup> e também na zona sul da cidade. Isto se repete até o

---

<sup>71</sup> Destaque meu.

<sup>72</sup> Com “mídia” não pretendo reificar e descorporificar o conceito, mas penso nos profissionais citados pelo próprio autor, especialmente aqueles vinculados a mídia de massa. Dou destaque especial aos veículos midiáticos ligados às organizações Globo, que fizeram a principal cobertura dos eventos. Principal não no sentido de melhor ou mais apurada, mas como de maior alcance e com maior destaque durante sua programação, o que veio a elevar consideravelmente seus índices de audiência durante este período.

<sup>73</sup> Importante via que liga o centro do Rio de Janeiro à Baixada Fluminense e ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim.

dia 24 deste mesmo mês. No dia 23, a polícia faz operações em 20 favelas, onde prende 8 e mata 2 pessoas. No dia seguinte, a reação às ações policiais parece intensificar os ataques e registra-se oficialmente mais doze veículos queimados. Desta vez a polícia prende 31 e mata 15 pessoas. Todas as 17 mortes teriam sido em confronto com estes “suspeitos”. O dia seguinte, 25, marca o início da operação na Vila Cruzeiro, mas foram durante estes quatro dias que se constrói o cenário que desencadeia toda a espetacular operação no Complexo do Alemão.

Nos noticiários, o tom dramático é intensificado pelos títulos das reportagens: “*Guerra no Rio: entenda o caso*”<sup>74</sup>; “*O governo do Estado já avisou que, apesar do clima de terror instaurado, não dará um passo atrás. De acordo com o governador Sérgio Cabral, trata-se de uma reação desesperada dos criminosos*”; “*Terror no Rio de Janeiro: 27 de Novembro*”<sup>75</sup>; “*Guerra do Rio já dura 30 anos. E não vai acabar tão cedo*”<sup>76</sup>; “*Medo de ataques transforma a rotina do Rio*”<sup>77</sup>; “*Sérgio Cabral: ‘Isso é uma guerra. E como em toda guerra você tem que reconquistar territórios*”<sup>78</sup>; “*Rio vive a quinta madrugada seguida de terror e carros queimados*”<sup>79</sup>.

As capas do jornal “O Globo”<sup>80</sup> foram um destaque à parte: Dia 22 de Novembro: “*Guerrilha na Linha Vermelha*”; dia 24: “*Beltrame*<sup>81</sup>: *facções se uniram e reação da PM será em dobro*”; dia 26: “*O dia D da guerra ao tráfico*”; dia 29: “*O Rio mostrou que é possível*”. Desde o assassinato do jornalista Tim Lopes, empregado das organizações Globo, parece haver um sistemático investimento da emissora e seu jornal em construir uma representação do Alemão como o foco de todo mal<sup>82</sup>. Significativo

---

<sup>74</sup> <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/-guerra-no-rio-entenda-o-caso-20101125.html>, de 25/11/2010.

<sup>75</sup> <http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/terror-no-rio-de-janeiro>, em 27 de novembro de 2010.

<sup>76</sup> <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cenas-novas-uma-velha-guerra>, em 27 de novembro de 2010.

<sup>77</sup> <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/medo-impoe-mudanca-de-comportamento-no-rio-com-fechamento-de-escolas-e-comercio>, em 24 de novembro de 2010.

<sup>78</sup> <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sergio-cabral-%E2%80%99Cisso-e-uma-guerra-e-como-em-toda-guerra-voce-tem-que-reconquistar-territorios%E2%80%9D>, em 23 de novembro de 2010.

<sup>79</sup> <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/rio-vive-a-quinta-madrugada-seguida-de-terror-e-carros-queimados-20101126.html>, em 26 de novembro de 2010.

<sup>80</sup> Todas estas capas podem ser acessadas em : <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020101122>

<sup>81</sup> Referindo-se ao Secretário Estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, gestor das UPPs, e capital político importante do governo de Sérgio Cabral. Sua candidatura às eleições governamentais foi seriamente planejada. Sua popularidade diminui muito após violentas ações policiais contra as manifestações e a greve de professores, em 2013, e após a forte veiculação midiática sobre o retorno do tráfico e dos confrontos armados em favelas “pacificadas”. O Complexo do Alemão foi sempre um dos fatores determinantes do aumento ou queda da confiança no projeto de segurança Beltrame-Cabral.

<sup>82</sup> Alguns meses antes do novembro de 2010, a revista Caros Amigos havia feito uma crítica às coberturas de eventos policiais no Alemão feitos pelo jornal “O Globo” em reportagem intitulada: “O Globo quer

evento se deu durante a prisão do traficante Elias Maluco<sup>83</sup>, acusado do assassinato do jornalista, transmitido de forma espetacular por esta emissora, a única que pôde acompanhar a operação. Em programa televisivo<sup>84</sup>, de caráter documental, exibido em 02 de abril de 2013, o famoso repórter Caco Barcellos, em tom acusatório, filmando no local onde o jornalista havia sido torturado e morto, pergunta a moradores: “*O que vocês fizeram para evitar a morte do Tim Lopes? E, se não fizeram, por que não fizeram?*”. A suspeição de cumplicidade é evidente. Não somente dele, mas de toda a emissora.

O uso constante das expressões medo, violência, pânico, terror e guerra pelas agências midiáticas se coaduna com os discursos dos agentes do estado. Duarte (2012, p.19). em suas memórias, afirma: “*Ou agimos agora ou vira guerra civil!*”. O cenário parecia estar sendo bem construído. O inimigo comum estava lá: o Comando Vermelho: “*Por anos o potencial de crime do CV fez o povo crer que o Rio era um lugar sem solução, uma cidade fadada a conviver com o poder paralelo se exibindo como instrumento de pressão*” (Duarte, 2012, p. 37).

Leite (2000) aponta que a representação do Rio de Janeiro como uma cidade em guerra foi gestada a partir de uma série de eventos ocorridos na década de 1990 e que uma “metáfora da guerra” foi acionada sempre que eventos de violência pareciam se agravar, o que ocasionou a ideia de que o problema da violência exigia uma solução também violenta. As favelas seriam os eixos a partir das quais toda violência e criminalidade da cidade sofria sua irradiação. Esta sociedade em crise, não teria mais os instrumentos eficazes para lidar com esta situação que já fugiu a seu controle. Ela afirma que “parte da população carioca parece viver sob a metáfora da guerra, que vincula, de modo difuso, a criminalidade violenta e o narcotráfico às contradições que opõem *morro e asfalto*, traficantes e trabalhadores, favelados e cidadãos (Leite, 2000, p. 79).

No dia 29 de novembro, dois dias após a operação no Alemão, Duarte publica artigo no jornal O Globo, intitulado “*Liberdade para o Alemão*”.

“*Uma observação atenta ao que tem se passado em nosso Estado, com destaque para as áreas onde estão localizadas as favelas, irá revelar que a evolução do medo abarca*

---

sangue”. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/745-o-globo-quer-sangue>

<sup>83</sup> Cujá forma como se deu a operação traz fortes indícios da construção espetacular de um cenário para a imprensa.

<sup>84</sup> Pode ser visto em: <http://www.youtube.com/watch?v=9ypuKQhXnak>

*alguns vetores comuns aos conflitos armados, semelhantes aos ocorrido em países e territórios envolvidos em guerras internas, com significativo número de mortos entre contendores e inocentes... sem dúvida vivemos um conflito urbano armado. É menos do que uma guerra convencional, mas é muito mais do que um simples quadro de ordem pública que possa ser tratado com instrumentos convencionais*<sup>85</sup> (2012, p. 37)

O texto em destaque já aponta outro fator na construção deste cenário, neste caso, justificado *a posteriori*, que é a necessidade, segundo este agente, do uso de instrumentos não convencionais. O que ele quer dizer é que o estado deve lidar com a situação do crime e da favela no Rio de Janeiro como num estado de guerra. Numa guerra, os direitos individuais são quase sempre suspensos e passa a vigorar o Estado de Exceção. Este fator será considerado de forma mais detalhada adiante.

Carlos Alberto de Lima é coronel da reserva do Exército Brasileiro e, embora não o conte no livro, trabalhou como contratado nesta instituição durante o período de ocupação militar do exército no Complexo do Alemão. Em 2012, escreveu o livro “Os 583 dias da pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão”, onde faz um notável e muito útil esforço documental e uma intensa louvação da ação do exército. Ao escrever sobre os dias que antecederam a grande operação afirma:

*“No final de 2010, o Rio de Janeiro enfrentava gravíssimos problemas ligados à segurança pública. (...) Os marginais ainda desafiavam as autoridades, fechando ruas e avenidas, colocando fogo em ônibus e carros particulares, além de assassinares policiais, em confronto direto ou mesmo fora dele.*

*(...)Para realizar essas ações terroristas, os traficantes tentaram (ou pensaram) em fazer uma coisa antes inimaginável: pela primeira vez, depois de 16 anos, unir as duas maiores facções criminosas do Rio, com o objetivo de desestabilizar o principal projeto de segurança pública do estado- a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)” (Lima, 2012, pp. 12, 13)*

Rogério Greco é Procurador de Justiça do estado de Minas Gerais e ministrou diversos cursos na área de direito penal para o BOPE. André Monteiro é policial militar do BOPE. Eduardo Maia Betini é policial federal e concluiu o curso de formação do BOPE. Os três participaram de diferentes formas das operações de ocupação militar do Complexo do Alemão. Escreveram a três mãos, em 2013, o livro “A retomada do Complexo do Alemão”.

---

<sup>85</sup> Destaque meu.

Monteiro abre o primeiro capítulo afirmando:

*“Era um momento em que o povo carioca havia deixado sua alegria de lado. Os traficantes estavam impondo sua política de terror e a cidade estava em pânico. (...) Era assim que tudo funcionava e a cidade vivia amedrontada”* (pp. 18, 19)

Betini continua:

*“A população clama, desesperada, por uma intervenção enérgica do Estado”* (p. 41)  
*“Fixei o olhar na TV, mas em minha cabeça passava um filme com as cenas dos locais os quais eu conhecia e que, em instantes, seriam novamente o palco de uma importante batalha do bem contra o mal”* (pp. 42, 43)

O elogio à imprensa se dá também nesta obra:

*“Como em um reality show macabro, a nação acompanhou as ações das forças de segurança através de uma importante e bem-sucedida cobertura de imprensa”* (p. 43)

Significativo, também, é o que afirma o comandante da PM:

*“E se a imprensa – até aquele momento apoiando as forças legais – se voltasse contra nós?”* (Duarte, 2013, p. 136)

Estava pronto o cenário que justificaria tudo que sucedeu e conquistou aprovação em massa da grande mídia e, conseqüentemente, de parcela considerável da sociedade carioca. Algumas observações já merecem ser feitas.

Primeiro, percebe-se que a imprensa exerceu notável contribuição na constituição de todo este cenário de medo e terror. Não seria ingênuo em esperar, neste trabalho, que a mídia de massa exercesse uma função crítica nos processos da chamada “pacificação” das favelas cariocas, já que, historicamente, ela costumeiramente escolheu o lado da direita política e o comprometimento com certas elites políticas e econômicas, mas a forma como se mostrou a cobertura destes eventos foi efusivamente de *apoio acrítico às operações dos agentes do estado, de tal forma que a cobertura jornalística se transformou numa propaganda do/de estado e suas ações*<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Sobre o aumento da audiência na cobertura dos eventos referentes ao Complexo do Alemão: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/televisao/globo-retomada-do-alemao-e-da-audiencia/> e <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/televisao/guerra-do-rio-ao-vivo-rende-ibope-alto-para-a->

As informações dadas por estes agentes transformavam-se imediatamente na *verdade* e o apoio às ações, mesmo as mais violentas, dos agentes do estado se apresentava de forma semelhante a dos eventos esportivos, quando se “torce” por algum dos times ou atletas. Não pretendo com isso acreditar no mito da imparcialidade ou esperar que haja apoio a qualquer tipo de ação criminosa, mas a forma como o cenário se construiu ofereceu apoio irrestrito a algumas instituições notoriamente violentas<sup>87</sup> em ações bélicas contra territórios historicamente marginalizados e que, com frequência, sofreram/sofrem ações violentas e arbitrárias contra suas populações. Vale ressaltar que a “violência”, a “brutalidade” e o “terror” foram atributos sempre associados à ação de traficantes que queimavam veículos<sup>88</sup> e não à ação repressiva da polícia que, segundo dados oficiais<sup>89</sup>, mata 17 pessoas sendo que, num destes dias, a proporção da quantidade de mortos para a quantidade de presos foi de um para dois. Assim como aconteceu em 2007, não se viu qualquer questionamento sobre a forma como as polícias cariocas estavam agindo para reprimir estas ações. Assim, a imprensa, especialmente a carioca e de grande circulação<sup>90</sup>, se coloca como uma *aliada do estado não somente contra a criminalidade associada ao narcotráfico, mas também nas ações empreendidas por este na e contra a favela*. Assim, conforme demonstramos o elogio é mútuo.

A segunda questão diz respeito à *qualidade da informação* apresentada pelos agentes do estado. Sabe-se, especialmente depois de Foucault, que o estado usa dados, estatísticas e outras informações produzidas por certas agências para gerir a máquina estatal e governar as populações. Essas informações são construídas –o que vai além da simplista ideia de manipulação- para justificar e legitimar as ações do estado no governo das populações. O que aconteceu no evento dos ataques foi a utilização em larga escala de informações que não tinham como ser provadas ou não tinham como ser dadas as fontes ou as formas como se chegaram àquelas conclusões, só restando àqueles que a recebiam confiar na autoridade do que a contava. Se, em alguns casos, operações policiais foram efetuadas após pesquisas, dados estatísticos de aumento de certos tipos de crimes em determinadas áreas ou filmagens e gravações investigativas, desta vez só restou a quem recebia as informações acreditar que, segundo aqueles que contavam, as

---

globo/

<sup>87</sup> Como a polícia militar e a polícia civil carioca, especialmente suas tropas especializadas, o BOPE e o CORE, respectivamente.

<sup>88</sup> Não parece, em momento algum, que a ação destes grupos tenha tido por intenção vitimar pessoas que usavam estes veículos. Os veículos queimados estavam todos esvaziados.

<sup>89</sup> Dados não oficiais apontam um número bem maior de “autos de resistência”.

<sup>90</sup> As chamadas mídias alternativas e alguns outros veículos, sem tanta circulação e alcance, não devem ser incluídas nesta crítica.

informações eram fidedignas.

Assim, precisou se acreditar que os mentores das ações eram Marcinho VP e Elias Maluco, que estavam presos e inacessíveis, e que o principal executor era o traficante FB, foragido. Aqueles que foram presos não poderiam contribuir muito com as investigações porque seguiam a lei do silêncio. A razão das ações contra o estado seria o processo de “pacificação” de algumas favelas da zona sul carioca, que estaria trazendo prejuízo considerável ao Comando Vermelho, e a transferência de traficantes presos para presídios federais. Por fim, a possibilidade de uma ação conjunta de diferentes facções criminosas em represália ao projeto do governo do estado<sup>91</sup>. A fonte desta *verdade* eram os pronunciamentos do Secretário de Segurança, dos Comandantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, e do Governador do estado. Somente<sup>92</sup>.

Todas as “ações da bandidagem” resultaram, no fim do evento, em inestimável ganho de capital político para os líderes da operação, para o Governador do estado e até para o prefeito da cidade que, mesmo sem gerência sobre nenhum processo, anunciou grandes medidas para o território<sup>93</sup>.

Terceiro, a ação conjunta dos discursos destes agentes e o tom adotado pela imprensa para noticiar os eventos contribuiu para a construção de um cenário de terror que não somente justificaria mas necessitaria de saídas de emergência e estados de exceção.

Agamben (2004) recuperou o diálogo entre Carl Schmitt e Walter Benjamin sobre o conceito de estado de exceção e apontou para a necessidade da construção de uma teoria do estado de exceção no direito público. É difícil defini-lo, segundo o autor, já que está estreitamente relacionado com a guerra civil, a insurreição e a resistência. Após apontar a Alemanha nazista como paradigma fundamental do conceito, destaca que “(...) a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (2004, p. 13). Benjamin (Lowy, 2005, p.83) vai afirmar que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de

---

<sup>91</sup> Esta a mais improvável das informações.

<sup>92</sup> O uso de informações privilegiadas que não podem ser provadas e cuja fonte não pode ser relevada foi largamente utilizado, na história, para justificar ações de guerra. O governo dos Estados Unidos da América foi o que mais o fez na história recente, desde o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki até a invasão do Afeganistão –para caçar o terrorista Osama Bin Laden- e do Iraque –onde haveria um suposta arsenal de armas químicas, após o 11 de setembro de 2001.

<sup>93</sup> Vale ressaltar que, até hoje, a avalanche de serviços para o Complexo do Alemão, prometida pelo então prefeito Eduardo Paes, jamais aconteceu.

história que dê conta disso”. O estado de exceção transforma-se, assim, numa técnica de governo, uma prática duradoura e essencial dos Estados contemporâneos, uma medida “ilegal”, mas “perfeitamente jurídica e constitucional” que pode vir a se estabelecer como uma nova ordem jurídica (Agamben, 2004, p. 44). É uma tentativa de incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indiferenciação em que o fato e o direito coincidem (Ibid., p.42).

Este conceito ainda será explorado nesta pesquisa.

Nas próximas seções, farei a sobreposição de diferentes narrativas sobre o que aconteceu na favela da Vila Cruzeiro. Agentes do estado, moradores e a mídia têm diferentes histórias. Às vezes as narrativas se cruzam e se entrecortam, em outras parecem seguir caminhos radicalmente distintos. Na sobreposição fica evidenciada a diferença no olhar e na narrativa de cada um. Não pretendo comentar e apontar a todo momento as contradições e aporias porque o objetivo destas não é investigar para descobrir a verdade, mas evidenciar, em cada discurso, temas e apontamentos que já têm sido discutidos neste trabalho e outros que ainda virão a ser. Portanto, calo e deixo que estas vozes livremente narrem aquilo que poucas testemunhas realmente puderam contar.

## **2.6 O HORROR NA VILA CRUZEIRO**

No dia 25 de novembro, quinta-feira, cerca de 350 policiais iniciam uma grande operação na favela da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha<sup>94</sup>. 150 deles são do BOPE e os outros 200, policiais militares de outros batalhões e policiais civis. A entrada aconteceu com o apoio da Marinha, que cedeu nove blindados. A justificativa da operação: a Vila

---

<sup>94</sup> O saldo de mortos em confronto, antes da operação, já somavam 26 pessoas. Entre eles, uma adolescente de 14 anos, vítima de um tiro nas costas.



Cruzeiro, segundo informações da inteligência da Secretaria de Segurança, seria o maior reduto dos traficantes responsáveis pelas ações criminosas que ocorriam na cidade. A ação começou por volta das 13h e durou quatro horas.

Ao fim da operação, dezenas de traficantes fogem por uma estrada de terra que liga a Vila Cruzeiro ao Complexo do Alemão. As imagens da fuga correm o mundo.



95



96

André Monteiro, agente do BOPE:

*“Quando os traficantes começaram a se aproximar do local onde estavam guardadas as drogas, iniciando nova troca de tiros com os combatentes do BOPE que haviam feito a apreensão, nossa equipe, em virtude dessa posição privilegiada, os surpreendeu, fazendo uma linha de fogo. A outra equipe, que estava sendo alvo de ataque dos traficantes, ao perceber a nossa presença, sentiu-se aliviada e segura, pois tínhamos completo controle da situação naquele perímetro, sendo possível uma retirada mais tranquila da substância entorpecente encontrada.” (Monteiro, 2014, p. 114)*

<sup>95</sup> Reprodução da televisão, canal Globo News.

<sup>96</sup> Blindado da marinha em ação da polícia. Foto: Jadson Marques/ Agência Estado.

*“Mesmo que durante todo o dia tenha havido uma intensa troca de tiros, pela graça de Deus, não houve nenhuma baixa de nossos policiais, nem mesmo ferimentos de relevo. Com relação aos traficantes, já não se pode dizer o mesmo.” (Ibidem, p. 142)*

*“Por volta das 15 horas, o tempo começou a fechar. Os traficantes resolveram voltar a efetuam disparos em direção às equipes do BOPE. Não sabiam, contudo, que várias equipes haviam ocupado os pontos altos e estratégicos<sup>97</sup>.” (Ibidem, p. 159)*

Não é do escopo deste trabalho empreender a radiografia de uma batalha, mas um importante movimento do confronto, por motivos analíticos, merece destaque por ajudar a compreender melhor a fuga dos traficantes da Vila Cruzeiro para o Complexo do Alemão.

Enquanto uma frente avançava rumo ao topo da favela, um grupo do BOPE adentrou por uma região chamada “matinha” e se posicionou em posições estratégicas. Aquela rota de fuga já era conhecida pelos policiais que fizeram operações no local e era utilizada sempre que aconteciam operações na Vila Cruzeiro ou no próprio Complexo do Alemão. A “matinha” era a região mais densa de vegetação da rota de fuga. Ao se posicionarem lá o objetivo evidente seria o da emboscada e impedimento da fuga dos traficantes.

Ainda o agente do BOPE:

*“As equipes do BOPE resolveram fazer uma linha única de fogo. Os traficantes passaram a fugir, amedrontados com a situação. Nesse momento, percebemos que partiram em direção às torres que faziam a divisa entre os complexos da Vila Cruzeiro e do Alemão. Os canais de televisão transmitiam, ao vivo, a ação da polícia.*

*(...) Alguns desses traficantes já estavam feridos. As imagens mostravam muitos deles mancando (...)*

*Fizemos uma linha de fogo mais intensa ainda. (...)*

*As imagens de nossos companheiros, mortos no confronto entre esses mesmos traficantes, que tentaram invadir, um ano antes, o morro dos Macacos, não deixava a nossa mente. Tínhamos que prendê-los. Era uma questão de honra. A sociedade tinha que ficar livre desse grupo criminoso, que somente impunha o terror, praticando inúmeras atrocidades. Não valorizavam a vida. Não respeitavam ninguém. Mereciam ser presos” (Monteiro, 2014, pp. 162, 163)*

---

<sup>97</sup> Destaque meu.

Durante a pesquisa, escutei algumas vezes narrativas de testemunhas e moradores sobre o que aconteceu na Vila Cruzeiro, inclusive de um daqueles que afirma ter sido filmado fugindo do BOPE. As descrições se assemelham ao descrito por Monteiro, pelo menos quanto aos movimentos do combate. Segundo algumas narrativas, a invasão da Vila Cruzeiro já havia sido negociada. O combinado seria que houvesse resistência até um determinado trecho, depois haveria a fuga de alguns e outros se entregariam. Os que fossem presos, receberiam toda assistência na prisão.

*“Quando o primeiro grupo se entregou, o BOPE executou. Aí os outros que viram, fugiram”* (Homem, 25 anos, morador)

*“Tinha pra mais de cem corpos. Tudo empilhado. Eles saíram com tudo no caveirão<sup>98</sup>”*  
(Mulher, 25 anos, do lar, moradora)

*“Quando o caveirão passou deixou um rastro de sangue pelo chão...pingava sangue dele”* (Mulher, 40 anos, assistente social, moradora)

Mateus é uma importante figura do próximo capítulo. Por agora, posso dizer que é uma importante liderança política local. Ele conta:

*“Houve reforço dos soldados do CV lá do Juramento e do Engenho da Rainha... O que aconteceu aquele dia foi uma coisa de louco. Tem muita gente perdida até agora... Caveirão saiu com defunto.”*

João Lucas, filho de comerciantes da região, é pastor evangélico e liderança local. Conta que muitos membros de sua igreja tiveram ligação com o tráfico de drogas, alguns que frequentam o local de reunião ainda têm. Inúmeras vezes ele foi acionado para resgatar “condenados à morte” pelo tráfico. Sobre o dia da operação na Vila Cruzeiro, conta:

*“Naquele dia morreu muita gente. No dia da invasão, o Bope tava na Matinha... mandaram parar de dar tiro por causa da televisão. Quem foi pela mata ficou. O cheiro era um negócio insuportável ...tinha urubus pra caramba. A imprensa foi proibida de subir (...) Os outros fugiram pelas obras do PAC.”*

---

<sup>98</sup> Referindo-se ao veículo de combate do BOPE.

Durante a operação, um helicóptero da rede globo filma a fuga de traficantes rumo ao Complexo do Alemão. Em conversa com um oficial da polícia militar, que chegou a comandar o policiamento no entorno do evento, ele diz:

*“Se você olhar o iniciozinho das filmagens, você vai ver. O BOPE tá atirando da maninha. O helicóptero da civil também. A ordem era atirar e matar todo mundo. Aí apareceu o helicóptero da globo. Na hora o comandante mandou cessar fogo”*

Realmente, no início da transmissão, pode-se ver que os traficantes estão sendo alvo de tiros. Após algum tempo de transmissão, os tiros cessam. Na página oficial do BOPE na rede social Twitter, um comentário significativo: *“Um desserviço prestado pelas aeronaves da Record e Globo”*. O serviço de comunicação da Record respondeu prontamente: *“Estamos fazendo a cobertura jornalística de fatos graves e não recebemos nenhum pedido ou comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Rio para deixar de filmar alguma coisa”*. No dia seguinte à polêmica, a mesma assessoria de imprensa da Polícia Militar que havia confirmado ao jornal Folha de São Paulo a autenticidade do perfil na rede social, afirma, então, que ele é falso. O Secretário de Segurança diz que *“o Bope tem pessoas muito técnicas e especializadas naquilo que fazem, então podem ter tido outra interpretação”*. A Globo não se manifestou, já que o perfil seria falso<sup>99</sup>.

Se o objetivo das filmagens era elevar a audiência e enriquecer a cobertura jornalística, no tom de espetáculo, conforme desde o início se apresentou, seu resultado indireto parece ter sido o de ter evitado uma chacina- ou uma chacina ainda maior. Fica evidente que a crítica do BOPE às filmagens foi desmentida após ter repercutido mal. Afinal, por que aquelas imagens não poderiam ter sido mostradas? O que havia acontecido que não poderia ser publicizado? O que elas impediram de acontecer? Ao que tudo indica, desde a proibição do acompanhamento da operação por jornalistas e observadores externos, a falta de documentação imagética da mesma e os testemunhos obtidos, a operação foi mais brutal e sangrenta do que as narrativas oficiais levam a crer. Estava instalado o mais puro estado de exceção onde a gestão da vida e da morte estava nas mãos das polícias. Suspenso o direito, a administração da morte e da violência letal vai além da legítima defesa e da destruição do inimigo que ataca e resiste

---

<sup>99</sup> Este polêmica pode ser encontrada em: [http://www.correiadoestado.com.br/noticias/pm-do-rio-nega-critica-do-bope-pelo-twitter-a-cobertura-das\\_87427/](http://www.correiadoestado.com.br/noticias/pm-do-rio-nega-critica-do-bope-pelo-twitter-a-cobertura-das_87427/), em 26 de novembro de 2010.

com violência. Aqueles que fugiam, que nas palavras do comandante da PM, eram como “*hordas molambentas que se apressaram em fuga denunciadora de uma coragem fraudulenta, fantasiosa, vagabunda*” (Duarte, 2012, p. 103), construídos como a corporificação de todo mal e a maior de todas as ameaças à democracia, eram como erva daninha que precisaria ser extirpada do mundo. Não foram poucos os clamores por um massacre. Muito além de toda gigantesca e bilionária rede de relações do narcotráfico e do tráfico de armas que envolve largo capital político, envolve cúpula de todas as polícias militares, civis e federais e políticos, militares e empresários de ampla circulação e divisas espalhadas por diferentes paraísos fiscais, o ódio e a vingança por todo este estado de coisas- a droga e a arma-, é expiado no indivíduo negro, favelado, empobrecido, marginal, de fuzil na mão. Estes são vida nua, como a antiga figura do direito romano relembrada por Agamben (2010), o *Homo Sacer*, a vida matável, indigna de ser vivida. Aquele que os matar não será considerado culpado de homicídio.

## **2.7 O ESPETÁCULO DO ESTADO**



100



101

---

<sup>100</sup> 28/11/2010. Foto de Guilherme Pinto/agência O Globo.

<sup>101</sup> 28/11/2010. Bruno Domingos/Reuters.



102

Mário Sérgio Duarte, Comandante da Polícia Militar:

*“Enquanto aguardava os jornalistas, fiquei assistindo a transmissão da saída do grande comboio misto de Fuzileiros e PMs em direção às cercanias da Vila Cruzeiro.*

*Era uma imagem inesquecível.*

*Uma coluna de caminhões com equipamentos militares formada por gente decidida a fazer história, se deslocava imponente na Rodovia Washington Luiz.*

*Centenas de pessoas se aglomeravam no leito da pista para saudar os Fuzileiros, o BOPE e o Grupamento Tático de Motociclistas do Batalhão de Choque que abria caminho para a passagem dos seis Blindados M-113 transportados em caminhões-prancha.*

*As pessoas acenavam, vibravam, socavam o ar sugerindo, talvez, uma surra, um castigo nos bandidos; gestos de aprovação para a tropa de libertação que seguia aguerrida para o campo de luta.*

*Alguns batiam no peito, sobre o coração, com a mão direita fechada. Outros faziam o V da vitória; outros prestavam continência.” (Soares, 2012, p. 89)*

*“Naquele momento éramos todos contra eles; o Brasil, eu diria. A estupidez de suas ações queimando carros, aterrorizando pessoas, fazendo vítimas inocentes, despertou a população brasileira de uma espécie de letargia social, dessas que transforma uma nação valente num rebanho de cordeiros fracalhados enquanto cada um olha só para o próprio umbigo, até que lhe sobrevenha o perigo comum” (Duarte, 2012, p. 133)*

---

<sup>102</sup> 28/11/2010. Antônio Lacerda/EFE.

*“Vi que os helicópteros Super-Puma da FAB com atiradores da PM já estavam sobrevoando o Complexo.*

*Tomei um susto quanto a poucos metros da minha cabeça, uns cinte talvez, um bólido voador de asa rotativa passou ventando para tudo quanto era lado, arrancando-me a boina e ensurdecendo-me com seu ruído típico de guerra do Vietnam.*

*Parecia um dragão. Ia ameaçador na direção do Complexo do Alemão.*

*(...)*

*Começava a invasão”* (Duarte, 2012, p. 144)

Eduardo Maia Betini, policial federal:

*“A tensão alcançou seu ápice quando as imagens mostraram os carros de combate da Marinha (Clunfs, Piranhas e M113s) destruindo obstáculos e passando por cima de veículos utilizados como barreiras físicas. Helicópteros das polícias civil e militar e policiais civis e militares reforçaram a segurança do perímetro. Ao vivo na TV, imagens do combate encarniçado entre traficantes e policiais”* (Betini, 2014, p. 43)

*“As pessoas que passavam por nós, nos carros, faziam um movimento com o punho cerrado, apontado para cima, desejando-nos força.*

*Quando estávamos parados em algum semáforo, recebíamos palavras de incentivo e elogios da população.*

*(...)*

*Na região do Complexo do Alemão, a população intensificou as demonstrações de apoio. Nas ruas haviam policiais e militares de diversas instituições, todos convivendo e vivendo naquele caldeirão onde as transformações sociais eram preparadas, como que em um ritual de alquimia, onde o catalisador era a disposição guerreira de um pequeno grupo de policiais ao qual eu acabara de me incorporar*

*Veículos blindados da Marinha do Brasil eram **movimentados em um espetáculo observado a poucos metros por uma população que, finalmente, conheceria o verdadeiro poder do Estado e para a qual seria apresentado o conceito do Estado Democrático de Direito***<sup>103</sup>. *Mas não sem as agruras do combate. Antes de devolver o Complexo do Alemão para os mais de 400 mil habitantes, as forças de segurança precisariam extirpar do tecido social aquele mal denominado tráfico de drogas, ao menos seu poder bélico deveria ser reduzido de forma a prostrar seu ímpeto criminoso de joelhos diante das forças de segurança”* (Ibid, p. 78, 79)

Na tarde do dia 25 de novembro, o governador Sérgio Cabral envia ofício ao

---

<sup>103</sup> Grifo meu.



Ministério da Defesa solicitando a cessão temporária de 600 militares das Forças Armadas e diversos equipamentos bélicos. A autorização acontece no mesmo dia, através do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da defesa Nelson Jobim. Nos dias 26 e 27, acontece o deslocamento de tropas e equipamentos e a preparação para a operação de invasão/ocupação do Complexo do Alemão. Polícia Civil (CORE), Polícia Militar (BOPE), Polícia Federal (Comando de Operações Táticas), Exército Brasileiro (Brigada Paraquedista) e Marinha do Brasil formam as chamadas forças de segurança que realizariam a operação. Nestes dois dias, os lentos deslocamentos de policiais e militares para a região, a espetacular exibição de poderio bélico, acompanhada com tom ufanista pela imprensa, formaram um ritual de exibição de poder e glória pelo estado brasileiro, como, provavelmente, jamais foi visto. Esta exibição não teve como plateia os traficantes que supostamente estariam se preparando para a guerra mas a população que assistia ao espetáculo das ruas e, principalmente, pela televisão, em todo território nacional, e até fora dele.

Geertz (1980), em sua análise do estado teatro em Bali no século XIX, demonstra que o culto do estado é um argumento, sempre repetido através da linguagem do ritual, de que o status mundano tem um base cósmica onde a hierarquia é o princípio que rege o universo. Para ele, status é tudo. As extravagâncias rituais do estado teatro são como a expressão simbólica não tanto da grandeza do campesinato mas da sua ideia do que a grandeza é. De forma semelhante, transponho esta análise ao cenário urbano de uma grande metrópole e penso que o princípio é o mesmo. As extravagâncias e todo exibicionismo de poder e glória executados pelo estado brasileiro dependem, em sua construção e nas partes do ritual, da ideia do que a grandeza é, especialmente para uma nação em desenvolvimento econômico e palco dos mais importantes megaeventos esportivos mundiais, Copa do Mundo de futebol e Olimpíadas, além de outros como Copa das Confederações, Copa América, Jornada Mundial da Juventude, etc.. Mas há um diferencial: só se pode entender esta exibição, no século XXI, se for levado em consideração que este teatro não foi só exibido para aqueles que estiveram fisicamente presentes, mas, através de toda uma outra forma própria de linguagem, a da televisão e, quiçá, do cinema, e alcançou o mundo todo.

Assim, torna-se muito útil a análise de Debord (1997), onde “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (1997, p. 13). Para este autor, o espetáculo apresenta-se ao mesmo

tempo como a própria sociedade, uma parte dela e instrumento de unificação. Ele não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens (Ibid., p. 14). É a afirmação da aparência e a afirmação da vida humana como simples aparência (Idem, p. 16). Portanto, nessa sociedade fundamentalmente *espetaculoísta* (Ibid., p. 17), que tem como o espetáculo sua principal produção, onde ocorre o deslizamento do *ter* para o *parecer*, este teatro do estado brasileiro precisou ser construído na forma de um espetáculo a fim de ser exibido para milhões de pessoas que encontrariam no espetáculo que assistiam, e do qual fundamentalmente fazem parte, a confirmação dramática de pertencimento e adesão ao estado que administra suas vidas.

Este espetáculo se desenrola de forma essencialmente ritual. Desde Durkheim (1989) sabemos que os ritos são “maneiras de agir que surgem unicamente no seio dos grupos reunidos e que se destinam a suscitar, a manter ou a refazer certos estados mentais desses grupos” (p. 38). Em sua genealogia, ele encontra na religião a origem das categorias. Mesmo secularizados, estes rituais de guerra e exibição de poder e glória empenhados pelas instituições em jogo, numa performance coletiva, têm sua forma e origem em questões metafísicas sendo, assim, possuidores de um caráter religioso. Carl Schmitt (2009) já havia apontado que todos os conceitos decisivos da moderna doutrina do Estado são conceitos teológicos secularizados.

Debord (1997) percebeu a relação entre o espetáculo e a religião quando afirmou que a filosofia, como poder do pensamento separado e pensamento do poder separado, jamais conseguiu superar a teologia. Sendo assim, “o espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa” (p. 19). O estado teatro geertziano e a sociedade de espetáculo contemporânea têm em comum a exibição e a concretização terrena da hierarquia. “Assim, o espetáculo é uma atividade especializada que responde por todas as outras. É a representação diplomática da sociedade hierárquica diante de si mesma, na qual toda outra fala é banida” (Debord, 1997, p. 20).

Chama a atenção, mais uma vez, como estes agentes do estado, em suas narrativas oficiais, mesmo que na forma de memórias, descreveram aqueles eventos:

*“A população queria ver e fotografar os “tanques de guerra: corcéis de metal que quase atropelaram, a galope de esteiras, as hordas molambentas que se apressaram em fuga denunciadora de uma coragem fraudulenta, fantasiosa, vagabunda. Queria conferir a majestade dos tigres encouraçados que, quais bichos-papões pós-modernos, puseram a correr, apavorados como coelhinhos sujos, os estorvos da sociedade pacífica que a Vila Cruzeiro poderia ter sido sempre, se aquelas falanges malévolas de*

*sandálias de dedo esbagaçadas e cordões de ouro em pescoços encardidos não lhes tivesse subtraído tanta vida e tanto futuro por vinte e cinco anos.”* (Soares, 2012, p. 103)

*“Aquele fila enorme de blindados, se deslocando pela avenida Brasil era uma demonstração de força do Estado jamais vista”* (Monteiro, 2014, p. 156)

*“Nas calçadas, centenas de pessoas assistiam, atônitas, ao espetáculo de força proporcionado pelo Estado.”* (Betini, 2014, p. 204)

*“Sim, nossa nação, porque estava em jogo não o tráfico de drogas e o domínio de territórios por esses traficantes na cidade do Rio de Janeiro. Mais do que isso, estava em jogo a força do próprio Estado, como um todo”* (Greco, 2014, p. 235)

Assim como em Negara, tudo isto era *mise-en-scène* e através dela, dos rituais de corte, que Negara se tornava viva e existente (Geertz, 1980, p. 116), pelo espetáculo de força e exibição de poder bélico o estado brasileiro se torna vivo e real para aqueles que o assistiram.

Este autor aponta que o substantivo mestre do moderno discurso político, *estado*, tem ao menos três temas etimológicos condensados nele. O primeiro é *status*, no sentido de posição, condição; o segundo é *pompa*, no sentido de esplendor, exibição, dignidade; o terceiro é *governo*, no sentido de reinado, regime, domínio, senhorio. O último destes significados, mesmo sendo o mais recente, acabou obliterando nossa compreensão da multiplicidade da natureza da alta autoridade. O que Negara faz, segundo ele, é explicitar a interconexão entre status, pompa e governo, exatamente aquilo que o conceito contemporâneo de poder público obscurece.

As visões do estado como “grande besta”, do Leviatã de Hobbes ao Minotauro de Jouvenel, localizam seu poder no caráter ameaçador do dano, assim a função da parada e da cerimônia da vida pública seria disseminar o terror naqueles que ameaçam o confronto. Nas visões do estado como “grande fraude”, de Marx a Pareto, a concepção de cerimônia do estado é mais uma mistificação, no sentido de espiritualização de interesses materiais e obscurecimento dos conflitos materiais. Em todas estas visões, segundo Geertz (1980), o aspecto semiótico do estado acaba sendo uma pantomina. A cultura clássica balinesa permite ao autor uma outra visão da teoria política, onde o status é sua obsessão dominante e o esplendor é o material do estado. Para se entender negara é preciso deslocar suas emoções e construções para estes atos que elaboram uma

poética do poder, não uma mecânica. Assim, o estado emana sua força, que é suficientemente real, de suas energias imaginativas, sua capacidade semiótica de fazer da desigualdade algo encantador. O motor de tudo isto são as cerimônias do estado.

Agamben (2011), numa análise de admirável fôlego teórico, propõe encontrar no dispositivo da *oikonomia* da doutrina da trindade cristã um laboratório privilegiado para observar o funcionamento e a articulação da máquina governamental, ou seja, a forma que o poder assumiu no Ocidente como um governo dos homens. Para ele, a dupla estrutura da máquina governamental assume uma “forma da articulação entre Reino e Governo e, por fim, questiona a própria relação (...) entre *oikonomia* e Glória, entre o poder como governo e gestão eficaz e o poder como realeza cerimonial e litúrgica” (p. 10). A relação entre *oikonomia* e Glória assume a estrutura última da máquina governamental do Ocidente. Ele encontra na forma moderna da opinião pública e do consenso a função das aclamações e da Glória. Os meios de comunicação assumem, então, função primordial nas democracias modernas porque, principalmente, administram e dispensam a Glória, “aquele aspecto aclamativo e doxológico do poder que na modernidade parecia ter desaparecido” (p. 10). Em diálogo com Debord: “A sociedade do espetáculo é, desse ponto de vista, uma sociedade em que o poder em seu aspecto “glorioso” se torna indiscernível com relação à *oikonomia* e ao governo” (p. 10). A mídia difunde e dissemina em cada âmbito, público e privado, da sociedade este aspecto da glória, onde antes havia o confinamento às esferas das liturgias e dos cerimoniais. Agamben conclui: “A democracia contemporânea é uma democracia inteiramente fundada na glória, ou seja, na eficácia da aclamação, multiplicada e disseminada pela mídia além do que se possa imaginar (p. 278).

## 2.8 A GUERRA QUE NUNCA HOUE

No dia 28 de novembro, um domingo, às 8h da manhã, começa a operação de ocupação/invasão do Complexo do Alemão, com cerca de 2.600 agentes de segurança. Pouco mais de uma hora depois, o comandante da PM anuncia a vitória<sup>104</sup>. Alguns tiros

---

<sup>104</sup> Teriam sido apreendidos, segundo seu relato, 37 toneladas de maconha, 169 fuzis, 215 pistolas, 19 carabinas, 34 espingardas, 39 metralhadoras com bi-pé, 19 submetralhadoras, 77 revólveres, 418 quilos de cocaína, 5,2 quilos de haxixe, 161 quilos de crack, 300 motos e 50 carros.

são ouvidos. Nada que se compare ao que aconteceu na Vila Cruzeiro. A batalha do Alemão não aconteceu. A guerra nunca houve, mas há muito para ser dito.



105

Palavras do comandante da PM:

*“Os bandidos haviam sumido! (...) Quase não havia reação!”* (Duarte, 2012, p. 146)

*“A sangrenta batalha prevista para o Complexo do Alemão nunca aconteceu”* (Ibid., p. 151)

À noite deste mesmo dia, o Secretário de Segurança, fala em entrevista coletiva e classifica o Complexo Alemão como o *“coração de todo mal”* e que seu mito era derrubado<sup>106</sup>.

Outras vozes surgem<sup>107</sup>.

Surpreendentemente dissonante com o veículo onde escreve e com o tom da mídia de massa, o repórter Jorge Antônio de Barros, o chamado *“repórter de crime”* do *“O Globo”*, levanta, em seu blog, vinculado a este jornal, suspeitas sobre a operação:

*“Não quero ser do contra em hipótese alguma, mas meu trabalho é mesmo o de colocar pulgas atrás das orelhas de vocês. Não tenho qualquer informação, posso estar totalmente enganado, mas há sinais claros de que houve algum tipo de acordo nos*

---

<sup>105</sup> Policial hasteia bandeira no alto do Complexo do Alemão. Foto: Bruno Gonzales. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/11/28/policia-hasteia-bandeira-no-alto-do-complexo-do-alemao-344852.asp>

<sup>106</sup> <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/11/28/beltrame-derrubado-mito-do-complexo-do-alemao-344987.asp>

<sup>107</sup> Na Veja, o colunista Reinaldo Azevedo fala sobre o acordo com os traficantes para que a ocupação fosse pacífica: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-acordo-a-ocupacao-pacifica-do-complexo-do-alemao-e-o-futuro/>

*bastidores para que a maioria dos bandidos deixasse o território, sem a reação esperada pela sociedade. (...)*

*O comandante-geral da PM, coronel Mário Sérgio, está convencido de que os criminosos permanecem escondidos no Alemão. O cerco do Exército foi muito bem feito, mas na operação da Vila Cruzeiro há suspeitas de que policiais ajudaram os bandidos a escapar levando R\$ 2 milhões naquela picape que apareceu nas imagens da fuga em massa.”<sup>108</sup>*

Algumas vozes locais também o fazem:

*“O que eu vou falar todo mundo sabe. Os principais pagaram pra sair e saíram escoltados. O FB pagou 2 milhões ...Pezão pagou 5 milhões...*

*Fui pego na Nova Brasília. Viram nada consta e me liberaram. Botaram fuzil na minha cara, me xingaram. Policial entrou na minha casa várias vezes. Bateram em mulher. Roubaram casa. Levaram dinheiro. Por doze anos, policial botou fuzil na minha cara. Se falasse ou reclamasse diziam que tava protegendo traficante.” (Vagner)*

Sidnei relatou que ficou com medo por sua família. Sua esposa teria insistido em ficar já que ele ficaria, acompanhando eventuais emergências, especialmente por causa dos membros de sua igreja. Depois de muita insistência, na manhã da invasão, ele tenta sair de uma das principais ruas da favela, onde reside, mas é impedido por um militar.

*“Os chefes no dia da invasão saíram numa boa. Eu não podia sair de casa. Mandaram eu voltar. Mostrei minha filha pequena e disse que ela tava com fome e eu precisava ir ao mercado pra comprar mantimento...tava tudo fechado por lá. Ele deixou eu sair e disse pra procurar ele na volta”*

Conta, então, que deixou sua família na casa de seu sogro e retornou. Estava tão nervoso que esqueceu de comprar comida. Ficou dentro de casa por dois dias, comendo miojo, esperando a situação se acalmar. Só saía para ir à igreja, que ficava alguns metros à frente de sua casa. De lá recebia pessoas, ligações, e escutava o que estava acontecendo. Conta ter escutado sobre torturas e execuções. Numa outra igreja, um grupo de policiais teria invadido e roubado as ofertas. *“Cinquenta reais, meu irmão”*.

---

<sup>108</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2010/11/28/moradores-do-alemao-colaboram-com-forcas-de-seguranca-344880.asp>

*“Roubaram muita coisa da casa das pessoas. Eles entravam e pediam nota fiscal. Quem guarda isso? Se não tivesse levavam tudo. Eletrodoméstico, joia, celular, moto, qualquer coisa...”*

*“Entraram na casa do meu vizinho. Disseram que receberam denúncias que ali tinha droga e arma escondida. Era o que eles diziam pra entrar na casa de todo mundo. O cara era trabalhador. Conheço ele desde pequeno. O cachorro dele tava preso na corrente e não parava de latir. O policial deu um tiro na cabeça do cachorro.”*

Mateus:

*“Caveirão saiu com muita gente grande... Usaram de truculência. Foram agressivos. Furtaram os outros. Ouro, prata, tudo que tinha valor...levaram. O Bope tinha carta branca de fazer a limpeza geral ...execuções, torturas, agressões, forjaram muitas situações em cima das pessoas”*

João Lucas:

*“Quem tinha ouro para sair pagou e saiu do morro”*

Se a batalha não aconteceu, o vencedor, contudo, se viu no direito de usufruir dos despojos do exército vencido. Após a ocupação estratégica do território, era preciso “varrer” as casas, em busca de armas e drogas. Ao que parece, para estes agentes do estado, toda casa é potencialmente suspeita de colaboração com o tráfico, até que se prove o contrário. Estabelece-se o mais puro estado de exceção e os domicílios não se tornam mais redutos invioláveis do âmbito privado do cidadão. Muitas vezes locais resistem, mas não são ouvidas. A mídia noticia denúncias de roubos e saques feitos por policiais, mas a violação de domicílio é naturalizada tanto pela imprensa, quanto pelos agentes do estado e, por impotência ou falta de informação, pelos moradores. O que chama a atenção, nesta situação, é que o direito é suspenso, sendo estabelecido um outro ordenamento jurídico, com suas regras próprias. Sem constrangimento algum, devido, penso, à naturalização do procedimento, os agentes do estado se pronunciam sobre o que precisou ser feito após a ocupação.

*“Agora todos os dois complexos voltariam para as mãos do Estado. Isso era inevitável e os traficantes também sabiam disso. Mas, antes, tínhamos que fazer um pente-fino em todo território já conquistado. O trabalho seria intenso, pois teríamos que varrer cada*

*pedaço, cada residência, cada buraco, enfim, teríamos que começar uma busca em, aproximadamente, 454.000 m<sup>2</sup>*” (Monteiro, 2014, p. 178)<sup>109</sup>

*“Continuamos o trabalho de “bater as casas”, ou seja, entrar nos barracos buscando traficantes, drogas, armas ou munição.”* (Betini, 2014, p. 213)

*“O Ten.-Cel. Fábio montou outras duas equipes que começaram a “bater” as residências próximas.”* (Betini, 2014, p. 216)

*“Quando não tínhamos o que checar, voltávamos ao trabalho de “bater” as casas.”* (Betini, 2014, p. 217)

*“A patrulha deles continuou batendo as casas do local”* (Betini, 2014, p. 258)

*“Voltamos a fazer o que sabíamos fazer, patrulhar, durante o resto da manhã prosseguimos com o serviço de “bater” as casas da favela.”* (Betini, 2014, p. 286)

Logo começaram a surgir denúncias<sup>110</sup> de que as “varreduras”, em muitos casos, se transformavam também em saques, agressões, depredações e torturas. Muitos moradores, tendo que deixar suas casas para trabalhar, deixavam papéis colados nas portas pedindo que suas casas não fossem arrombadas. Quando questionado sobre isso, o governador Sérgio Cabral, em entrevista coletiva<sup>111</sup>, disse que “*não vai tolera abusos*”, que os policiais pegos seriam punidos. Conclui sua fala, entretanto, dizendo que se tratava de uma “*guerra*”.

Encerro este capítulo descrevendo uma cena ocorrida na primeira visita do Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, ao Alemão, após a ocupação das tropas<sup>112</sup>: acompanhado do comandante da Polícia Militar, Mario Sergio Duarte, cercado de dezenas de policiais e repórteres de jornais e televisões, o secretário caminha em tom triunfante. Flashes, closes, aplausos eram oferecidos em profusão. A comitiva é interrompida por uma moradora, Dona Cleonice, 54 anos, empregada doméstica. Ela reclamava que não estava podendo sair para o trabalho. Conta que, no dia anterior, um policial entrou em sua casa: “*Um policial entrou e quis saber onde tinha paiol, onde tinha traficante, e eu disse que não sabia. Eu trabalho, não passo o dia aqui*”. O

---

<sup>109</sup> O capítulo inteiro de onde extrai este trecho chama-se “A varredura”.

<sup>110</sup> <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/11/29/alemao-policiais-poderao-ser-expulsos-por-saques-345308.asp> e <http://veja.abril.com.br/blog/veja-acompanha/violencia-no-rio/moradores-denunciam-abuso-de-policiais-beltrame-promete-punicao/>, por exemplo.

<sup>111</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/e-guerra-diz-cabral-sobre-ocupacao-no-alemao.html>

<sup>112</sup> Este evento me foi contado algumas vezes por testemunhas que viram o evento e também pode ser encontrado em: <http://veja.abril.com.br/blog/veja-acompanha/violencia-no-rio/moradora-denuncia-diretamente-a-beltrame-abuso-de-policial/>



policial teria pego na arma, reagindo a um bule de água quente que estava com ela, e a ameaçado, querendo levar todo o dinheiro que ela tinha em casa- cerca de 2.400 reais. Depois levou embora um cacho de bananas. “*Saiu comendo*”, completou.

## CAPÍTULO III

### O FUZIL E A CRUZ: PODER ARMADO E PODER DIVINO NO COMPLEXO DO ALEMÃO



Após a grande operação de invasão/ocupação, o território foi ocupado militarmente pelo Exército Brasileiro, que batizou sua brigada de “Força de Pacificação”, cuja formação era composta por duas FT (forças-tarefa), uma para o Complexo do Alemão e outra para o Complexo da Penha. Cada FT era composta por quatro companhias de fuzileiros, que patrulhavam a pé e motorizados e tinham função de polícia. Foram instaladas duas bases, uma numa antiga fábrica da coca-cola, no Complexo do Alemão, e outra no Parque Ary Barroso, no Complexo da Penha. Cada brigada ficava em torno de três meses no local, quando era substituída por outra. Os comandos também eram submetidos a este rodízio. O acordo inicial de ocupação seria do início de dezembro de 2010 até o final de 2011, mas por pedido do governador Sérgio Cabral, acatado pelo governo federal, o exército permaneceu no território até o dia 30 de junho de 2012, quando a polícia assumiu suas funções através das seguintes Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs): UPP Fazendinha, UPP Adeus/Baiana, UPP Alemão, UPP Nova Brasília, UPP Vila Cruzeiro e UPP Parque Proletário.

Durante a ocupação militar, o policiamento era feito por 1.660 militares, apoiados por 150 ligados a comunicação social e 200 no apoio logístico. Todos atuavam em esquema de rodízio<sup>113</sup>.

O objetivo deste capítulo é construir um olhar analítico à aproximação e parceria do exército com algumas redes religiosas cristãs locais. Assim, se não é escopo desta seção analisar a ocupação militar em todos os seus muitos e ricos aspectos configurativos, penso que este recorte traz importantes luzes para uma compreensão mais rica do que foi aquele período de intervenção militar num território urbano de uma das mais importantes metrópoles brasileiras. A forma como militares acionaram certas redes religiosas para contribuir em seu governo das populações locais, e como estas redes religiosas viram na aproximação com o exército uma oportunidade de participação em estâncias inéditas de decisão e poder, torna-se assim o centro a partir do qual foi construída a etnografia deste período. Apresento, nesta pesquisa, como atores religiosos, especificamente ligados às redes evangélicas pentecostais, tiveram importante protagonismo naquilo que foi chamado de “pacificação” do Complexo do Alemão e como foram acionados pelos agentes do estado para serem aliados neste processo.

Tento compreender, ou simplesmente lançar luz, às emaranhadas relações entre certos agentes do estado, na forma de militares do exército, e atores religiosos cristãos no território, e como o poder divino e o poder armado se entrelaçam através do discurso e da prática destes atores, nesta etnografia. Longe de pretender encerrar o assunto ou propor soluções, a construção de uma etnografia ajuda, a partir de um panorama, a fazer apontamentos e mapeamentos sobre a forma como atores religiosos interagem e dialogam com diferentes instâncias do estado na localidade.

A principal razão deste recorte foi, no Complexo do Alemão, a decisão do exército em privilegiar a liderança religiosa cristã local na aproximação e na escuta das “demandas sociais” da favela. Esta escolha foi motivada em grande parte pela desconfiança para com as lideranças não-religiosas que, segundo escutei em diversos relatos, teriam ou algum tipo de ligação com o tráfico ou alguma escusa intenção de lucro político. As lideranças não-religiosas que foram “aceitas” passaram pela mediação e crivo dos religiosos.

Aproximo-me, num primeiro diálogo teórico, de Berger (2000), ao entender que vivemos num mundo ferozmente religioso ainda, e que, ao contrário do que se previu, a

---

<sup>113</sup> Estes são dados oficiais. Também podem ser encontrados em Lima (2012).

modernidade e a secularização não levaram a um declínio do religioso. Especialmente no contexto brasileiro, é mister evitar o equívoco metodológico de se pensar a secularização trazida pela modernidade a partir do modelo europeu, ao se tentar aplicar impunemente as teses dos principais autores da “teoria da secularização” a um contexto peculiaríssimo e que obedeceu a um ritmo próprio e a uma relação histórica profundamente particular entre instituições seculares e religiosas.

A religião, no escopo deste trabalho, não é um fim em si mesmo, mas uma janela que se abre para outros processos sociais. Trata-se sempre da ação social de atores religiosos, jamais uma entidade abstrata que exista por si mesma. Assim, por exemplo, a fonte religiosa pode exercer notável contribuição na compreensão de conflitos entre o exército e certos grupos locais e na forma como é construída a relação entre o indivíduo uniformizado, armado, que representa uma instituição que necessita do uso e da demonstração da força física ou simbólica a fim de cumprir seus objetivos e justificar sua existência, e o morador, civil, que vê sua rua, extensão importante da casa, agora ocupada por este desconhecido.

Carly Machado (2013), numa análise do show da banda gospel evangélica Diante do Trono realizado no Complexo do Alemão, três meses após a ocupação do exército, aponta que olhar para os processos de pacificação em favelas cariocas envolve a produção e manutenção de um projeto moral de redenção conduzido pelo estado, que associa a “libertação” dos domínios do crime e do tráfico de drogas com a libertação religiosa cristã do mal, do pecado e do inimigo. Ao contrário do que possa parecer, ela mostra que a articulação entre projetos de segurança pública com projetos morais, religiosos ou civis, mobiliza, de forma privilegiada, a conversão subjetiva destas populações não ao Cristianismo, mas ao projeto de “paz” do estado fluminense.

“Além de libertar, redimir é perdoar, remir os pecados. Assim, a política de pacificação não só retira os traficantes do território, mas também perdoa as populações que se supõem, ou se afirmam, que haveriam se envolvido com o mal/crime por força das circunstâncias e falta de opção melhor. Ao mobilizar a gramática evangélica da nova vida em Cristo, o Estado do Rio de Janeiro e seus parceiros dão uma nova chance às populações perigosas de converterem-se ao bem e libertarem-se do pecado.” (Machado, 2013)

Desta forma, num primeiro fôlego analítico, pode-se entender que, no Complexo do Alemão, diferentes projetos redentores se se aliaram, o do estado e o do cristianismo.

Esta parceria foi possível porque, de alguma forma, a “missão” de ambos é uma missão de “libertação” moral das populações locais, seja do tráfico e das drogas, seja do funk e da sexualidade “imoral”, da “incivilidade”, da “falta de lei” e da informalidade.

### **3.1 LAICIDADE, SECULARIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE**

Como princípio, cunhado pelo Iluminismo europeu, laicidade significa a separação do poder político/administrativo/gestão do Estado do poder religioso, e vice-versa. Historicamente, remonta ao desligamento do Estado e do ensino público em relação à religião; a neutralidade religiosa das instituições públicas; tolerância religiosa; e liberdade de consciência para que o indivíduo possa livremente escolher a religião- ou a ausência dela- que melhor lhe agrada. Secularização, como conceito, por sua vez, abrange diferentes processos nos quais se verifica o enfraquecimento da presença e da influência do religioso nos fenômenos sociais e culturais.

Afinal, como destacou Mariano (2011), os próprios conceitos de secularização e laicidade, além de polissêmicos, fazem parte do léxico de disputas intensas pelas quais tanto grupos secularistas quanto seus adversários religiosos constroem e lhes atribuem novos significados e valores durante a construção das estratégias de confronto.

Casanova (2010) demonstrou o quanto há de imprecisão histórica nos mitos fundacionais da identidade europeia contemporânea e nas narrativas seculares comuns sobre religião e democracia na história europeia:

“A narrativa mais divulgada, e que é oferecida tanto como explicação genealógica quanto como justificativa normativa para o caráter secular da democracia europeia, apresenta a seguinte estrutura temática. Em um passado distante, na Europa Medieval, houve uma fusão –como é típico das sociedades pré-modernas- entre religião e política. Mas essa fusão, sob as novas condições da diversidade religiosa, do sectarismo extremo e do conflito criado pela Reforma Protestante, levou às terríveis, brutais e intermináveis guerras do início da Era Moderna que arruinaram as sociedades europeias. A secularização do Estado foi a resposta adequada a essa experiência catastrófica que aparentemente marcou de forma indelével a memória coletiva das sociedades europeias. O iluminismo encarregou-se do resto. E, mais importante, aprenderam a domar as paixões religiosas e dissipar o fanatismo obscurantista, relegando a religião à proteção da esfera privada e criando uma esfera pública aberta, liberal e secular, onde

predominam a liberdade de expressão e a razão pública. São esses os alicerces seculares propícios sobre os quais a democracia cresce e se fortalece.” (Casanova, 2010, p.2)

O autor, então, demonstra o quanto essa narrativa é, de fato, um mito histórico.

Primeiro, as guerras religiosas do início da Era Moderna, especialmente a Guerra dos Trinta Anos (1618-68), não produziram, imediatamente, um Estado secular, mas um Estado confessional. Segundo ele, em nenhum lugar da Europa o conflito religioso levou à secularização, mas sim à confessionalização do Estado e à territorialização das religiões e dos povos.

Segundo, foram os grupos religiosos e a política religiosa que contribuíram, mesmo que por vezes sem intenção, para a democratização e secularização da política em muitas sociedades europeias.

Terceiro, entre os extremos da laicidade francesa e a igreja luterana na Europa nórdica, há todo um leque de padrões diversos de relações Igreja-Estado na educação, na mídia, na saúde, nos serviços sociais e outros, que se configuram como complexos não seculares. Por exemplo, a política de pilarização dos Países Baixos, ou o reconhecimento do Estado oficial corporatista das igrejas católica e protestante na Alemanha. Não surpreende, assim, que a maioria das sociedades europeias continentais manteve partidos confessionais que desempenharam um papel crucial na democratização dessas sociedades (Ibid., p. 9).

Aproximo-me de Burity (2001), ao rejeitar a discussão sobre o “retorno do sagrado” ou as querelas sobre a secularização e ao considerar mais frutífera a conjunção de aprofundamento da religião como prática pessoal e desprivatização da religião como força social e política. Para este autor, se há alguma volta, é a da religião à esfera pública, uma penetração ou reabertura dos espaços públicos à ação organizada de grupos ou organizações religiosas.

Utilizo como chave analítica o conceito de governamentalidade, conforme talhado por Foucault (1979, 2008), que, segundo este autor pode ter três significados. Primeiro, o conjunto de instituições, procedimentos, análises, cálculos e táticas que permitem o exercício do poder que tem como alvo a população e tem como procedimento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, a tendência ocidental de preeminência do tipo de governamental de poder, que levou a construção e o desenvolvimento de uma série de técnicas e saberes específicos. Terceiro, a transformação, ocorrida no séculos XV e XVI, do Estado de justiça medieval no Estado administrativo governamentalizado.

Nas palavras do autor, “são as táticas do governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.” (1979, p. 292).

A governamentalidade nasce do modelo arcaico da pastoral cristã. Para ele, a verdadeira história do pastorado, como uma forma específica de poder sobre os homens, como matriz de procedimentos de governo dos homens, nasce com o cristianismo. A pastoral cristã estaria no pano de fundo do nascimento do Estado moderno, quando a governamentalidade se torna uma prática política calculada e refletida. Em seguida, a governamentalidade se apoia em uma técnica diplomática-militar e finalmente toma a forma de uma série de procedimentos e técnicas com a polícia. “Pastoral, novas técnicas diplomático-militares e finalmente a polícia: eis os três pontos de apoio a partir do que se pôde produzir este fenômeno fundamental da história do Ocidente: a governamentalização do Estado.” (1979, p. 293).

A proximidade e a aprovação das igrejas às UPPs e ao Exército Brasileiro, por sua vez, podem estar no fato de que o modelo de gestão é um modelo pastoral, cuja origem é o Cristianismo. Esta proximidade pode ser uma proximidade por identificação de modelos. A “pacificação” parece ser uma pastoralização cristã, como modelo de gestão de corpos, da segurança pública. Seu projeto se harmoniza com o projeto cristão local.

### 3.2 AS REUNIÕES RELIGIOSAS

O Comando do exército entendeu que atores religiosos locais poderiam ocupar papel importante na mediação das tensas relações entre soldados e moradores, então começou a promover reuniões com estas lideranças religiosas. Um fator importante a ser considerado é que as reuniões tiveram início após o desconforto gerado pela publicização do elevado número de prisões de moradores por desacato. Outro fator da escolha de religiosos se deve a explícita desconfiança dos militares com pessoas ligadas às associações de moradores ou ONGs locais. Eles seriam, segundo os militares, “*coniventes com o tráfico*” e “*contaminados*”.

A desconsideração de expressões religiosas que não fossem cristãs é outro

elemento importante para a análise. Não houve empenho em incluir outras religiões. Isso se deve, em parte, a própria concepção de religião que o Exército Brasileiro apresenta. Parto da hipótese de que para o Exército, religião aceitável é o cristianismo<sup>114</sup>. Basta notar que somente há capelães cristãos, católicos e evangélicos, em seu corpo de capelania e, embora haja reconhecimento do espiritismo kardecista, inclusive espaços de encontro, não há capelães desta expressão religiosa, nem de religiões de matriz africana.

A iniciativa do Exército nesta aproximação vendo-a como aliada do projeto de “pacificação” e controle de territórios é a menor das questões. Afinal, como observou Giumbelli (2002), esta noção de “separação” enquanto referência jamais se realizou historicamente e o Estado moderno nunca se desinteressou da religião e a religião, ao reivindicar seus direitos, teve de considerar o Estado. No Brasil, a separação entre Igreja e Estado foi inaugurada formalmente com a República, mas poucas vezes deixou de preservar os privilégios católicos, também jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política (Mariano, 2011).

O desafio de se tentar compreender as complexas relações entre agentes do estado segurança pública, seja pelo Exército Brasileiro ou pela Polícia Militar, e agentes religiosos no Complexo do Alemão, é um convite a uma séria reflexão a respeito de nossos conceitos sobre laicidade e os limites e fronteiras entre a religião e o poder público. Num mesmo olhar ou recorte, além da disputa por espaço, prestígio e reconhecimento, torna-se muito difícil separar aquilo que é religioso, puramente político ou questão de ordem e segurança pública.

Mais que respostas, o Complexo sofisticava nossas perguntas.

O próprio conceito de “sobreposição”, como ato ou efeito de sobrepor, por uma coisa por cima de outra, não se encaixa adequadamente. Nossas divisões cartesianas não dão conta da complexidade observada. Os papéis de agente religioso, agente de segurança pública/militar e liderança comunitária, mais do que se sobrepõem, são vivenciados sem as divisões fronteiriças que, por vezes, exigimos para a análise.

Não trabalho com a hipótese do risco da captura do poder político pelo poder religioso, manifesto na complementaridade entre o poder divino e o poder das armas, porque na análise admito a impossibilidade de se fazer esta separação. Nossas

---

<sup>114</sup> Curiosamente o nome das tropas que ocuparam o Complexo era Operação Arcanjo.



categorizações sobre laicidade, poder secular, poder religioso, não dão conta da complexidade do que encontramos. Para tanto, renuncio a elas e, se não me encontro capaz de propor outras –que só forçariam a realidade a outro tipo insatisfatório e incompleto de encaixe- e penso encontrar uma configuração particularíssima e um convite irresistível a sofisticar e abrir certas conceituações consagradas pelo uso.

Montero destacou que:

“o secularismo, enquanto doutrina política do Estado, não implicou necessariamente na separação entre as instituições religiosas e as instituições governamentais. Ele colocou em jogo, ao contrário, uma dupla mutação na qual, por um lado, as demandas religiosas se representam nos fóruns decisórios e, por outro, agentes religiosos são chamados a colaborar na execução de políticas públicas. Nesse processo se re-elaboram novas concepções de ‘religião’, de ‘ética’ e de ‘política’.” (2012, p.172)

A desconstrução da fronteira entre o público e o privado redefine a relação entre religião e política como uma retomada do vínculo. Esta desconstrução se manifesta, pensando nos termos derridianos, como uma interrupção da lógica binária, polarizadora, o que não impede que um ou outro venham a predominar vez ou outra, onde toda oscilação será resultado de decisões ético-políticas (Burity, 2001, p. 31).

Indo além da “volta da religião” ou da “ampliação da esfera pública ou política”, a questão que se apresenta pede uma redefinição do *status* do político e do religioso.

“De um lado, os limites do político extrapolam o estado, o que atesta a insuficiência do neutralismo e da separação entre igreja e estado para disciplinar a relação religião/política. De outro lado, há uma visível desinstitucionalização da religião, que se traduz na proliferação de igrejas, movimentos e grupos informais que mais se prendem aos protocolos de autorização e sanção eclesiástica, bem como na difusão/disseminação do religioso para além das fronteiras reguladas pelas instituições religiosas” (Burity, 2001, p. 34)

Esta conexão entre o exército e os religiosos no processo de “pacificação” local começou cedo. Uma das primeiras bases operacionais do Exército, antes de se estabelecer em Inhaúma e na Penha, foi numa igreja Batista local.

Estive num culto dominical desta igreja, onde conheci uma liderança religiosa e importante protagonista desta etnografia, a quem chamarei Mateus. Com cerca de 45 anos, assessor de dois políticos ligados a igrejas locais e bem articulado nas redes

religiosas de assistência social entre os moradores do região. Ele não faz parte do corpo de pastores, mas destaca-se como uma de suas principais lideranças. É chamado de pastor por algumas pessoas, mas não tenho certeza se o título se deve a uma ordenação religiosa local ou a sua ação político-pastoral através de diversas redes religiosas locais. Não o vi recusar a designação, mas também não o vi se apresentar como pastor.

Sempre de terno, cheio de anéis, simpático, articulado, falante, a distribuir seu cartão de apresentação e a participar com veemência dos processos políticos locais. Nele se encontra o político, o religioso, o assistente social e o envolvimento nos processos de transformações sociais locais. Sua impetuosidade provocou ricos momentos de análise nas reuniões que passo a descrever.

Acompanhei um dos capelães nas visitas às igrejas protestantes e católicas, que tinham por objetivo convidar os pastores e padres a participar da reunião, além de “conscientizá-los” da importância desta e de suas presenças como lideranças locais. Estas reuniões começaram em agosto de 2011, em princípio, separadas entre católicos e protestantes, mas, logo, passaram a ser em conjunto. Nelas, capelães do Exército, pastores, padres e outras lideranças religiosas cristãs discutiam temas locais e apresentavam demandas dos moradores e suas próprias demandas. Com uma frequência média de vinte pessoas, constituída de padres e pastores quase sempre em igual número<sup>115</sup>, conduzida pelo Padre Jeferson, consistia basicamente em uma reunião devocional, com orações, cânticos religiosos, mensagem e momento de abertura para demandas e discussões, onde todos podiam se pronunciar livremente. O Padre sempre enfatizava a importância dos presentes para o sucesso da missão e que a obra em andamento, inclusive a ocupação militar, era “obra de Deus”.

Alguns presentes contaram que a ocupação era resposta de oração de suas igrejas e, no geral, mostravam-se bastante satisfeitos com o rumo que a comunidade<sup>116</sup> vem tomando, apesar de todos reconhecerem que há muito a ser realizado e melhorado. As reuniões costumavam ser amistosas e relativamente informais, apesar da presença dos militares fardados e do fato de ocorrer dentro da base das forças de ocupação, num local chamado “rancho”, que funcionava como refeitório.

---

<sup>115</sup>A liderança feminina costumava ser representada por uma missionária protestante, somente.

<sup>116</sup>Reconheço as implicações do conceito de “comunidade”, mas o utilizarei sempre que este aparecer no discurso dos moradores e agentes do Estado. Quando a análise for minha, utilizarei “favela”, “localidade” ou “território”, dependendo de cada contexto.

Estas reuniões forneceram um interessante painel da ocupação e do tipo de relação estabelecida entre os moradores e o exército. Também se percebe que algumas das demandas são de caráter muito específico, mas também muito enriquecedoras. Por exemplo, um pastor reclama da altura do som que seus vizinhos escutam durante os cultos dominicais de sua igreja. As músicas, de funk, segundo o pastor, conteriam mensagens sexuais explícitas, palavrões e eram usadas para afrontar os membros da sua comunidade. Tendo avisado o exército, uma patrulha teria ido ao local e solicitado que o volume fosse diminuído, mas tão logo ela deixou o local o volume teria sido elevado a uma altura ainda maior. Este pastor, cobrava, apoiado por parte da liderança protestante, uma ação mais enérgica e um papel coercitivo mais contundente do Exército nesse tipo de caso. Não bastaria, segundo ele, o pedido formal e educado da autoridade, mas uma ação que se utilizasse da força a fim de solucionar definitivamente a questão.

Especialmente, após a redemocratização do país, as Forças Armadas, destacadamente o exército, parecem padecer de um esvaziamento de poder político. Não se pode dizer, de uma forma geral, que a população seja, naturalmente, simpática a estas instituições. E, jovens em torno de vinte anos, com pouca formação social e educacional, que é o perfil do soldado brasileiro, não são, propriamente, versados em diplomacia diante de conflitos.<sup>117</sup>

Esta questão nos traz outra consideração, que é o *tipo de ordem* que o exército tentou estabelecer. Entendo ordem como gestão política do território, que envolve muito mais do que aspectos de segurança pública, mas também moral e comportamento.

Houve tentativas de se implantar toque de recolher à noite, que não duraram muito tempo e houve repressão à venda de cigarros e bebidas alcoólicas a menores de idade, assim como ao “desrespeito” às leis sobre poluição sonora e uso de serviços ilegais no uso da luz elétrica, água e serviços de internet e TV a cabo<sup>118</sup>. O baile funk foi terminantemente proibido. Se a ordem foi imposta pelo uso do poder armado, seu uso

---

<sup>117</sup>Há uma clara distinção de origem entre os integrantes das Forças Armadas. Dificilmente, no Brasil, são alistados quando completam dezoito anos jovens de classe média ou alta, mas esse espaço parece estar reservado a jovens de origem social mais humilde que veem aqueles poucos anos apoiados por esta instituição como uma oportunidade. As carreiras para oficiais, que exigem concurso público, parecem reservadas, em grande parte, àqueles que podem pagar um curso preparatório ou tiveram acesso a uma boa formação. Assim, nas Forças Armadas, o tipo ideal do soldado é o jovem de origem pobre ou modesta, com pouca formação escolar, e do oficial, o adulto bem formado advindo da classe média ou classe média alta, já que, no geral, as classes mais abastadas não se interessam pela carreira militar. Reconhecemos, todavia, que esta é uma generalização e há variações em determinadas regiões do país.

<sup>118</sup>Este apelidado pelos moradores de “Gatonet”.

pareceu mais brando do que o uso pelo traficante e pelo policial, mesmo que tenham havido muitas denúncias de abusos e violência por parte de soldados. As tensões explodiam em tumultos e prisões de moradores por desacato. Parece que as regras e os limites de ação e respeitabilidade não estavam muito claros nem para soldados nem para os moradores.

Um evento ilustra bem a tensão. Não se sabe com certeza o que precisamente ocorreu. Pode ter sido abuso de autoridade por parte de um soldado contra uma criança, pode ter sido a interpretação equivocada de testemunhas alcoolizadas, ou até uma terceira coisa. Um soldado foi repreender uma criança, em torno de seus sete anos, que foi ao bar comprar cigarro e cerveja para alguém. Os fatos são: uma criança chorando de medo, duas garrafas de cerveja quebradas no chão e pessoal alcoolizadas intervindo na questão. Este evento gerou um tumulto com dezenas de pessoas, que se transformou numa multidão descontrolada contra um grupo de soldados acuados que, em reação, usaram spray de pimenta contra a multidão de pessoas, entre elas mulheres e crianças.

As demonstrações públicas de poder bélico do tráfico e suas “bocas” fixas se foram, todavia o tráfico continuou operando na região, mas de uma forma diferenciada. As “bocas” não eram mais fixas, mas itinerantes. As armas eram portadas de forma mais “discreta” pelos traficantes. Na terceira semana do mês de novembro de 2011, a notícia de que havia traficantes portando fuzil em determinada região levou uma patrulha a realizar a verificação da informação. Esta patrulha foi emboscada por traficantes, após confronto, e foi obrigada a pedir reforço. Na última semana de novembro do mesmo ano, na região da Penha, a viatura do general responsável pela ocupação foi atacada com tiros de fuzil. Voltemos ao projeto do exército.

Este, liderado pela sua capelania, se desenvolveria no seguinte tripé:

1. Encontros semanais com a liderança religiosa cristã;
2. Grandes eventos religiosos, com ações sociais, e músicos religiosos conhecidos;
3. Desenvolvimento de um curso de preparação para a liderança local com o intuito de preparar “líderes da paz”

Entre os temas do curso, que seria gratuito, destaque: cultura de paz, direitos humanos, mediação de conflitos, gestão e captação de recursos para projetos sociais, fé bíblica e ética social. A duração seria de seis meses, de janeiro a junho de 2012, época

programada para a retirada das Forças de Pacificação e implantação da UPP. Os formados integrariam os “comitês de pacificação”, que funcionariam um no Alemão e outro na Penha, e os “núcleos de paz” de cada uma das principais favelas do Complexo e da Penha. O curso, entretanto, não aconteceu, o que provocou grande insatisfação por parte de muitos líderes, que já o haviam anunciado em suas igrejas.

O grande ponto de interrogação dos participantes destas reuniões era o seguinte: até que ponto estes comitês serão realmente “empoderados” e não reprimidos ou pelo poder das UPPs ou pelo tráfico? Algumas notícias a respeito das UPPs já traziam certa ansiedade aos moradores da região. Muitos pastores e outras lideranças religiosas locais buscaram não se envolver em nada neste processo já que o medo de represálias do tráfico era um fantasma sempre presente. Um pastor, que participou das reuniões, conta que recebeu, vez ou outra, pessoas ligadas ao tráfico nos cultos da sua igreja para, segundo ele, sondar e colher algum tipo de informação privilegiada sobre as reuniões realizadas entre religiosos e o Exército.

Os grandes eventos religiosos consistiam em mobilização de ação social conduzida pelo exército, algumas vezes em parceria com outras instituições, outras não, e cultos religiosos dirigidos pelos religiosos locais, que se faziam presentes nas reuniões. O planejamento era feito em conjunto, mas quase sempre conduzido com mão forte pelo capelão de maior patente presente. Os eventos, entretanto, nunca saíam conforme planejado, sempre por falha de execução de alguma etapa cuja responsabilidade era do exército, e as reuniões pós-eventos eram tensas e cheias de reclamações, que logo se transformaram em explícitas cobranças, por parte dos religiosos. Uma das reclamações que merece ser destacada era quanto à desproporcionalidade da segurança durante os eventos. Os eventos/cultos aconteciam debaixo de fortíssimo efetivo de soldados armados. No último evento, havia pelo menos cinco vezes mais soldados que religiosos presentes, além de blindados e tanques. Segundo os religiosos, isto acabava por assustar as pessoas e afastá-las. “*Um evento tinha tantos soldados armados que não conseguimos fazer o evento. Aparato de guerra...tinha cara de evento militar*”, conta João Lucas, um dos pastores mais presentes nas reuniões.

### 3.3 O ‘FRACASSO’ DO PROJETO

Na reunião do dia 21 de dezembro de 2011 a tensão entre os oficiais capelães e os religiosos torna-se explícita. O Padre Jeferson atrasou-se mais de uma hora e disse que seu atraso foi “*uma ação espiritual do maligno*”. Continuou a desenvolver a questão e interpretar os empecilhos e dificuldades que o projeto religioso estava enfrentando como ações do mal.

“*Quanto mais eu rezo, mais assombração aparece*”, disse o Padre.

Um pastor da Igreja de Nova Vida retruca: “*Padre, esse negócio de assombração não está na Bíblia, não*”

O Padre responde, levemente irritado: “*Isso é ditado popular. Nem tudo está na Bíblia*”. Logo, apresenta um personagem novo no cenário, o representante do Banco do Brasil, gerente geral da agência Morro do Adeus, também pastor evangélico, gerente “pastor” Roberto.

Mateus<sup>119</sup>, em alto tom, critica a forma como a questão estava sendo conduzida e cobra abertamente a necessidade de uma maior organização do padre. Este, por sua vez, fica visivelmente constrangido. Não era a primeira vez que recebia este tipo de crítica. Sua resposta à cobrança é atribuir, mais uma vez, as dificuldades a questões espirituais que intervinham nas ações planejadas.

O fracasso do curso já pairava no ar, embora ainda não assumida pelos militares, o que promovia uma tensão ainda maior. Chega à reunião, “providencialmente”, o general<sup>120</sup>, acompanhado de mais três oficiais. A reunião continua tensa e as reclamações continuam. Mateus repete suas críticas ao direcionamento do projeto religioso ao general, que o escuta atentamente. Entre as reclamações destaco: a falta de pontualidade; o não cumprimento do prometido nas reuniões quanto aos eventos religiosos, especialmente na estrutura e nos serviços oferecidos; a propaganda que os pastores faziam nas suas igrejas sobre o curso, inclusive colando cartazes, mas que ainda não havia sido colocado minimamente em prática.

O padre conclui sua fala, apelando para a fé em Jesus Cristo. O general assume a direção e fala por cerca de 20 minutos. Num tom educado, ele parece procurar baixar o alto tom das conversações e apaziguar os ânimos. Na sua fala destaco algumas questões:

---

<sup>119</sup>Sua forma de se colocar, embora respeitosa, parecia sempre estar um tom acima do tolerado pela polidez que se esperava, da parte dos militares, com que os civis tratassem os militares. Numa reunião anterior a esta, um coronel chegou a tomar a iniciativa de prendê-lo por desacato, mas foi contido por outros oficiais,

<sup>120</sup> Numa de nossas conversas, o General se declarou católico praticante e ver com muito bons olhos o projeto religioso da Capelania.

Primeiro, a crítica aos líderes comunitários não religiosos: *“Deixei de crer em interlocução com líderes comunitários”*. Reforça a crítica às associações de moradores que, segundo ele, estariam todas comprometidas, ou politicamente, ou com o tráfico de drogas. Reconhece a importância dos líderes religiosos como os *“únicos que poderiam realmente ajudar a comunidade e o processo de pacificação, este novo tempo de democracia e liberdade na vida daquele povo”*. Quanto à questão da segurança afirma que *“chegamos ao limite de segurança”, “a sensação de segurança deve estar acima da segurança” e que “quem tem que fazer a segurança é a comunidade”*.

Mateus volta a criticar o padre.

O General faz um discurso apaziguador.

A reunião se encerra com a fala de um pastor agradecendo a Deus pelas forças de pacificação.

No dia 11 de janeiro de 2012, no auditório do teleférico da Estação Mineira, numa reunião com cerca de sessenta pessoas<sup>121</sup>, o general assume a direção do projeto, destaca que *“nós nos sentimos parte da comunidade”* e dá voz às demandas. As questões levantadas foram: a necessidade de incentivos educacionais, especialmente educação profissionalizante e de ensino superior; preparação para o mercado de trabalho; falta de opções de lazer<sup>122</sup>. Não se falou sobre segurança. Pedi a palavra e li, resumidamente, o documento que produzi sobre as demandas sociais do Complexo do Alemão. A leitura provocou algum desconforto entre militares presentes, especialmente quanto à proposta da anistia que deveria ser concedida aos civis presos por desacato durante o período de ocupação militar.

A reunião se encerra em aberto com um cântico religioso, *“Segura na mão de Deus”* e uma oração feita por um pastor. Ao fundo, a bandeira do Brasil e o cartaz da Força de Pacificação. Todos pareciam satisfeitos.

Penso que após este *“ápice”* e, principalmente, a troca de comando, ocorrida duas semanas depois, o projeto religioso parece entrar em decadência.

Trabalho com a hipótese de fracasso do projeto, não como juízo de valor, mas porque ele foi se minguando e se esvaziando até o tão aguardado último evento religioso, com parca adesão e certo constrangimento por parte de seus organizadores. Os

---

<sup>121</sup> Foi a reunião com o maior número de pessoas. Entre os presentes, além dos líderes religiosos e seus fiéis, havia um Capitão da Polícia Militar, e três representantes do ISER –o presidente Hélio Silva, o Secretário Executivo Pedro Strozemberg e a pesquisadora Suelen Guariento-, que ensaiava uma aproximação institucional com o processo. Nota-se, desde já, a ausência do Padre Lindenberg.

<sup>122</sup> Não se fala da repressão aos bailes funk, que seria uma importante opção de lazer para os jovens. Destaco a pouca simpatia que os religiosos locais têm pelos bailes.

motivos para este progressivo fracasso são diversos e penso que cada um contribuiu de alguma forma: a difícil possibilidade prática de um ecumenismo, principalmente se promovida por agentes do Estado; a questionada liderança do Padre Jeferson e sua pouco transparente saída; as dificuldades organizacionais para a realização dos eventos; a não realização do curso prometido; a dificuldade de continuidade das ideias anteriormente planejadas, após as trocas trimestrais de comando; o desinteresse das principais lideranças religiosas da região pelo projeto, restando ao exército trabalhar, na maior parte, com lideranças pouco significativas; por fim, a protestantização do projeto, que levou ao progressivo afastamento das lideranças católicas, leigas ou sacerdotais.

A partir de então, o general assume o projeto até a troca de comando, que ocorreria poucas semanas depois. O Padre Jeferson não é mais visto nas reuniões. Entra de férias<sup>123</sup> e quem logo assume a liderança e também a função militar do Padre é um Pastor Batista, Coronel Chaves, que conduz o projeto até a retirada definitiva das tropas.

A peculiaridade do que aconteceu no Complexo do Alemão é que mais que uma aliança entre projetos de interesse comum, o exército construiu, por iniciativa própria, um projeto de ampla escala e ambição triunfalista e convidou certos grupos religiosos cristão a, tutelados por esta iniciativa, participar decisivamente deste processo. A percepção desta tutela levou ao afastamento de muitos líderes religiosos, principalmente os católicos.

Em certa etapa do processo, este projeto foi encabeçado pelo próprio general responsável pela Força de Pacificação. Assim, certas configurações chamam a atenção: Um projeto “religioso”<sup>124</sup> conduzido por iniciativa de uma instituição do estado. Esta instituição é militar e existe para a guerra e defesa do território nacional. Um general católico a frente de um projeto religioso ecumênico do estado, via Exército Brasileiro. Um projeto de evangelização e cristianização de um complexo de favelas tendo por iniciativa esta mesma instituição do estado. O Exército Brasileiro atuando como promotor do ecumenismo e da evangelização cristã? Há regiões mais cinzentas que estas. Continuemos, por ora.

A primeira reunião após a troca de comando aconteceu quatro dias depois, no dia 30 de novembro de 2011, no auditório do teleférico Estação Palmeira, com cerca de

---

<sup>123</sup>Por outros motivos, de ordem pessoal e administrativa, o padre acaba se afastando também de suas funções de Chefe do Serviço Religioso.

<sup>124</sup> O caráter do projeto será melhor qualificado ainda nesta seção.



trinta e cinco pessoas. O condutor da reunião, e de muitas posteriores, foi o Tenente-Coronel Orlando, evangélico, ex-presidente de uma capela evangélica militar, responsável pela comunicação social. O atual general, Pedro, que também se afirmou católico, jamais se envolveu diretamente nas reuniões.

A reunião assumiu um tom bastante diferente das anteriores, graças principalmente a vocação “carismática” de Orlando, cujo tom “profético” das falas marcou o trabalho desenvolvido posteriormente, e também seu esvaziamento.

A abertura da reunião com a oração do pai nosso se seguiu a sua fala de que iria “falar das coisas referentes ao Reino” e que estaria “inspirado pelo Espírito Santo”. Valorizou o trabalho religioso da comunidade e pediu mais uma vez inspiração a Deus para a reunião. Chegou a “conclusões”, durante a reunião, que merecem destaque:

Primeiro, quanto ao objetivo dos cristãos: “temos que nos conscientizar da nossa missão como cristãos”. Cita o Evangelho de Mateus 6.36.

Segundo, quanto a sua posição: “Eu sou apenas um instrumento de Deus que foi colocado na Força de Pacificação”.

Terceiro, cita o Evangelho de Mateus 28.19, “ide e fazei discípulos”, e insta aos presentes: “o que vocês estão fazendo aqui no Complexo do Alemão?”. “Se primeiro buscarmos o reino e pregarmos o Evangelho, depois virá a paz, a educação, o asfalto”.

Por fim, “convoco aqueles que sentiram no coração a realizarmos grandes mobilizações de oração pública”.

A mudança de tom era evidente. Orlando conclui apresentando a Força de Pacificação como aquela que além da paz cujo título já sugere, também traria a divulgação e o suporte a grandes eventos religiosos. As reuniões que tratariam de demandas sociais seriam agora realizadas separadamente, mas os convidados seriam os mesmos. Nem todos haviam ainda percebido, mas tudo recomeçava da estaca zero. Houve troca de comando, mas o bastão não fora passado.

Quando os presentes começam a falar, a tensão das reuniões anteriores continua. Um padre critica a falta de unidade e a tentativa de roubar os fieis uns dos outros, tornando, assim, o povo objeto de arremesso. A crítica, evidentemente, era aos pastores presentes.

Orlando intervém: “O que importa é o reino”

Alguém, que não conseguiu identificar, retruca: “O que importa é a verdade”.

Orlando responde: “*A palavra é literal, não é interpretativa*”.

Padre Matos, de uma importante Paróquia na Penha, pede a palavra e não abaixa o tom, solicitando que se pare de “*usar a miséria para tirar proveito*”. Conclui afirmando: “*Não preciso do estado nem de associação de moradores para nada*”.

A reunião termina com a oração de um pastor da igreja Assembleia de Deus, num tom de gratidão pela ação de pacificação.

Se o projeto do Exército Brasileiro como promotor de causas sociais na ação de pacificação começa a definhir, parece que o projeto como promotor do ecumenismo entra numa crise profunda e definitiva.

A reunião seguinte, no dia 02 de fevereiro, estava mais esvaziada, cerca de vinte pessoas presentes. O assunto eram as demandas sociais. Havia representantes da Secretaria de Estado de Governo, da CEDAE, da Justiça Federal e da COMLURB. O projeto maior era de implantação de um gabinete de gestão integrada. A desconfiança do exército em relação aos líderes comunitários não religiosos continuava de tal forma que este torna-se, nesta etapa, promotor do contato entre líderes religiosos e autoridades do estado.

Pouco ou quase nada foi resolvido, nem pareceu dar algum passo decisivo nesta reunião, e muito pouco nas posteriores.

O esvaziamento progressivo pode ser ilustrado pela reunião do dia 10 de maio de 2012. A reunião ocorre na base da Força de Pacificação, em Inhaúma, e conta com no máximo oito religiosos e dez militares. Pela primeira vez, a quantidade de militares supera a quantidade de religiosos. Destes 10 militares, quatro eram capelães protestantes, sendo dois do Exército e dois da Polícia Militar; e um capitão, que não era capelão, mas pastor evangélico. A ausência de católicos, tanto capelães quanto padres ou fieis, mostra que além de um esvaziamento houve também uma “protestantização” do projeto.

Há duas possíveis interpretações para isto. Primeira, desde a saída do Padre Jeferson e a troca de comando, com o aparecimento da figura protestante do Tenente-Coronel Orlando e do Coronel Chaves, como novo Chefe do Serviço Religioso, a presença e a liderança protestante assumiu o protagonismo e provocou tensões entre os católicos que, por sua vez, foram abandonando o projeto<sup>125</sup>. Segundo, o esvaziamento da presença religiosa civil, cada vez mais notável, só fez sobrar alguns poucos

---

<sup>125</sup> Conforme soube, os católicos foram convidados, mas não vieram. Conforme apurei, os capelães católicos, entretanto, não foram convidados.

protestantes. Entre estes, o sempre presente Mateus, e alguns poucos pastores de igrejas bem pequenas e de pouca representatividade numérica e simbólica na região. Alguns destes, conforme apurei, apesar do título, não faziam parte do corpo oficial de pastores de suas igrejas e não eram lideranças muito reconhecidas nelas e que, possivelmente, viam nestas reuniões uma oportunidade de participação num importante processo que se dava nas suas áreas de ação pastoral.

O propósito da reunião, do dia 10 de maio, era tratar dos preparativos para um grande evento religioso ecumênico de encerramento da presença do Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Penha. O evento ocorreria no dia 23 de junho. As ideias já vieram prontas e apresentadas aos presentes, que foram consultados. O Capitão pastor afirma com veemência: *“A unidade é um instrumento do governo de Deus. Amém?”*

Entre os assuntos discutidos, aproveitando a presença dos capelães da Polícia Militar, foi o medo que a população nutria da Polícia Militar. O Capelão policial pede a palavra e enfatiza que há pressão internacional para que sua corporação mude a cultura: *“Estamos vivendo um novo tempo”* e, por fim, conclui dizendo que *“o Exército foi João Batista”*<sup>126</sup>.

A oração de encerramento termina com um sonoro: *“O Complexo para Jesus!”*

### 3.4 AFINAL, O QUE FOI ESTE PROJETO?

Nesse ponto, cabe a pergunta: que tipo de projeto era este? No início da pesquisa, tendi a chamá-lo de *projeto religioso*. Afinal, a instituição militar promovia reuniões com líderes religiosos cristãos e, a partir destas reuniões, planejava e executava, mesmo com falhas de planejamento, eventos religiosos e entendia e se utilizava dos religiosos como mediadores para execução do seu projeto de “pacificação”.

Contudo, não se pode pensar que haja um amplo projeto do Exército para a cristianização do território nacional, nem que sua atuação sempre acompanhe o

---

<sup>126</sup> Referindo-se à conhecida história bíblica do profeta João Batista que “preparou o caminho do Senhor”, pregando nas regiões em que, pouco tempo depois, segundo o relato evangélico, Jesus de Nazaré pregaria o Reino de Deus.

religioso. A forma como as interações se deram localmente no Complexo do Alemão não autoriza a pensar neste como um projeto em escala maior. A experiência do Haiti, na qual parte daqueles que estiveram no Complexo já havia vivenciado mostra que a ação, seja humanitária ou de controle de territórios, pode prescindir do religioso. Portanto, penso que os agentes podem ter utilizado o aparato institucional para benefício de suas expressões religiosas. O que pode ter ocorrido no Complexo é que indivíduos religiosos, motivados pelo desejo de evangelização e expansão missionária de sua religião, interpretaram os processos de ocupação e “pacificação” do território como algo mais do que uma operação militar de interesse nacional. Viram a “pacificação” além do crime e do controle de território e populações, mas como uma ação que se dá como uma genuína batalha espiritual contras as forças do mal – o crime, a violência, a droga e a prostituição. Estar no Exército e ter à disposição todo um aparato estatal foi visto como uma oportunidade dada por Deus para a expansão do seu Reino e que o Complexo fosse “ganho” para Jesus<sup>127</sup>. Isto pode explicar parte do que foi este projeto, pois além destes havia outros, especialmente no mais alto escalão do comando que mobilizaram o aparato do serviço religioso militar, com sua estrutura de capelães, com objetivos que vão além dos religiosos.

Os primeiros agiram de forma conjunta com os segundos que viam na aproximação com as redes religiosas, de profunda penetração e poder simbólico na região, uma forma segura e eficiente de melhorar sua imagem junto à população local<sup>128</sup> e conseguir um melhor controle do território e dessas mesmas populações. Ou seja, que viam a aproximação como uma estratégia política para o sucesso da missão de “pacificação” dos Complexos do Alemão e da Penha. Contudo, não se deve, necessariamente, excluir que, até estes, até onde constatei também eram, de alguma forma, religiosos. Estes dois tipos de agentes militares, em conjunto com a equipe de capelania, idealizou e geriu o projeto, do seu apogeu ao declínio.

A partir desta consideração, pensei que a melhor forma de entender o projeto seria vê-lo como um *projeto secular-religioso* conduzido pelo exército, envolvendo religiosos militares e civis. Persegui esta concepção por algum tempo, mas algo nela não refletia uma importante observação de campo: não houve, em momento algum, durante a execução do projeto e realização das reuniões e eventos, o acionamento da

---

<sup>127</sup>Esta hipótese foi construída e confirmada pela observação de campo e pelas conversas, especialmente as mais informais, que fiz com estes mesmos agentes.

<sup>128</sup>Especialmente depois da publicização das muitas prisões por desacato.

possibilidade de tensão entre o secular e o religioso ou a questão da laicidade. Nem entre militares não religiosos, nem entre os capelães, nem entre os religiosos civis ou os representantes de empresas de serviços, e, menos ainda, no gabinete de gestão integrada, o problema da tensão entre secular e religioso e da laicidade do estado foi acionada. Isto não quer dizer que os agentes individuais não tenham pensado na questão, mas que ela não foi acionada durante os processos observados.

Alguns autores podem contribuir para um refinamento da análise.

O primeiro é Talal Asad (2003, 2010). Este autor aponta que, na idade média, aquilo que poderia ser identificado e considerado religião, não pode mais ser considerado da mesma forma na sociedade moderna. Para ele, não pode haver uma definição universal de religião, já que, não apenas seus elementos constituintes e suas relações são historicamente específicas, quanto o fato desta definição não poder deixar de ser ela mesma produto histórico de processos discursivos (2010, p. 264). Desta forma, discorda de Geertz, que define a religião como:

“um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (Geertz, 2008, p. 67)

Sua crítica a definição geertziana começa na separação que aquele autor faz entre um sistema simbólico e as práticas. Essa separação obscureceria e até mesmo explicitamente negaria importantes distinções. Além disso, Geertz parece, segundo Asad, assumir o ponto de vista da teologia quando insiste na primazia do significado em detrimento dos processos através dos quais os significados são construídos. Ele se equivoca ao entender a religião como essencialmente cognitiva. Por fim, ao atribuir a religião o papel de tratamento ao terror humano em relação a desordem do mundo, tem como consequência que, no final das contas, qualquer filosofia que preencher tais atributos possa ser considerada religião. Desta forma, em Geertz, pode-se pensar a religião como um esforço pouco adulto de se lidar com a condição humana (Asad, 2010).

“O tratamento de Geertz da crença religiosa, que se encontra no âmago de sua concepção de religião, é um modo cristão privatizado e moderno, na medida em que ele enfatiza a prioridade da crença enquanto um estado mental ao invés de uma atividade constitutiva no mundo” (Asad, 2010, p. 273)

Asad (2010) conclui o argumento afirmando que os símbolos religiosos não podem ser compreendidos independentemente de suas relações históricas com os símbolos não religiosos, não somente porque estão intimamente ligados à vida social ou que frequentemente apoiam o poder político dominante, mas porque “diferentes tipos de prática e discurso são intrínsecos ao campo em que as representações religiosas adquirem sua identidade e sua veracidade” (2010, p. 278). Portanto, a possibilidade e o status de autoridade das práticas e enunciações religiosas “devem ser explicados enquanto produtos de forças e disciplinas historicamente específicas” (Ibid.).

Em *Formations of the secular* (2003), Asad constrói uma genealogia da formação do secular como um fenômeno da modernidade. A modernidade, para ele, deve ser entendida como uma série de projetos interconectados, que certas pessoas que estão no poder procuram alcançar, ou seja, é um alvo político. Este projeto tem por objetivo a institucionalização de certos princípios como constitucionalismo, autonomia moral, democracia, direitos humanos, igualdade civil, indústria, consumo, livre mercado- e secularismo. As representações do que é “secular” e do que é “religioso” na modernidade e nos estados que se modernizam media a identidade das pessoas, ajudando a formar suas sensibilidades e a salvaguardar suas experiências.

Sua premissa é de que o “secular” é um conceito anterior ao “secularismo” como doutrina política, que ao longo do tempo uma variedade de conceitos, práticas e sensibilidades vem à tona juntos para formar “o secular”. Desta forma, o “secularismo” como doutrina política está relacionado ao “secular” como uma ontologia e uma epistemologia. Quanto à relação do secular com o religioso, o autor afirma que não se trata de uma continuidade como o religioso que o antecede nem de um rompimento com o mesmo. O secular é um conceito que reúne certos comportamentos, conhecimentos e sensibilidades da vida moderna que, de certa forma, se sobrepõem ao “religioso”. Nesse sentido, nem um nem outro são categorias fixas, mas historicamente negociadas e que dependem uma da outra. Em sua obra, através do olhar para sociedades não-ocidentais, especialmente as islâmicas, ele não busca mostrar que as instituições seculares, se vistas

mais de perto, são, na verdade religiosas, mas que, na verdade, *não há nada essencialmente religioso*, assim como não há nenhuma essência universal que defina a linguagem ou a experiência sagradas.

Asad conclui que o estado secular não é caracterizado pela indiferença religiosa, mas é um arranjo complexo de raciocínio jurídico, prática moral e autoridade política. Este arranjo não é simplesmente o resultado da luta da razão secular contra o despotismo da autoridade religiosa, como muitos apressadamente pensam.

Geertz (2001), em diálogo com William James, num texto mais recente que aquele citado por Asad, revisita seu conceito de religião e percebe matizes mais complexos e interessantes na (im)possibilidade de separação entre o secular e o religioso. Ele propõe que sejam empregados textos “mais firmes, mais decididos, mais transpessoais, mais extrovertidos” (p. 152) para se tratar da devoção em nossa época, tais como “sentido”, “identidade” ou “poder”.

“Num momento em que, enquanto escrevo, é concebível que um católico romano se torne primeiro-ministro da Índia, se cair o atual governo hinduísta, em que o islamismo, pelo menos de fato, é a segunda religião da França, em que literalistas bíblicos procuram minar a legitimidade do presidente dos Estados Unidos, em que mistagogos budistas mandam políticos budistas pelos ares em Colombo, em que padres adeptos da teologia da libertação instigam camponeses maias à revolta social, em que um mulá egípcio dirige, de uma prisão norte-americana, uma seita reformadora do mundo, e em que caçadores de bruxas sul-africanos ministram a justiça em *shabeebs* [bares] da vizinhança, falar de religião como “*os sentimentos, atos e experiências de homens individuais em sua solidão, na medida em que eles se apreendem como estando relacionados com o que passam considerar o divino*” (para citar a “Circunscrição do Tema”, grifado pelo próprio James) parece passar por cima de uma multiplicidade de coisas que vêm acontecendo nos corações e mentes dos devotos de hoje” (Geertz, 2001, p. 152)

Diante do fato de que em quase todos os lugares se vê concepções de cunho religioso impelidas para o centro da atenção cultural, Geertz passa a entender que praticamente não há mais linha divisória alguma. “A “experiência”, atirada para fora como um “estado de fé”, radicalmente subjetivo e individualizado, volta pela janela, como sensibilidade comunal de um ator social que se afirma em termos religiosos”

(Ibid, p. 159).

Por fim, num olhar preciso sobre o “problema da violência” no Rio de Janeiro, Birman (2012) mostra que as mediações promovidas pelos atores religiosos quanto a esta questão se desenvolveu num processo que abrange os últimos vinte e cinco anos, quando a *violência* foi socialmente construída como *problema* da cidade. Estas mediações envolvem diferentes dispositivos que articulam o religioso e o secular na gestão de conflitos, controles, territórios e suas populações que vivem às margens desta violência.

A autora identifica alguns momentos marcantes em que a religião ocupou papel importante nestas mediações.

Primeiro, o *Abrço da Candelária*, promovido em reação à *Chacina de Vigário Gera*, na década de 1990. Atores religiosos ocuparam, nessa manifestação ritual em torno da igreja onde aconteceu outra marcante chacina, papel de parceiros, especialmente especializados em certo tipo de ritual que permitiria o encontro entre diferentes grupos interessados nas questões relacionadas ao combate à violência no Rio de Janeiro.

No ano 2000, em reação ao sequestro do ônibus 174, na zona sul da cidade, que culminou numa ação desastrada da polícia, com a morte de uma professora e a execução por asfixia do sequestrador, transmitidos ao vivo para todo o mundo, a ONG Viva Rio, fundada em 1992, estruturou o movimento *Basta! Eu quero paz!*, que convidou os religiosos para importante participação de, segundo a autora, conagração para superação das tragédias passadas. Assim, a sociedade secular recorria à religião para conter a violência e encontrar elos comuns para enfrentá-la.

No atual modelo de “pacificação”, os religiosos, como destacou a autora, atuam como protagonistas de salvação religiosa, moral e social. “Estão dentro e fora do Estado, as suas atividades podem ser consideradas seculares, mas também religiosas, os estatutos que possuem são às vezes de funcionários e/ou de religiosos” (Birman, 2012, p. 218).

Posso assim, arriscar entender o projeto desenvolvido pelo exército no Complexo do Alemão como um *projeto de redenção*, que articulou elementos morais, civilizatórios, sociais e religiosos. A mediação feita pelos religiosos não torna o projeto exclusivamente religioso, mas este não deixa de ser, também, religioso, já que, durante



sua execução, se verificou a sobreposição de papéis e de estâncias institucionais. Articularam-se militares, religiosos civis, religiosos militares com o objetivo de redimir moralmente, socialmente, politicamente e espiritualmente aquelas populações que viviam dentro do território, libertando-as do pecado, do mal, das drogas, do funk, da bebida, da informalidade e da ilegalidade –ou seja, segundo eles, a essência do mal, aquilo que tornava o Complexo do Alemão o coração do mal, o foco de todo mal.

### 3.5 O ÚLTIMO EVENTO

O evento derradeiro ocorre no Campo do Ordem<sup>129</sup>, com ação social, principalmente voltada para as crianças e encerra-se com o culto ecumênico em ação de graças pela participação do Exército Brasileiro no processo de pacificação do território e sua eminente saída.

À entrada do Campo, uma faixa que dizia: “*Exército Brasileiro e Comunidade da Penha, juntos, nós construímos um futuro melhor*”, um blindado e dez soldados fortemente armados. Outras dezenas deles circulavam pelo evento.

O Coronel Chaves faz a abertura do culto destacando a participação das igrejas cristãs e enfatizando que a segurança é um privilégio dado por Deus.

Um pastor faz a oração de abertura destacando que “*Deus está sarando esta terra que há muito tempo está manchada*”.

Canta o coral da Igreja de Santo Antônio.

Apenas um padre está presente e é capelão do Exército. Os padres locais não comparecem. Em sua fala, o padre diz que “*nosso legado é a paz*”. Usou a Parábola do Filho Pródigo e aplicou-a alegoricamente fazendo do Pai da Parábola o Exército e o Filho, a Comunidade. O legado/herança é a administração da paz. Sua pergunta

---

<sup>129</sup>Vasto campo de futebol, não cimentado, localizado na região e aos pés de uma Igreja Católica.

provocativa foi: *“Aquele filho soube usar da liberdade que lhe foi dada?”*.

A segunda e última mensagem foi do pastor Moisés, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e capelão da Polícia Militar. A ideia da passagem do bastão fica evidente. Em sua mensagem, em que cita a bem-aventurança dos pacificadores, conclui que *“a pacificação é, sobretudo, um projeto de Deus”* e que o *“Exército Brasileiro veio abençoar o Rio de Janeiro”*.

Cerca de vinte e cinco pessoas assistiam, em pé, ao culto, a maior parte delas fiéis dos poucos pastores presentes e envolvidos em alguma participação musical.

Assim termina o projeto conjunto do exército com religiosos locais para o Complexo do Alemão.

A avaliação do que aconteceu a partir das vozes dos protagonistas enseja ricas questões.

Coronel Chaves, chefe do serviço religioso, que comandou o projeto por alguns meses, manteve sua polidez característica quando lhe perguntei sobre o projeto e seu definhamento, mas deu a entender que nem todos os presentes tinham o interesse genuíno nele, mas procuravam, de alguma forma, algum ganho político. Quando perguntei sobre a ocupação do exército disse: *“Ali tinha uma degeneração da moral e dos costumes que quebra os valores da sociedade. Quando tudo falha entra o sistema militar para tentar resolver”*.

Fica evidente em sua fala o papel de gestor moral exercido pelo exército. Não somente na regulação da informalidade e da sociabilidade, seja na tentativa de toque de recolher, seja na proibição dos baile funk, ele ressalta que a representação do Complexo do Alemão é de local degenerado moralmente que necessitava de uma intervenção civilizatória. E o exército, conforme destaca, funciona como o *“último rincão de honestidade, integridade e reserva moral da sociedade brasileira”*.

Pude conversar mais uma vez com padre Jeferson, que a esta altura já havia saído do exército. Ele diz se lembrar com carinho da experiência. Ressalta que *“o veículo menos contaminado era a religião”*, mas havia muita *“imaturidade dos líderes religiosos. Não há união. Cada um quer puxar para o seu grupo”*, assim como *“falta de cultura dos líderes religiosos”*. O projeto *“não foi pra frente porque a liderança religiosa estava com a mesma visão das facções de bandido”*, *“faltou espiritualidade da parte dos ministros”*.

Mateus, a “pedra no sapato” durante sua gestão do projeto, revela, em nossa última conversa antes do fim desta pesquisa, seu passado como militar e elogia a

ação do exército como *“o melhor período em que a população viveu”*. *“Não vi em nenhum momento corrupção no exército. O tráfico prefere a polícia porque a polícia aceita qualquer jogo”*. Quanto ao projeto, diz que *“Jeferson queria tornar o projeto católico. Queria destacar as igrejas católicas”*. Conclui, dizendo que *“a população percebe a diferença entre o exército e a polícia. Não existe relação das igrejas com a polícia. PM e igreja nunca vão trabalhar juntos”*.

Penso que a análise de Foucault (2008) sobre o pastoreio, como uma forma de poder característica do ocidente que inspirou a forma de governamentalidade ocidental, pode contribuir para a compreensão dos processos de “pacificação” iniciados no Complexo do Alemão. Para ele, a verdadeira história do pastorado, como uma forma específica de poder sobre os homens, como matriz de procedimentos de governo dos homens, nasce com o cristianismo<sup>130</sup>. A pastoral cristã estaria no pano de fundo do nascimento do estado moderno, quando a governamentalidade se torna uma prática política calculada e refletida.

A arte de governar se desenrola num campo relacional de forças que exige dois grandes conjuntos de tecnologia política, sendo um destes a polícia<sup>131</sup>. Nessa concepção, a polícia deveria se utilizar de tudo aquilo que integrasse o homem ao estado, às suas forças, ao desenvolvimento das forças do estado, e fazer com que o estado, por sua vez, estimule, determine e oriente essa atividade do homem de modo que seja efetivamente útil ao estado. Em suma, essa polícia, como instrumento de gestão, seria reguladora de todas as formas de coexistência dos homens uns em relação aos outros. No complexo do Alemão, de dezembro de 2010 a junho de 2012, o exército acumulou estes papéis.

Estamos diante do modelo de pastoreio cristão. A proximidade e a aprovação mútua entre atores do exército e atores religiosos cristãos, por sua vez, podem estar no fato de que a modelo de gestão moral é um modelo pastoral, cuja origem é o cristianismo. Esta proximidade pode ser uma proximidade por identificação de modelos<sup>132</sup>. Seu projeto se harmoniza com o projeto cristão local. Tanto o exército

---

<sup>130</sup>“Primeiro, claro, vai haver, entre o poder pastoral da igreja e o poder político, uma série de interferências, de apoios, de intermediações, toda uma série de conflitos, evidentemente, (...), de modo que o entrecruzamento do poder pastoral e do poder político será efetivamente uma realidade histórica no Ocidente” (p.204)

<sup>131</sup>Esta passa a ser compreendida, a partir do século XVII, segundo Foucault, como o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo sua boa ordem. O objeto da polícia seria o bom uso das forças do Estado.

<sup>132</sup>Já havia observado, em pesquisa realizada na UPP do Batan, esta mesma proximidade e identificação de projetos, a tal ponto que o policial responsável pelas ações sociais e relações públicas também era

quanto os atores religiosos tinham um projeto de redenção das populações locais. A “pacificação” parece ser uma pastoralização cristã, como modelo de gestão de corpos, da segurança pública.

Esta hipótese parece se materializar no chamado gabinete de gestão integrada, onde se materializa uma possível gestão do território conduzida por líderes religiosos cristãos tutelados politicamente pelo exército que, naquele momento, geria o território como braço armado do estado. Segundo o portal do ministério da justiça<sup>133</sup>, trata-se de:

“Em se tratando de política de segurança pública, a gestão integrada nada mais é que a articulação e o diálogo estratégico entre os órgãos de segurança pública e demais atores das três esferas de governo que atuam em um município, bem como entre os diferentes setores responsáveis pela sua construção, implementação, execução e monitoramento, com a finalidade de se inter-relacionarem para a consecução de objetivos comuns.

Exauridos os anos de ditadura militar, fez-se necessário novo olhar sobre a segurança pública, que rompeu o estigma exclusivo de garantia da defesa nacional e passou a focar-se na proteção do próprio cidadã@, detentor de direitos e deveres, sobre os quais o Estado se coloca na função de garantidor.

Dessa forma, a gestão integrada é um novo modo de conceber a política pública de segurança, envolvendo todos os setores por ela responsáveis. Nela, o Estado passa a atuar também de forma preventiva e não apenas repressora, dialogando e centrando a atenção principalmente nas ações capazes de evitar a ocorrência de novos delitos e prevenir a violência. Em outras palavras, a Gestão Integrada nada mais é que um conjunto de referências político – estratégicas, institucionais, legais, financeiras e sociais, capaz de orientar a organização das ações, programas e projetos, no caso de segurança pública, locais.

O conceito é o da integração de diversos segmentos, de forma a estabelecer e aprimorar a gestão da segurança pública, englobando todas as condicionantes envolvidas no processo e possibilitando um desenvolvimento uniforme e harmônico entre todos os interessados, de forma a atingir os objetivos propostos, adequados as necessidades e características de cada comunidade.”

Este gabinete foi proposto e constituído no seio do projeto de redenção. Os militares se colocavam como mediadores entre instituições diversas - como o ministério público, a CEDAE (serviço de água), a LIGHT (serviço de fornecimento de energia

---

pastor de uma igreja pentecostal dentro da favela (Esperança, 2012).  
<sup>133</sup> <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7B3F6F0588-07C1-4ABF-B307-9DC46DD0B7F6%7D&Team=&params=itemID=%7BACD5446C-6404-480B-AC69-947AB7DE3164%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

elétrica), a COMLURB (serviço de limpeza urbana), a Defesa Civil, o SEBRAE, entre outros – e os representantes da população. Não é surpresa, na conclusão deste capítulo, dizer que os líderes religiosos cristãos, com a exceção de pouquíssimos outros integrantes ligados a ONGs e que foram “indicados” e “aprovados” pelos religiosos e capelães, assumiram o papel de porta-vozes autorizados pelo exército e passaram a integrar, também, o gabinete.

Quando o exército deixou o Complexo do Alemão, em cerimônia pública, a tutela do gabinete foi transmitida à polícia militar, que não deu continuidade ao projeto. Isto nos leva ao próximo capítulo, onde tratarei das Unidades de Polícia Pacificadora.

## **CAPÍTULO IV**

### **“AQUI ROLA MUITA SACANAGEM”**

O objetivo deste capítulo é analisar, a partir de etnografia realizada no conjunto de favelas do Complexo do Alemão (RJ), formas pelas quais os agentes do estado gerem a nova forma de ocupação do território<sup>134</sup> através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Entendo a ação destes agentes como determinadas por dispositivos de controle que objetivam uma gestão moral da vida e do cotidiano das populações locais, que vai além do controle das armas e da repressão ao tráfico de drogas<sup>135</sup>. Na

---

<sup>134</sup> Reconheço que chamar a região de “território do Complexo do Alemão” pode reforçar a exclusão e a estigmatização históricas daquelas favelas, já que o termo não é usado para tratar de outras regiões da cidade. Por exemplo, fala-se de “região”, “jurisdição” e “zona” quando se trata de outras regiões da cidade como Barra da Tijuca, Leblon ou Jacarepaguá. Contudo, já que este trabalho se propõe a analisar a ação do estado e os agentes e instituições do estado se utilizam amplamente do termo, resolvi adotá-lo, sempre entre aspas.

<sup>135</sup> O Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, declarou a um jornal britânico: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão. (...) o que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (in Rodrigues e Siqueira, 2012, p. 10)

primeira parte, investigo três situações aos quais considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm "atitudes suspeitas"; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território. Na segunda parte, faço um recorte de gênero, no campo da masculinidade, a partir de observações do campo. Desta forma, pretendo entender alguns aspectos que considero vitais para a discussão dos dispositivos acionados pelo estado na ocupação e gestão das populações faveladas em território sob controle das UPPs.

#### **4.1 “BRINCANDO DE GATO E RATO” NO COMPLEXO DO ALEMÃO: UPPs, “ESTICAS” E “ACORDO DE CAVALHEIROS” NA NOVA BRASÍLIA E NO ALEMÃO**

Após a saída do exército, que se deu oficialmente no dia 30 de junho de 2012, o território do Complexo do Alemão<sup>136</sup> passou a ser policiado por quatro Unidades de Polícia Pacificadora, respectivamente, UPP Alemão, UPP Fazendinha, UPP Adues/Baiana e UPP Nova Brasília. As UPPs traziam em seu conceito<sup>137</sup> a ideia de ocupação policial permanente associada a algumas práticas do policiamento comunitário. Seu objetivo principal seria o da retirada das armas no lugar da erradicação do tráfico de drogas.

Através de projeto<sup>138</sup> que visou à construção de projeto pedagógico para o

---

<sup>136</sup> Não tratarei do Complexo da Penha neste capítulo.

<sup>137</sup> Segundo Decreto no. 42.787, parágrafo 2º. Do artigo 1º.: “A. Consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; B. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que faranta o desenvolvimento tanto social como econômico”.

<sup>138</sup> O projeto era financiado por parceiros do governo do estado, especialmente as empresas ligadas ao empresário Eike Batista. Após a crise financeira envolvendo seu conglomerado, o empresário anuncia

treinamento de policiais designados para trabalhar nas UPPs, pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião), onde atuo como pesquisador associado desde o início do ano de 2012, realizei trabalho de pesquisa nas UPPs da Nova Brasília e do Alemão<sup>139</sup>. Entre diversos aspectos que deveriam ser observados, interessei-me particularmente por alguns que trazem importantes contribuições na análise das formas de presença do estado no território, particularmente após a grande operação militar de 2010 e a posterior ocupação militar do território pelo Exército Brasileiro, por cerca de um ano e meio. Não tenho por objetivo apresentar uma descrição densa sobre o funcionamento destas unidades e todas as suas práticas, mas faço um recorte que, penso, contribui para elucidar temas de interesse desta dissertação.

A pesquisa se deu no primeiro semestre de 2013 e durou dois meses e meio. Realizei em torno de vinte visitas ao campo, onde permaneci parte do dia e, às vezes, da noite. Quando cheguei ao campo, já tinha uma pesquisa bem desenvolvida na escuta de situações que se davam fora do âmbito institucional da polícia. Nessa etapa, pesquisei a polícia por dentro da polícia, o que não impediu minha circulação e observação da ação policial e a relação que estabeleciam com os moradores, por fora da polícia. Fiz questão de ter um dia de observação da favela antes de me apresentar ao comando da UPP. Na Nova Brasília, frequentei a Praça do Conhecimento para observar a sociabilidade local e o tipo de policiamento em locais de grande concentração de pessoas. Enquanto estive por dentro das unidades e acompanhando as ações policiais no território das favelas, procurei escutar não somente os discursos oficiais dos comandantes e oficiais, mas dei atenção especial aos soldados de cada setor. Valorizei os cafezinhos, a observação das conversas informais no hall de entrada das unidades, os lanches e a sociabilidade entre os policiais. Ali encontrei o mais rico material para análise.

Investigo três situações que considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm "atitudes suspeitas"; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território.

Primeiro, analiso as formas de negociação dos policiais com produtores culturais locais para a "liberação" ou "recusa" de eventos culturais que envolvam bebida e

---

o fim da parceria. Sem verbas, o projeto é suspenso.

<sup>139</sup>Estive também nas UPPs da Vila Cruzeiro e do Parque Proletário, mas não as incluo neste artigo.

música, especialmente o funk.

Quanto à segunda questão, procuro mostrar o quanto e quais tipos de representações feitas pelos policiais sobre a “atitude suspeita” movem as incontáveis abordagens a certos tipos de pessoas e sua “condução” à delegacia para “sarque”<sup>140</sup>. Nestas abordagens todo o drama do encontro do agente do estado com as populações das margens é exemplificado dramaticamente.

Terceiro, descrevo a experiência de ter acompanhado, como observador, diversas patrulhas realizadas pelos GTPPs em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território. Parto da hipótese de que a relação destes policiais operacionais/táticos com os pequenos traficantes (“esticas”) se assemelha a uma relação ritual de caça tipo gato e rato, onde se estabelece um “acordo de cavalheiros”. Conforme verifiquei nos TROs (Termos de Registro de Ocorrência), quase não há prisões. Raras vezes acontece o confronto. Ele parece ser evitado a todo custo.

#### **4.1.1 Dispositivos, performance e as margens do estado**

Três conceitos são fundamentais para esta análise e serão largamente utilizados durante o trabalho. Para tanto, faz-se necessária uma explicação da forma como são utilizados e em que contexto serão aplicados.

O primeiro deles é *dispositivo*. Afirimo que os agentes do estado se utilizam de dispositivos de controle que objetivam uma gestão moral da vida e do cotidiano dos moradores. Não há nenhuma grande novidade na questão, já que isto também ocorre fora da favela. O que destaco é que, no Complexo do Alemão e, guardadas as devidas especificidades, em outras favelas ocupadas pela polícia através das UPPs, há dispositivos muito particulares que produzem efeitos bastante específicos. A presença e a utilização destes dispositivos se tornam mais intensificados na vida da favela por motivos diversos, sendo o mais óbvio a forte presença armada da polícia. A UPP Nova Brasília, inaugurada em 18 de abril de 2012, por exemplo, possui um efetivo de 339 policiais para um território de pouco mais de 550.000 m<sup>2</sup> e 28.661 habitantes<sup>141</sup>. Há um

---

<sup>140</sup> Procedimento de verificação se o indivíduo possui ficha criminal ou tem mandado de prisão em aberto.

<sup>141</sup> Segundo sítio eletrônico oficial do programa, consultado em 25 de novembro de 2013. <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-nova->



policial, naquela favela, para cada 84 moradores. A média do Estado do Rio de Janeiro é de 1 policial para cada 270 moradores<sup>142</sup>, ou seja, mais que o triplo de moradores para cada agente. Este efetivo policial, na favela em questão, é responsável, ainda, por uma área significativamente menor em comparação às áreas de jurisdição dos batalhões tradicionais de polícia, o que nos autoriza a falar de *policimento ostensivo e concentrado*. Numa interessante fala colhida no campo, um policial disse: “*Policimento de proximidade é porque a gente tá bem próximo deles, ali do lado, esbarrando neles o tempo todo*”. Esta é uma forte razão pela qual estes dispositivos se sobressaem de forma tão evidente.

Agamben (2005) apontou que o termo técnico “dispositivo” é decisivo no pensamento e obra de Michel Foucault, ainda que este nunca o tenha definido formalmente. O mais próximo de uma definição teria sido dado numa entrevista do autor em 1977, na qual Agamben resume:

“É um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder.” (Agamben, 2005, p. 10)

Assim, em Foucault, o termo se refere a práticas e mecanismos –jurídicos, técnicos e militares- cujo objetivo é produzir um determinado efeito. Uma máquina que produz subjetivações e, enquanto tal, uma máquina de governo dos homens. É “qualquer coisa que tenha a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2005, p. 13).

Assim, posso afirmar que, no Complexo do Alemão, objetivando o controle das populações e a gestão do cotidiano e da sociabilidade dentro do território, a polícia: controla os eventos culturais, exigindo que se solicite através de um ofício, sempre recusado quando se trata de eventos com música funk, a liberação destes eventos; estabelece uma rotina diária de abordagens a pessoas que se encaixam em determinado

---

brasil/nova%20bras%C3%ADlia  
<sup>142</sup><http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj#>  
consultados em 25 de novembro de 2013.

e <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/>

perfil e estas abordagens resumem dramaticamente a sociabilidade entre aqueles que ocupam o território como uma presença armada e uma parte daquela população que reside e/ou circula pelo local; orienta suas atividades de policiamento em determinadas áreas de forma a produzir determinado efeito sobre traficantes que comercializam pequenas quantidades de drogas a varejo; produz mecanismos de controle sobre mototaxistas, tais como cadastro e apresentação de documentos, para permissão de circulação; constrói certa representação de uma “atitude suspeita”, que inclui especialmente homens pardos/negros de uma determinada faixa etária, e que circulam pelo território, com especial desconfiança por certo tipo de sociabilidade masculina que ocorra em esquinas, ruas ou bares, locais identificados como antros de “*vagabundagem*” e “*sacanagem*”. Todos estes exemplos podem ser enquadrados na categoria de “dispositivos” acionados pela polícia para justificar ações de repressão, controle e, algumas vezes, violência contra estas populações.

O segundo conceito que utilizo na análise é o de “performance”.

Para Turner (1987), a performance cultural não é meramente um reflexo ou uma expressão do sistema cultural, mas é recíproca e reflexiva, sendo frequentemente uma crítica, direta ou velada, da vida social, assim como uma avaliação da forma como a sociedade manipula a história, inclusive como uma agência ativa de mudança, representando a forma como a cultura enxerga a si mesma e a “prancheta na qual atores criativos esboçam aquilo que acreditam ser os mais aptos ou interessantes projetos de vida” (1987, p. 24). Os gêneros dominantes de performance, segundo ele, tendem a ser fenômenos liminares. Acontecem em tempos e locais privilegiados a partir de períodos e áreas reservados para o trabalho, as refeições e o sono. Podem, inclusive, ser chamados de “sagrados”, desde que se reconheça que são cenas de jogo e experimentação, assim como de regras e solenidades. Um drama, por sua vez, visto a partir do conceito de performance, é uma performance social que envolve muitos e só é completo quando acontece em algum tipo de palco diante de uma plateia. O que esta plateia vê não é uma simples reprodução da realidade, mas uma espécie de espelho mágico da realidade social, que exagera, inverte, reforma, magnifica, minimiza, descolore, recolore, e até mesmo falsifica eventos narrados (1987, p.42). Nestes dramas sociais, ocorrem processos de definição e redefinição de crenças e relações sociais. Estes processos de ajustamento situacional são marcados pelo elemento da indeterminação e pela produção destas indeterminações. Propõe, desta forma, um modelo de sociedade e da realidade social como perpassados por um entrecruzamento

sem fim de processos de vários tipos e intensidades. O tempo passa a ser visto como uma dimensão essencial do ser assim como de uma forma multiperspectivada, não mais como um contínuo linear concebido em termos espaciais (1987, p. 80).

Este deslocamento pós-moderno da preeminência exegética do pensamento espacializado e de modelos ideais de estruturas sociais e cognitivas ocasionou um grande movimento em direção ao estudo dos processos como performances. Para ele, performances têm uma estrutura diacrônica, um início, uma sequência de fases sobrepostas mas isoláveis, e um fim (1987, p. 80).

O homem, para Turner, é um animal *self-performing*- suas performances são reflexivas, ou seja, na realização da performance ele se revela a si mesmo de duas formas. Primeiro, o ator pode conhecer melhor a si próprio através do desempenho do seu papel. Segundo, um grupo de seres humanos pode vir a se conhecer melhor pela observação ou participação em performances geradas ou apresentadas por outros grupos de seres humanos. Assim, a questão central da vida social é a performance, quando o “eu” (*self*) é apresentado através do desempenho de papéis, por meio de performances que quebram papéis, e através da pública declaração de que alguém passou por uma transformação de estado ou status, foi salvo ou condenado, elevado ou liberado (1987, p. 81).

O terceiro conceito é o de *margens do estado*. Como indicaram Das e Poole (2004), pensar as margens do estado requer repensar radicalmente a ideia de estado, afastando-se da imagem entranhada do estado como uma forma administrativa racionalizada de organização política que se torna mais fraca ou menos totalmente articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais. Assim, quando penso UPP, a entendo como uma super articulação do estado que objetiva uma presença qualitativa e quantitativa diferenciada de controle e ação em um determinado território e sobre determinadas pessoas, os “favelados”. Pensar nesta super presença não significa dizer que antes da ocupação militar havia uma presença fraca ou uma ausência do estado naquela localidade. Não penso o Complexo do Alemão como “território perdido” onde o estado não entrava, mas como uma região onde o estado sempre esteve presente, porém de formas muito particulares. A baixa eficiência das políticas sociais e as representações da mídia e dos agentes do estado promoveram uma imagem equivocada de ausência e território perdido dominado por um poder paralelo. Alguns elementos apontam para as formas como o estado e seus agentes atuavam no local: a forte presença das ONGs e seus projetos sociais financiadas, em grande parte, com financiamentos do

estado; as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, que se iniciaram antes da ocupação militar; o fornecimento, mesmo que ineficiente, de água e luz; a ação da polícia, seja em violentas incursões ou em sorrateiras entradas em busca de propinas; a enorme circulação de pessoas; o forte comércio varejista e “legalizado” de algumas áreas, como o entorno da Praça do Conhecimento.

A circulação ampla daquilo que Misse (2007) chamou de mercadorias políticas<sup>143</sup> aponta para o Complexo do Alemão como região onde se encontravam financiamentos de ampla rede de corrupção e ilegalidades protagonizadas por agentes do estado, além de curral político de dura negociação. Só poderiam fazer campanha política aqueles candidatos autorizados e que teriam condições de arcar com as despesas para “entrar” nesta tão disputada mina de votos.

O Complexo do Alemão visto como margem do estado não aponta para o fato de ser um apêndice ou um membro estranho de um estado fraco, mas proponho olhá-lo como necessariamente vinculado ao estado, de modo que analisar a ação dos agentes do estado no local, mesmo que em estado de exceção, aprofunda a compreensão que temos do estado e das formas como o estado desempenha seus papéis num determinado momento histórico da sociedade carioca.

Das e Poole (2004) apontam para três questões necessárias para se tratar de margens.

Primeiro, a primazia da ideia de margens como *periferias que formam containeres naturais de pessoas insuficientemente socializadas na lei*. Esta questão aponta para as tecnologias de poder, os dispositivos, do estado para conduzir esta “transformação de status” que tem o objetivo de “levar a ordem”, “socializar”, “integrar ao estado” e “pacificar” estas populações representadas como vivendo em desordem, não integradas à nação<sup>144</sup>, pouco ou nada civilizadas. A pedagogia da conversão se alia a pedagogia da libertação quando se constrói também a imagem de uma população oprimida e escravizada por narcotraficantes.

Segundo, a *legibilidade* e a *ilegibilidade*<sup>145</sup> apontam para a produção de papéis e documentos pelo estado a fim de “promover a existência” e “permitir” ou “autorizar” o

---

<sup>143</sup> O autor desenvolve o conceito de mercados informais onde trocas combinam dimensões políticas e econômicas. Nestes mercados, custos políticos são transformados em valores monetários de forma que o preço dos bens e serviços é medido através de negociações políticas, com avaliações estratégicas de poder, uso potencial da violência e de equilíbrio de forças (2007).

<sup>144</sup> Um dos primeiros atos simbólicos após a ocupação militar de 2010 foi fincar a bandeira do Brasil e a bandeira do estado do Rio de Janeiro.

<sup>145</sup> Nota-se que “legibilidade” e “ilegibilidade” são conceitos mais específicos que os de legalidade ou ilegalidades por apontarem para o estado moderno construído através de suas práticas de escrita.

funcionamento das sociabilidades, das trocas, da circulação e do comércio. Se a ocupação militar do Exército Brasileiro e a ocupação policial das UPPs é qualitativa e quantitativamente diferente das incursões policiais de outrora não surpreende que surja a necessidade da produção de muitos papéis. Uma das principais marcas desta presença qualitativamente diferenciada é a intensificada exigência da apresentação e produção destes documentos. O Exército investiu e apoiou as entidades de “legalização” de comércios e pessoas. Ações para retiradas de documentos como identidade, CPF, certidão de casamento, alvarás de funcionamento para comércios e até casamentos coletivos foram promovidas e continuadas pela polícia. Para que se possa circular por determinadas áreas é exigido, agora, o documento de identificação. Os eventos culturais devem ser solicitados por ofício. Os comércios devem ter alvará de funcionamento. Os mototaxistas devem ser identificados e autorizados pela UPP, devendo assim apresentar os documentos de habilitação.

Terceiro, as margens entendidas como um espaço entre os corpos, a lei e a disciplina mostram o estado e seus agentes operando não somente sobre determinado território, mas sobre os corpos das pessoas. Estes corpos precisam ser “pacificados” e aprender a falar, a andar e a trabalhar. Não podem ser “vagabundos” e ficar de conversa pelas esquinas e becos, mas devem trabalhar duro para conseguir seu sustento. Não devem circular de madrugada. Precisam melhorar seu gosto musical e evitar escutar o “incivilizado” funk com “apologia ao sexo, drogas e ao tráfico”. Devem se vestir como trabalhadores, com sobriedade<sup>146</sup> e, principalmente, devem ser dóceis quando abordados.

#### **4.1.2 As negociações para liberação de eventos na favela**

O Comandante da UPP Nova Brasília, em nossas conversas, se mostrou simpático aos eventos locais, especialmente os esportivos. Afirmou ter tentado implantar mais projetos esportivos, mas esbarrou na burocracia de projetos já existentes

---

<sup>146</sup> Por diversas vezes escutei policiais falando sobre a forma como as pessoas se vestem. As roupas curtas das mulheres é construída, por estes policiais, como uma falta moral e o uso do boné e da bermuda, pelos rapazes, como potencial de suspeição por ligação ao tráfico de drogas. A revista ao boné, que é retirado da cabeça daquele que é abordado, é elemento marcante nas abordagens. “*Eles guardam bagulho no boné*”, disse um policial durante uma destas abordagens.

e que não eram bem desenvolvidos, que “*existem só no papel*”. Permitiu a realização de um baile funk no território da unidade, desde que não houvesse “*apologia ao crime*”, “*apologia ao sexo*” ou *falta de respeito com os policiais* que porventura lá estivessem. Conta que esteve presente pessoalmente, à paisana, ao baile e que tudo transcorreu exemplarmente. Inclusive, permitiu que o horário do mesmo se estendesse. A segurança do evento foi feita por moradores com coletes de identificação e, segundo ele, não houve problemas. O Major esteve, também, diretamente envolvido na organização de um baile funk promovido pela polícia, chamado “baile da proximidade”, realizado na Praça do Conhecimento. Teria sido um “*sucesso*”, com ampla presença de policiais e moradores. Havia 5 mil presentes, segundo ele<sup>147</sup>.

Em outra conversa, afirmou usar a questão dos eventos como moeda de troca. “*Caso se comportem e sigam as regras, permito; se não proíbo tudo*”. Neste ponto, evidencia-se que o comando da UPP se apresenta como um regulador de questões que vão muito além do policiamento. Em sua fala e na pesquisa documental, percebi que não há, nos regulamentos internos que regulam a ação policial uma normatização que vise a uniformidade de procedimentos. Desta forma, cabe ao comandante, que a esta altura, é um gestor da favela, decidir aquilo que é permitido ou não. Em última estância, trata-se de seu gosto pessoal por determinado tipo de evento. O baile funk, na Nova Brasília, precisou ser “domesticado” para que fosse permitido. Nas outras UPPs do Complexo do Alemão, permaneceu terminantemente proibido. Na fala dos comandantes e policiais, o baile é visto como local da desordem, da prostituição e das drogas – um local onde o tráfico ainda detém consagrado seu domínio. Nessa gestão da sociabilidade e dos eventos culturais, a polícia, de uma forma foucaultiana, negocia politicamente para permitir ou proibir, ou seja, para controlar e vigiar o tipo de sociabilidade local.

Estive presente numa reunião com o presidente de uma das quatro associações de moradores da Nova Brasília, que também seria, conforme me foi apresentado, “*o maior produtor cultural do Complexo*”. Sua finalidade era pleitear a liberação de um “pagofunk”. A relação com o Major parecia bastante cordial, contudo, ao falar sobre o Comandante da UPP Fazendinha, fez duras críticas, chamando-o de “*ditador*” por não permitir a realização de nenhum tipo de evento- nem “*aniversário dentro de casa*”. Na

---

<sup>147</sup> Destaco as seguintes reportagens: <http://extra.globo.com/noticias/rio/nova-brasilia-tem-primeiro-baile-funk-apos-pacificacao-7663914.html> e <http://odia.ig.com.br/portal/rio/alem%C3%A3o-ganha-seu-primeiro-baile-funk-ap%C3%B3-pacific%C3%A7%C3%A3o-1.552642>

UPP Alemão, por sua vez, o baile funk é terminantemente proibido, mas outros eventos como pagodes, festa do dia das mães e festas juninas são permitidas.

Percebe-se assim que a polícia se utiliza deste dispositivo de controle dos eventos tanto para controlar a sociabilidade local quanto para construir uma moeda de troca que permita negociações de espaços, comportamentos e tipos de sociabilidade. Ao atribuir qualidades morais a eventos, comportamentos e tipos de festa ou música a polícia torna-se gestora moral da vida social da favela. Quando esta situação é questionada, surge o argumento de que há situações que podem ser permitidas em outros lugares, mas que lá não podem, o que caracteriza uma aplicação própria da lei em estados de emergência ou exceção, conforma apontou Agamben (2004).

No Complexo do Alemão, a polícia exerce uma nova ordem jurídica, onde certos indivíduos são submetidos a leis próprias àquele território e uma forma particular de regulação do cotidiano é exercida através do comando da Unidade de Polícia. Assim, o Comandante da UPP se torna o soberano que é a incorporação da própria lei. As abordagens policiais nos becos e vielas do território demonstram esta hipótese de forma ainda mais contundente.

#### **4.1.3 As abordagens policiais**

Dentro da estrutura operacional das UPPs e ligados ao subcomando operacional estão os “GTPPs”, que significam Guarnições/Grupamento Tático de Polícia de Proximidade e os “GPPs”, que significam Guarnições/Grupamento de Polícia de Proximidade. O primeiro realiza patrulhas móveis e faz o “policimento repressivo”, com armamento mais pesado, como fuzil. Os segundos são fixos e tem como principal função aproximar-se e estabelecer relações mais próximas com os moradores, e não costumam usar fuzis. Na prática, a principal diferença entre eles, além do armamento, é que um é móvel e o outro é fixo, somente. Os GPPs, mesmo em pontos fixos, não parecem ter sucesso na construção de vínculos com os moradores, exceto com algumas crianças.

Observei uma patrulha de guarnição tática (GTPP), acompanhado, além dos policiais do Grupamento, do Comandante da UPP Nova Brasília. Ele estaria, segundo me informou, acompanhando uma patrulha por dia em toda aquela semana a fim de supervisionar e verificar se seus soldados conheciam o território. A primeira parada foi

no mesmo bar onde há dois dias outra patrulha, a qual também acompanhei, revistou os frequentadores. Reconheci que alguns que ali estavam eram os mesmos de antes. Desta vez, as abordagens foram feitas sem reclamações.

A abordagem é feita de forma rápida, seca e objetiva. Poucas vezes acompanhada de qualquer saudação ou um “obrigado” após o procedimento. Todas as foram feitas a homens, a maioria entre 15 e 35 anos, de pele parda ou negra<sup>148</sup>. Boné e mochila são um bom motivo para revista. Os “suspeitos” são colocados contra a parede, revistados, tiram seus bonés, abrem suas mochilas.

Na conversa, fiz uma pequena provocação com o major: *“Major, eu sou um jovem, negro, de 25 anos, uso boné, mochila e tenho uma moto, e sou morador da Nova Brasília. Sou trabalhador, estudante, nunca me envolvi com o tráfico. Todas as vezes em que cruzo com policiais sou abordado e tratado como potencial suspeito. Posso ser abordado inúmeras vezes no mesmo dia. Posso estar atrasado, irritado... alguma hora vou me irritar com a abordagem e serei levado por desacato”*

O Major respondeu: *“Não tem como não ficar puto...verdade”*.

Para o Comandante da UPP Nova Brasília a principal virtude do policial de UPP é a paciência. Virtude que diz exercer todos os dias para entender que seu papel ali não é o combate ao tráfico. Vindo de uma cultura de combate ao tráfico em todos os outros lugares em que comandou, agora precisa tolerá-lo. Afirma que o tráfico nunca vai acabar. Ele gosta quando falo do jogo de “gato e rato” dos soldados com os “esticas” e disse que essa imagem também é frequentemente usada por ele. Neste jogo, o BOPE é usado como ameaça caso o rato transgrida as normas do “acordo de paz”. *“Se atirar na gente, eu chamo o BOPE. Eles sabem disso...têm pavor do BOPE”*.

Um importante ponto abordado em nossa conversa, durante a patrulha, foi sobre os limites da ação policial. Segundo o Major, a “comunidade” e os próprios traficantes não reclamam da ação policial considerada por eles como legítima, o que inclui a revista, a prisão e a repressão a armas e drogas, mas não admitem o excesso policial, como a agressão física ou verbal, ou o constrangimento e o “esculacho”. Quando isto acontece, a reação é imediata. Cita, como exemplo, as pichações que ameaçam nominalmente alguns policiais. Eles seriam truculentos demais, segundo o Major. Para alguns soldados com quem conversei, entretanto, os policiais ameaçados seriam bons e causariam prejuízo ao “movimento”.

---

<sup>148</sup> Ver Ramos e Musumeci (2005)



#### **4.1.4 “Brincando de gato e rato”: o policiamento de “pouca” proximidade pelos becos e vielas da Nova Brasília**

Ainda na Nova Brasília acompanhei outras operações. Destaco uma incursão com grupamento composto por três soldados, a primeira que observei na favela. Um dos policiais portava fuzil, e outros dois, pistolas. Os três, além de uniformizados, usavam coletes à prova de balas. Eu trajava camisa polo preta, calças jeans, tênis tipo sapato e um chapéu Panamá, sem coletes. Percorremos a pé grande parte da área dos Morro dos Coqueiros, Nova Brasília e Alvorada. Os caminhos escolhidos foram as vielas e becos que, segundo eles, seriam mais “*problemáticos*”. A operação durou cerca de três horas e terminou com um animado lanche num ponto de encontro na descida/subida da Rua Nova, num corredor de lojas, o “shoppingzinho”, onde uns dez policiais se encontraram e consumiram os salgados não vendidos das lanchonetes em fim de expediente.

Minha presença foi determinante para a forma como estes agentes se portaram e se relacionaram com os moradores. Segundo eles, entretanto, e conforme combinado em conversa prévia, o trajeto e as abordagens foram rotineiras. Um dos policiais confessou, depois que perguntei, estar um tanto preocupado com minha presença, por se sentir responsável caso algo me ocorresse.

O afastamento inicial não durou muito. Logo, os policiais se sentiram mais à vontade e conversaram sobre diversos temas, algumas vezes propostos por eles mesmos. Sempre que cruzávamos com outros grupamentos era entusiasticamente apresentado como “alguém que pesquisava e iria produzir um treinamento novo para os policiais da UPP”. De alguma forma, pareciam me ver como alguém que estava ali para ajudá-los.

Como não entendia nada da operacionalidade deste tipo de ação militar, percebi que a maior parte do percurso foi feita como se a qualquer momento pudéssemos nos tornar alvo de emboscadas. Nas vielas, constantemente a atenção era voltada para os telhados e lajes, os corredores aparentemente calmos e as costas da guarnição. Quase sempre, em fila indiana, eu era o terceiro homem. O último da fila era o homem do fuzil. O primeiro, andando de joelhos levemente dobrados e arma em punho, apontando rapidamente para cada curva, barulho ou nova rua que se apresentava no trajeto.

As únicas instruções que tive foram: “*cuidado com as costas*” e “*fica de olho*”

*nas lajes, que eles atiram de lá...a gente só escuta o barulho e nem vê*". Por três vezes durante o longo trajeto, o homem da dianteira partiu em corrida atrás de algum "estica" ou alguém suspeito que, rapidamente desaparecia. "Esticas", segundo eles, são aqueles que carregam pequenas quantidades de drogas, suficiente para não serem enquadrados como traficantes, mas como usuários e que, *"correm que nem rato"* quando abordados. Por pelo menos duas vezes, o homem da retaguarda deu sinal para pararmos porque percebeu movimentação suspeita se formando depois que passávamos.

Algumas ações merecem ser destacadas e descritas.

Cinco pessoas foram abordadas no caminho. Todas eram homens, entre 15 e 30 anos, de pele parda ou negra e usavam mochilas. Dois deles eram adolescentes uniformizados de escolas da rede pública. Sem grandes cumprimentos ou considerações foram instados a abrirem suas mochilas. A ordem foi imediatamente acatada, e os "suspeitos" liberados. A última abordagem foi a um jovem sentado numa viela da favela da Alvorada. À sua frente havia uma motocicleta sem placa. Ele foi revistado, informou não ter carteira de habilitação, mas possuía o documento da moto, que estava no nome de uma mulher. Um dos policiais o repreendeu pela ausência da placa e da carteira de habilitação. Ao ligar para a Central e obter a informação de que nada constava contra aquela placa, liberou o rapaz.

No caminho pelas ruas estreitas, as armas em punho eram a todo o tempo apontadas para uma possível ameaça ou ataque. Na maior parte do trajeto, os olhares lançados aos policiais eram ou de hostilidade ou de respeitosa indiferença. Pouquíssimas vezes houve troca de cumprimentos entre moradores e policiais. Quando ocorriam, vinham das crianças.

Uma das áreas que percorremos, próxima a Praça do Conhecimento<sup>149</sup>, era vista com mais simpatia pelos policiais. Segundo eles, lá as pessoas queriam a UPP e eram mais educadas, corteses e com maior poder aquisitivo. Quando lá chegamos, um deles pôs-se a sorrir quando cumprimentado por um grupo de três crianças e disse: *"que diferença!"*.

Enquanto circulávamos pela Alvorada, sentimos forte cheiro de maconha e, um *"silêncio preocupante"*. Eles mostraram-se bastante tensos, como se esperassem alguma situação de confronto próxima a acontecer. Um deles chegou a abrir a empurrar a porta de um barraco, que estava destrancada, para ver se o cheiro vinha de lá. Não

---

<sup>149</sup> Local de intensa sociabilidade, com muitos bares e pequenos restaurantes.

houve ataques. Felizmente.

Ao longo do percurso conversamos sobre diversos assuntos. Quando perguntei sobre o “desacato” e quais eram os limites que davam à questão, um deles recorreu ao argumento da obediência. *“Se eu peço ao morador pra levantar e ir pra parede e ele não vai, isso é desobediência de uma ordem legal...preciso dar exemplo para os outros que estão vendo. Aqui é muito isso do exemplo”*. Daí fez um movimento indicando que forçaria a pessoa a fazer o que ele solicitava.

Uma TRO pode servir de exemplo para elucidar a questão:

*“Ao abordar o “A” por fundada suspeita, o mesmo não obedeceu e desacatou o policial Sd. ..., com isso foi conduzido para 22ª. (...)”* (Julho de 2012)

Quanto a tão utilizada expressão “atitude suspeita”, parece haver um padrão que se repetiu nas falas: pessoas/homens em grupo em bares ou esquinas estão em atitude suspeita (*“de vagabundagem”*, segundo um Soldado); pessoas/homens que se assustam ou baixam o olhar quando veem a aproximação de um grupo de policiais. Conforme destacou Asad (2004, p. 285), a suspeita ocupa o espaço entre a lei e sua aplicação de forma que todo aparato judicial e sistema político do estado moderno é construído pressupondo suspeita organizada.

Exemplos extraídos de TRO’s registrada no mês de janeiro de 2013:

*“Guarnição estava em patrulhamento quando se deparou com “A”, que ao avistar a guarnição ficou nervoso”*

*“Foram encontrados na comunidade em área não populosa, num beco, sem saída. Daí foram encaminhados à 22ª. DP para sarque e liberados”*

Em outra incursão, numa tarde de domingo, Acompanhei duas GTPPs que saíram juntas e fiz um percurso que ainda não conhecia, passando pelo “campo do Seu Zé” e o “inferno verde”, duas das áreas consideradas de maior periculosidade na região. Eram nove soldados, além de mim.

A patrulha não se diferenciou significativamente da primeira, mas pareceu menos ameaçadora por ter sido feito durante o dia e com um efetivo maior de policiais. O dia chuvoso e as vielas enlameadas prejudicaram o acesso.

Foram feitas abordagens a homens, especialmente quando em grupo. Duas

abordagens foram feitas em bares onde, segundo um dos policiais, “*rola uma sacanagem*”, termo usado para venda de entorpecentes, mas que também vi sendo utilizado para o consumo de bebidas alcoólicas, “ociosidade” e prostituição. No primeiro, foram revistados cinco homens. No segundo, sete. Um deles, aparentemente embriagado, começou a se exaltar, mas foi contido por um grito ameaçador do policial que portava o fuzil e permanecia próximo acompanhando a revista.

Quando chegamos ao “inferno verde”, onde havia um animado futebol em campo totalmente enlameado, um grupo de jovens partiu em disparada para dentro das vielas na direção oposta ao grupo armado de policiais que se aproximava. Ali, também “*rola uma sacanagem*”.

A relação destes policiais operacionais/táticos com os traficantes se assemelha a uma relação de caça tipo gato e rato. Uma relação ritual que se desenrola como um completo drama social. Conforme verifiquei nos TROs quase não há prisões. Raras vezes acontece o confronto. Ele parece ser evitado a todo custo. Estas situações apresentam-se como inerentemente dramáticas porque seus participantes não apenas fazem algo, mas tentam mostrar aos outros aquilo que estão fazendo e qual a atitude esperada por parte deles (Turner, 1987). Quando partem em disparada em busca dos “esticas” mostram aos que os veem o que é ser policial, assim como vão aos poucos construindo sua identidade reflexiva parcamente trabalhada após sair de um curto período de treinamento e receber um fuzil para portar. O objetivo é que a situação não saia do controle e se “*possa voltar para casa em segurança*”. Claro que nem sempre o ritual sai conforme esperado. Às vezes, emboscadas surgem; tiros são mais certos do que deveriam; imprevistos rompem a “normalidade” do ritual da correria e da busca dramática pelo inimigo<sup>150</sup>. Espera-se, todavia, que a normalidade não seja irrompida por estes excessos.

Em texto sobre o drama social na Umbanda brasileira, Turner (1987) destaca que este é estruturado como um processo, ou seja, segue o curso de eventos regulares que podem ser agrupados em sucessivas fases de ação pública. (1) A *violação* de uma norma que regula certas relações sociais é tornada pública através da infração de uma

---

<sup>150</sup> Após o término desta fase do trabalho de campo e, especialmente, a partir do início do ano de 2014, as tensões explodiram com mais frequência. Até março de 2014, pelo menos três policiais da UPP Nova Brasília foram mortos em serviço na favela. Dois somente no início do ano. Acredito que, após estas mortes, que levaram ao anúncio, feito pelo governo do estado, da possível intervenção militar na região, novas categorias devem ser aplicadas ao campo, o que abre novas possibilidades de pesquisa. Contudo, a análise que faço, neste capítulo, se deve a trabalho de campo feito até o ano de 2013, ou seja, antes destas explosões de confrontos registradas no ano seguinte.

regra que é símbolo da manutenção de algumas importantes relações sociais entre grupos, pessoas, status e subgrupos; (2) a segunda fase é a *crise*. As pessoas são coagidas a escolherem lados e antagonismos são criados. A crise é contagiosa. Considerações não racionais prevalecem, assim como rancores, rivalidades, disputas, vinganças não resolvidas, ressentimentos, que produzem se não a violência física, a ameaça desta violência. (3) a terceira fase envolve os *procedimentos de compensação ou reparação*. Estes variam de aconselhamento pessoal ou mediação até juramentos formais e uso de aparatos legais para solução da crise ou legitimar outros modelos de resolução de conflitos, como o desempenho de um ritual público. Esta é, possivelmente, a fase mais reflexiva do drama social. A comunidade, através de seus representantes, volta-se para si própria a fim de avaliar aquilo que alguns de seus membros fizeram e como eles se comportaram com referência aos seus próprios padrões. Isto pode ocorrer, inicialmente, de forma violenta. A quarta fase (4) do drama social consiste ou na *reintegração* do grupo social perturbado ou no *reconhecimento e legitimação do cisma irreparável* entre as partes em conflito. Se o drama social for “saciado”, a fase final consiste em ações “pacificadoras”. Para o autor, a descoberta destas etapas é “a virada pós-moderna” na antropologia, já anunciada na modernidade antropológica, mas nunca em suas questões centrais. Esta virada envolve a processualização do espaço, sua temporalização, que vai além da espacialização do processo ou do tempo, feitos pela modernidade.

Estes padrões podem ser confirmados em toda ação ritual do encontro destes policiais com os traficantes. A convivência dos policiais com os traficantes parece seguir determinadas regras de sociabilidade e boa vizinhança. Há um “acordo de cavalheiros” onde cada um deve cumprir sua parte. Aos traficantes cabe a discricção e não circular com armas. Aos policiais cabe não “esculachar” e o desempenho de seu papel público de repressão à criminalidade. A violação de uma destas regras, especialmente a da discricção, produz a necessidade de uma reação pública. Espera-se que o policial siga o procedimento da abordagem e o traficante o da fuga. Inicia-se, então, o ritual da perseguição.

“*Isso acontece todo dia*”, conta um policial da Nova Brasília.

A perseguição é a crise estabelecida na relação entre estes atores. Os ânimos se exaltam, tiros são disparados – mesmo que para o alto-, encontrões, brigas. É comum que haja resistência do perseguido, mas sem grandes pretensões de destruir aquele que o persegue. A rapidez e a agilidade dos que fogem, aliada ao maior conhecimento do

terreno, na maioria das vezes, prevalece sobre o agente do estado uniformizado, portando armas pesadas e com uma estrutura física maior e mais pesada. É a perseguição do mais forte sobre o mais rápido. Quando o mais forte prevalece, espera-se que não haja “esculacho”, ou seja, que não haja agressões físicas e morais ou quaisquer tipos de humilhações. Levar preso não é “esculacho”, bater e humilhar, sim.

Estas regras nem sempre são seguidas. Inscricões nos muros próximos a UPP ameaçando os policiais que “esculacham” e até mesmo represálias são uma resposta à quebra deste acordo. O ataque à base da UPP Nova Brasília, registrada nos primeiros meses de funcionamento da unidade, que ocasionou a morte da Soldado Fabiana foi, possivelmente, uma resposta a excessos policiais.

Os procedimentos de compensação ou reparação acontecem na hora da abordagem e possível prisão. A abordagem pode variar de uma simples admoestação até a tumultos envolvendo parentes ou vizinhos dos abordados. O tumulto se transforma numa forma de publicizar o evento. Para os policiais, os tumultos são criados para que os traficantes sejam protegidos. Para alguns moradores, são uma forma de impedir abusos, uma forma de resistência local a um sem número histórico de abusos de poder e violências por parte dos agentes policiais. No tumulto, ressalta-se o caráter inocente do suspeito e que ele é trabalhador. Quase sempre se evoca o parentesco. O rapaz é “filho de fulano” ou “sobrinho de seu cicrano”. Os agentes insistem em confirmar a ligação do suspeito com o tráfico. Quando há evidência, leva-se o suspeito, mesmo debaixo de protestos. Quando não há, a situação cresce em tensão. Tiros para o alto, pancadas e bombas de gás<sup>151</sup> são formas que a polícia se utiliza quando as coisas parecem sair do controle. Paus, pedras e garrafas são utilizadas pelas pessoas envolvidas no tumulto contra os agentes policiais. Não encontrei nenhum registro oficial ou não oficial, nas favelas onde pesquisei, deste tipo de evento, onde armas de fogo tenham sido usadas contra os policiais.

Mas os tumultos não acontecem sempre. É muito mais frequente que a correria em busca dos “esticas” acabe sem tiros ou presos. Depois que “tudo volta ao normal”, os policiais procuram outras guarnições móveis ou fixas para narrar heroicamente a perseguição. Bebendo refrigerante e comendo coxinhas e joelhos, no fim da tarde, depois que tudo está “pacificado”, eles se reúnem nos mesmos locais de sempre para descreverem seu feitos e rirem uns dos outros.

---

<sup>151</sup> A leitura das TROs aponta como este recurso é largamente utilizado em caso de tumultos.

Algumas vezes, entretanto, o ritual cotidiano sofre irrupções de violência. Não acredito que sejam esperadas. A tensão e o medo nas expressões dos envolvidos me impedem de interpretá-las como elementos normais da rotina policial. A maior parte dos policiais que conheci durante a pesquisa nunca se envolveu sequer numa troca de tiros, mas estas acontecem. No discurso, reconhecem que *“faz parte do jogo”*, um jogo difícil de ser jogado. Esta tensa relação entre estâncias de poder armado, legais e ilegais, se dá através de uma tênue linha de sociabilidade. Quando esta é rompida, o jogo endurece. No morro do Alemão, durante a pesquisa, o “acordo de cavalheiros” não vigorava como antes. O comércio estava proibido de vender para policiais. Durante uma “corrida pela paz”, no ano de 2013, com a presença do Secretário de Segurança Pública, tiros foram disparados e o policiamento foi reforçado, ainda mais.

#### 4.1.5 Os TROs na Nova Brasília

Os termos de registro de ocorrência (TRO) são o registro que deve ser feito, de forma escrita, das ocorrências policiais ocorridas durante as patrulhas ou chamadas. Qualquer evento ou atendimento policial deve ser registrado e assinado pelos policiais envolvidos. Estes não são abertos ao público e são arquivados em cada unidade. Devo o acesso a este material ao projeto em que atuava. Li todas as TROs arquivadas desde o início do funcionamento da unidade, até o mês de abril de 2013. Curiosamente, a primeira que veio em mãos contava o triste episódio da morte da soldado Fabiana, morta no ataque à sede da unidade. A soldado foi a primeira policial de UPPs morta em serviço.

*“Por volta das 21:00 do dia 23/07/2012 estava com as testemunhas acima quando ouvi um disparo de arma de fogo, nos abrigamos primeiramente no beco a esquerda do container na tentativa de alcançar a base que também estava sendo atacada fomos obrigados a se (muda a página ocorre um sugestivo lapso na escrita)<sup>152</sup> em um bar que estava aberto, onde ficamos ate cessar os disparos, a vitima que nos disse que iria comer<sup>153</sup> numa lanchonete localizada a 10 metros*

---

<sup>152</sup> Comentário meu.

<sup>153</sup> Estava escrito “lanchar”, mas foi rasurado e escrito “comer” por cima.

*da base, fiquei sabendo que a mesma tinha sido alvejada pelo radio da corporação e que ja se encontrava na UPA do Complexo do Alemão, a mesma pela descrição dos soldados da RPI da UPP da Fazendinha que a socorreram estava no lado oposto do container do local onde estavamos antes dos disparos”*

A leitura dos TROs aponta para algumas questões:

Primeiro, a *relativamente pequena quantidade de confrontos registrados entre policiais e traficantes da região*, ao contrário da terrível fama que a UPP Nova Brasília trazia, inclusive entre os policiais que não pertenciam a ela, de ser a pior das UPPs. Alguns confrontos ocorreram no início das operações no local e foram diminuindo significativamente<sup>154</sup>. Segundo alguns policiais, os traficantes evitariam o confronto porque seria prejuízo para os negócios. Assim, parece haver um confesso “*acordo de cavalheiros*” onde cada um pode cumprir seu papel respeitando os limites acordados. À polícia cabe o papel de repressão aos “esticas” e a ritual perseguição que os GTPPs empreendem pelos becos e vielas da favela, mas sem “esculacho” e “sem levar dinheiro”. Aos traficantes cabe fugir do confronto e, caso estejam portando armas, evitar serem pegos. Está vetado o uso de armas de grosso calibre e andar com grandes quantidades de drogas.

Parte dos tiros disparados pelo tráfico, o que ocorre com alguma frequência, visam, geralmente, confundir ou despistar os policiais para que eles diminuam o foco de atenção para determinadas áreas. Assim, drogas e armas podem entrar e sair com maior facilidade.

Segundo, as *ocorrências de menor risco* ocupam o maior tempo e esforço dos policiais chamados “operacionais”. Brigas domésticas, perturbação da ordem, desacordos comerciais que viram agressões, reclamações sobre som alto e socorro de pessoas com problemas emergenciais de saúde são as ocorrências que mais aparecem. Até mesmo um parto já foi feito dentro de uma das viaturas.

Terceiro, encontra-se certo tipo de *padrão de abordagem*. Encontrei pelo menos duas centenas de TROs que seguiam o mesmo padrão apresentando a seguinte estrutura:

ATITUDE “SUSPEITA” → ABORDAGEM → PESSOA LEVADA À

---

<sup>154</sup> Estes aumentaram consideravelmente em 2014. Esta observação só vale, portanto, para o período da pesquisa.



DELEGACIA PARA “SARQUE”<sup>155</sup> →NADA CONSTATADO→PESSOA LIBERADA

Quando conversei com os dois subcomandantes sobre isto, pareceram desconhecer a situação e classificaram, com certo constrangimento, a abordagem como ilegal e inadequada. Afirmaram também que o policial estaria se “*queimando*” ao escrever uma TRO com esse teor. Entretanto, é nesta situação onde melhor se percebe que a violação da lei perpetrada pelo agente da lei, em nome da lei, de forma violenta, abusiva e extrajudicial, revela o estado em encontro com suas margens. Confirma-se dramaticamente, nesta situação, a hipótese de uma nova ordem jurídica onde leis especiais são aplicadas a determinados indivíduos, num território sob estado de exceção. Assim, a ação do agente policial se dá ao mesmo tempo dentro e fora de lei. Fora da lei quando conduz sob custódia o indivíduo sem flagrante ou mandado de prisão, mas dentro da lei que se aplica àquele território. O procedimento se mostra tão naturalizado que é exercido pelo agente sem recorrer ao conhecimento que possui da lei e é sofrido pelos abordados ora com irritação ora com medo, mas também sem questionar a legalidade da condução. A polícia e os indivíduos, mesmo debaixo dos protestos de alguns- especialmente ligados a ONGs e entidades de direitos humanos ou intelectuais-, parecem conviver numa prática onde se espera que a regulação do cotidiano seja executada através de uma ordem jurídica própria.

Quarto, observei pelo menos uma ocorrência em cada mês de *tumultos*, especialmente na Praça do Conhecimento, que me foi sempre apresentada como “*muito calma*”. Em maio de 2012, houve briga generalizada que culminou em pedradas e garrafadas em direção aos policiais. No mês anterior, o “tumulto” ocasionou ferimentos por garrafadas em dois policiais. Em todos os casos, houve registro de uso de granadas de efeito lacrimogêneo. Em nenhum deles, parece ter havido disparo de armas de fogo.

Quinto, a ocorrência de *pequenas apreensões de drogas e armas de baixo calibre*. Estas ocorrências parecem ser troféus para as GTPPs, uma vitória do gato sobre o rato. O gato é premiado com folgas pelo comando.

---

<sup>155</sup> Em muitos casos, há o registro de que o sistema do “sarque”, de responsabilidade de Polícia Civil, está inoperante. Conforme desconfei, escutei que esta informação é usada por policiais civis de plantão para “se livrarem” do caso. Muitos policiais militares reclamaram de tensão e descaso que sofrem nas DPs.

#### **4.1.6 Da “porrada no favelado” ao “os donos dos morro são os moradores, não é a gente”: percepções sobre o policiamento de pouca “proximidade” no Morro do Alemão**

No Morro do Alemão, acompanhei uma GTPP em patrulha à noite, em meu primeiro dia nesta unidade; e uma GPP, durante o dia, em minha última visita.

Solicitei ao subcomandante o acompanhamento da operação, da GTPP, e fui apresentado ao sargento que a lideraria. Enquanto aguardava os preparativos para a saída, conversei com outro sargento, supervisor, que ficaria na base. Em nossa conversa, mostrou-se desapontado com o projeto da UPP; afirmou ter certeza que este acabaria depois das Olimpíadas e as coisas se tornariam piores do que antes. Chegou a unidade do Alemão indicado pelo comando e, logo no primeiro dia, recebeu um tiro de raspão na perna. “*Foi meu cartão de visitas*”. Em outra visita ao campo, perguntei se poderíamos continuar a conversar sobre sua função e atribuições como supervisor. Ele respondeu: “*Meu papel é bater em favelado. Projetos sociais é com ele*”, apontando para um outro agente, cuja função era de mediação e relações públicas. Continuou, dizendo: “*Proximidade é o cacete, proximidade é porque a gente tá aqui todo dia*”. Olhei para o agente e a soldado P5<sup>156</sup>, na expectativa de que confirmassem que se tratava de uma jocosidade ritual, mas eles, baixando o tom de voz e com olhar constrangido indicaram que aquele sargento não estava de brincadeira. Continuando a conversa, o agente mediador indicou que, no contexto do Alemão, só caberia a lógica do “*tiro, porrada e bomba*” e que isto seria o correto, mas interesses políticos exigiriam certa maquiagem.

A patrulha desta GTPP foi feita à noite, durou cerca de duas horas e meia (18h às 20h30), com oito policiais, e liderada pelo primeiro sargento supervisor, que esteve ao meu lado por todo o trajeto e se mostrou falante e receptivo a perguntas. Percorremos todo o perímetro de atuação desta unidade. No trajeto, houve apenas uma abordagem para revista. A tensão pairava no ambiente, no semblante dos soldados e em alguns moradores, especialmente enquanto atravessamos “áreas críticas”.

Este Supervisor parecia mais integrado aos conceitos de “proximidade” propostos, pelo menos teoricamente, à UPP. Com 20 anos de polícia, tendo servido por muitos anos no Batalhão da Maré, acha que “*lá era muito pior que o Alemão*”.

---

<sup>156</sup> Relações públicas e ação social.

*“Não estou dizendo que não vai acontecer nada comigo, mas acho que se tivesse que acontecer teria acontecido lá”*

Portava uma arma de uso pessoal, cano comprido, de médio alcance. Outros soldados portavam fuzil e pistolas. Todos usavam coletes. Apenas o sargento, entretanto, e notei que foi esta sua orientação, conversava comigo. Os outros, pouco falaram. A caminhada foi árdua, com muitas escadarias, e algumas áreas difíceis de serem acessadas. Muitas ruas e becos sem iluminação traziam uma preocupação extra. *“Isso é coisa deles”*, disse o Sargento, referindo-se aos traficantes, que quebravam as lâmpadas para que o local permanecesse escuro. Logo, encontrei pichações de ameaça aos policiais, as quais fotografei.

Durante a conversa, este sargento enfatizou que *“nós não somos donos da favela. Estamos aqui pra fazer policiamento e reprimir o crime, mas os donos disso aqui são eles. Sempre falo isso pros meus homens: ‘vocês não são donos da favela. Os donos disso aqui são os moradores’”*.

No caminho, passamos pelo local onde um policial havia sido morto. Era escuro e deixava a todos muito expostos, pois tratava-se de uma confluência de escadarias. Este era o ponto crítico do trajeto e do policiamento local. Logo depois, fomos a um bar conhecido como “Bar do Russo”. Havia sete pessoas bebendo por lá. O sargento me conduziu até os fundos do estabelecimento, um pequeno espaço com um banheiro sujo. Contou que era comum que a área fosse usada para prostituição de menores e consumo de drogas, mas o Russo, dono do bar, não tinha como evitar que isso acontecesse. Seu argumento era que a repressão ao crime teria que levar em consideração situações como essa e não prejudicar nem moradores nem comerciantes.

Ele chama o Russo para a conversa.

*“Russo conta pra ele aí”*

Russo, um pouco constrangido no início, ser saber qual era minha posição ali, que só foi explicada depois, confirma a fala do Sargento.

*“Não tenho como impedir... não dá. Quando eles tão fazendo coisa errada, eu falo, peço pra parar, mas tenho que vender e não posso perder meus clientes. O homem que tava aqui é bom cliente, tem dinheiro. O senhor entende, né?”*

Referia-se a uma abordagem passada quando alguém foi pego naquele local consumindo drogas e supostamente tendo relações sexuais com uma menor de idade. Russo continua.

*“O senhor”*, referindo-se ao Sargento, *“é educado, entende a gente. Gente*

*final...como tem muito policial aqui, a maioria, que vem, cumprimenta a gente, tem educação... mas aquele que teve aqui não. Aquele polícia, que até parece com o senhor, é moreno assim, veio aqui, nem perguntou e já meteu a mão na minha cara, esculachou na frente dos clientes...fui humilhado... não sou traficante não, sou trabalhador”*

*“Já afastei ele, Russo. Ele nunca mais fazer isso por aqui”*

Não sei se até que ponto me levar àquele local foi premeditado ou a fala do Russo foi além do que previa a situação inicial, mas a visita àquele bar foi de grande riqueza analítica por ilustrar o quanto a lei e as práticas do estado são colonizadas por outras formas de regulação que emanam das necessidades prementes das populações a fim de assegurar sua sobrevivência política e, principalmente, econômica (Das e Poole, 2004). As práticas do estado nestas zonas de emergência, ou em estados de exceção, como sugeriram Das e Poole (2004), não podem ser interpretadas simplesmente a partir das categorias de lei e transgressão, mas em termos de práticas que se configuram por dentro e por fora da lei.

Percebi, durante esta caminhada, que estava proibida a venda de qualquer produto para policiais. A relação entre policiais e a população local era de pouca proximidade e parecia estar, naquele período, num momento crítico, que só veio a piorar com o decorrer do ano de 2013.

#### **4.1.7 Os TROs no Alemão**

A leitura dos TROs da UPP do Alemão aponta para algumas questões:

Primeiro, as *ocorrências de menor risco* ocupam o maior tempo e esforço dos policiais chamados “operacionais”. Brigas domésticas, perturbação da ordem, desacordos comerciais que viram agressões, reclamações sobre som alto e socorro de pessoas com problemas emergenciais de saúde são as ocorrências que mais aparecem.

Segundo, apesar disso, o *elevado número de confrontos com traficantes*. Alguns meses, como novembro/2012, por exemplo, registraram sete ocorrências de confrontos com troca de tiros. O que chama a atenção é o fato de ter encontrado em torno de 100 TROs que apontam para confrontos com troca de tiros, mas sem vítimas, sejam policiais, traficantes ou moradores. A resposta pode estar na qualidade ou no tipo de

confronto que se estabeleceu entre policiais e traficantes no Morro do Alemão. Se na Nova Brasília há uma interação ritual tipo “gato e rato”, com pouca violência ou utilização de armas, no Alemão pode haver algum tipo de confronto onde a utilização da arma não tem o objetivo principal de eliminar o inimigo, mas alertá-lo da sua presença e marcar simbolicamente os limites que precisam ser respeitados. Outras hipóteses são: a má pontaria tanto de policiais quanto de traficantes, que leva a confrontos onde o alvo é pouquíssimas vezes atingido; a não exposição nas TROs do fato como realmente aconteceu. Considero estas hipóteses, entretanto, menos prováveis.

Terceiro, um tipo de padrão de ocorrência se destaca: solicita-se a presença da polícia para a resolução de certos tipos de conflito –conjugais, familiares ou de vizinhança, por exemplo- , mas só oferecem a ela uma restrita liberdade de atuação. Não dão a ela a soberania para resolução do conflito. A questão é resolvida no local ou as partes recusam-se a ir à delegacia. Assim, a presença policial é solicitada como uma espécie de ameaça ou último apelo. Uma presença simbólica que jamais pode se tornar uma presença intervencionista. Cada parte reclama para si o apoio policial para o cumprimento do seu direito, mas não delega ao agente do estado a intervenção efetiva ou violenta para a solução do conflito. Usar a polícia, na forma de apelação ao estado, “contra” um parente, cônjuge ou vizinho, fere as regras de sociabilidade da favela. Espera-se que o conflito se resolva ou não se resolva através das regras locais de sociabilidade, o que é fruto de uma presença fraca do estado assistencialista e abusiva do estado violento na forma militarizada. Chamar o policial da UPP torna-se um artifício extra, mas com seus próprios limites.

A presença do estado na forma da polícia é, como na etnografia de Poole (2004) sobre o estado peruano, uma ameaça e uma garantia. Uma ameaça de perder a autonomia e a liberdade na solução de seus próprios conflitos, assim como da prisão e da violência, mas também uma garantia de que a lei possa ser utilizada com algum tipo de benefício.

Nestas três situações- as abordagens policiais, as negociações para liberação de eventos e as patrulhas em suas interações rituais com moradores e traficantes- ficam evidentes os tipos de dispositivo de representações da criminalidade, de controle e gestão moral da vida destas populações que vivem às margens construídas pelo próprio estado. Na abordagem, encontra-se o agente do estado na sua forma mais crua e abusiva, ao suspender a lei em nome da lei e da segurança; nas negociações para liberações de eventos, o agente paternalista e “civilizador”, imbuído da missão de gerir a

moral e os costumes das populações faveladas; por fim, nas interações das patrulhas, o estado em sua forma de drama ritual, mostrando para si mesmo e para os outros o que é ser um agente do estado em ação nas margens deste mesmo estado.

#### **4.2 “UPP É COISA DE VEADINHO”: A QUESTÃO DA “FEMINIZAÇÃO” DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO**

O objetivo desta seção é fazer um recorte de gênero, no campo da masculinidade, a partir de observações do campo. Três fatos observados durante a pesquisa trarão elementos que possibilitam tal recorte. Dois deles apresento de imediato.

O primeiro ocorreu numa das cerimônias de troca de comando da “Força de Pacificação” do exército, enquanto ocupava o Complexo do Alemão. Numa manhã ensolarada, numa de suas bases, localizada em Inhaúma, após a apresentação de uma banda militar, o general responsável pela tropa me convidou, além do Ten. Lúcio e o secretário executivo do ISER, à sua sala, a fim de conversarmos sobre o papel que o exército vinha cumprindo no Complexo. Depois de alguns minutos de conversa, onde se mostrava bastante receptivo e aberto ao diálogo, solicitou a presença de um soldado que estivesse apropriadamente “equipado” para o combate.

Entrou um jovem negro, de cerca de vinte anos de idade, bastante forte, uniformizado, equipado com capacete, óculos de visão noturna, colete à prova de balas, fuzil e outros equipamentos sofisticados, aos quais confesso ignorância quanto à utilidade no combate urbano. Orgulhoso e sorridente, o general, sem se dirigir diretamente ao soldado, nos explicava sobre a importância e a qualidade daquele equipamento. Enfatizava a necessidade de um armamento que estivesse à altura do que era utilizado pelos traficantes. O “super-soldado” seria, assim, a forma eficaz de enfrentamento do poder armado presente na favela. Este “super-soldado” é “super” não tanto pelo treinamento ao qual é submetido, nem pela sua capacidade e habilidade na mediação e resolução de conflitos sem utilização da força, mas pelo tamanho do seu fuzil, pelo estrago causado pelo seu poder de fogo e sua capacidade de enfrentamento,

principalmente graças à tecnologia da arma, em guerras chamadas “modernas”<sup>157</sup>.

Assim, durante a ocupação militar, mais do que a investigação e a mediação de conflitos, a *demonstração de força e virilidade através das armas* pareceu ocupar lugar preponderante na forma como a instituição militar lidou com o poder armado do tráfico de drogas.

O segundo fato observado no trabalho de campo foi um chocante relato de tortura e assassinato durante a ocupação de novembro de 2010. Dois jovens, moradores locais, foram presos por policiais do BOPE nas proximidades da Rua Canitar<sup>158</sup> e levados a uma igreja Assembleia de Deus para serem interrogados. Lá foram torturados. Diante dos apelos insistentes dos familiares, alegando que os rapazes não pertenciam ao “movimento”, um deles foi solto. O outro morreu. Durante a tortura, pelo menos o que morreu teria sido penetrado no ânus com um cabo de vassoura<sup>159</sup>. O outro, segundo relatos, teria ainda hoje problemas psicológicos ou “teria ficado maluco”.

A partir destes dois eventos já posso fazer alguns apontamentos quanto a aspectos de masculinidade e virilidade no conflito violento entre forças policiais ou militares e o tráfico de drogas. Para não torná-los forças reificadas, posso afirmar que há uma forte presença da afirmação violenta da masculinidade viril nas lutas por território e nos confrontos armados entre os grupos que o disputam. Indo mais longe, pode-se falar que há um profundo dilema de gênero na forma como a segurança pública da cidade do Rio de Janeiro tem sido conduzida nos últimos anos.

Escolho o termo “dilema” entendendo-o como uma situação delicada e difícil na qual se precisa escolher entre duas alternativas possivelmente antagônicas, e por perceber uma possível tensão, quiçá uma crise, na aplicação de modelos diferentes na condução do “problema” da segurança pública numa cidade que vive às vésperas de importantes megaeventos esportivos, que têm trazido muitos investimentos e movimentado bilionariamente a economia da cidade e seus principais mecenas.

Antes da apresentação do “dilema” e do último fato, teço algumas observações importantes para a construção dos argumentos.

---

<sup>157</sup> Segundo o General, estas guerras se diferenciam das outras por serem tecnológicas e urbanas.

<sup>158</sup> Segundo relatos, o QG do Comando Vermelho e rua estratégica para o tráfico de drogas. Extensa, com mais de 1 km, do fim da rua é possível ver quem está entrando. Os violentos confrontos ocorridos ali estão ainda bem vivos na memória daqueles que moram nesta rua.

<sup>159</sup> Não posso afirmar se essa foi a causa de sua morte.

#### 4.2.1 Masculinidades

Há diferentes abordagens nas ciências sociais quanto ao problema da masculinidade. Alguns autores a entendem como o desempenho de um papel social pelo indivíduo. Outros a abordam através da categoria da crise e da desconstrução, sendo comum o conceito de crise da masculinidade, inaugurada após o advento do feminismo.

Uma primeira questão necessária, para a abordagem do chamado *men's studies*, é o reconhecimento do trabalho das antropólogas dos anos 1970 no sentido de se distinguir sexo biológico de gênero. Evidências etnográficas mostram que não há fundamento de uma base universal para definições sociais. Diferenças biológicas não podem ser ditas como determinantes na formação de construções de gênero, assim como não há um único ou essencial significado para as categorias “homem” ou “mulher”. Logo, relações entre homens e mulheres, e os significados simbólicos associados às categorias “mulher” e “homem” são socialmente construídos e não podem ser assumidos como naturais, fixos ou predeterminados (Moore, 1988)<sup>160</sup>.

Fausto-Sterling (1985) contesta o argumento de que há uma relação entre os hormônios masculinos e a agressão, a guerra, a dominação política e econômica dos homens, as taxas de delinquência juvenil entre jovens homens, os crimes violentos em geral e a direção imprudente. Pesquisas recentes rejeitam esta visão, argumentando que a biologia é um componente dinâmico da nossa existência e não um determinante de via única.

Entendo masculinidade, por sua vez, como construção social, histórica, não fixa. Agrada-me a ideia de uma masculinidade hegemônica, mas que convive, não sem tensões e contradições, com outras masculinidades, periféricas ou subordinadas. A masculinidade hegemônica seria um modelo cultural ideal, algo a ser atingido, mas que realmente nunca o é, e que exerce, na forma durkheiminiana, coerção sobre homens e mulheres.

Assim, como destacou Moore (1988), o recente trabalho da antropologia tem enfatizado que é um engano imaginar sociedades com apenas um modelo de gênero e

---

<sup>160</sup> Não se pode deixar de dar crédito ao trabalho de Margaret Mead (2009), quando analisa o papel da cultura na construção, definição e desempenho dos papéis sexuais, em *Sexo e Temperamento*.



relações de gênero. O reconhecimento da multiplicidade de discursos provê uma nova direção para a análise de gênero em antropologia e está diretamente ligado a mudanças na compreensão do conceito de cultura. Pode-se, então, falar de diversas masculinidades ou estilos de masculinidade, cada uma correspondendo a diferentes inserções dos homens na política, na economia, na cultura, entre outros lugares (Cecchetto, 2004)

Concordo com Vale de Almeida (1996) que, ao recusar noções como “papel sexual” ou “papel de gênero”<sup>161</sup>, destaca o quanto masculinidade e feminilidade são metáforas de poder e de capacidade de ação, estando assim disponíveis a homens e mulheres. Senão, não se poderia falar de masculinidades nem de transformações nas relações de gênero. Gênero, para o autor, como processo e prática, pode ser apreendido no nível da organização cotidiana, das interações carregadas de poder, das reformulações das narrativas de vida.

Uso a definição de gênero adotada por Rubin (2003), como uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.

Bourdieu (2010) afirma que o fundamento da visão de mundo androcêntrica e da dominação masculina está na organização das coisas e pessoas em *gêneros relacionais*, masculino e feminino. Essa visão institui o falo como símbolo de virilidade masculina e institui a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, hierarquizando-os socialmente. Esta construção arbitrária do biológico legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que, ela mesma, é uma construção social naturalizada.

Concordo com sua afirmação de que este privilégio masculino é uma cilada produtora de tensões permanentes, levadas ao absurdo, produtora de muitas vítimas inocentes, pela imposição do dever da contínua afirmação da virilidade. Assim, livramo-nos, penso, de entender a questão da violência entre os homens como uma simples questão de gênero, mas sintoma de um problema social maior.

#### **4.2.2 A arma como símbolo de status social e da virilidade<sup>162</sup> masculina**

---

<sup>161</sup> Segundo o autor, elas comportariam, implicitamente, uma falsa dicotomia entre corpo e indivíduo, sexo e gênero.

<sup>162</sup> O sentido de “virilidade” aqui é o de “disposição” para a exacerbação do masculino, o combate e

A arma funciona como um símbolo de status social para os jovens que ingressam no mundo do narcotráfico. É comum encontrar, nas redes sociais, perfis virtuais de jovens que, sem mostrar o rosto, ostentam o pesado armamento com que trabalham diariamente em suas funções de soldado do tráfico. Em diversas fotos, mostram-se orgulhosos de portar uma pistola ou um pesado fuzil, por exemplo. A pose característica é apontar a arma para o alto e levantá-la.

Escutei certa vez um destes jovens soldados dizer que “*as minas pira*”, ou seja, algumas meninas, moradoras da favela e outras vindas de fora, se sentiriam atraídas sexualmente por eles quando os viam portando este armamento. A forte presença feminina nos perfis virtuais destes jovens parece confirmar o que dizem. A arma apresenta-se, nestes casos, como uma extensão do próprio falo.

A atração masculina pela arma apresenta-se, da mesma forma, por jovens que ingressam nas forças armadas ou policiais. Multiplicam-se as fotografias em que portam as armas de treinamento e os uniformes militares, sendo que estes podem mostrar seus rostos. O orgulho de estar armado é semelhante.

Isto é um reflexo da construção social ocidental do que é ser homem e do quanto a fabricação desta imagem utilizou-se de material que associa esta identidade à virilidade<sup>163</sup>, à força física, ao poder e até mesmo a violência à constituição biológica masculina. Diversos autores observam que os carros e as armas são, por excelência, os grandes símbolos da masculinidade no mundo atual. No campo que pesquiso, entretanto, posso excluir o carro e considerar a arma como este símbolo máximo. Seus efeitos são sensivelmente notados em nossa sociedade. As duas principais causas externas de mortalidade masculina são os acidentes de trânsito e o homicídio, sendo a maior parte destes causados por armas de fogo (Souza<sup>164</sup>, 2005). Isto mostra o quanto o impossível ideal de virilidade traz consigo tanto sofrimento, violência e vulnerabilidade.<sup>165</sup>

Estas formas de “coragem” e demonstrações de virilidade e “disposição” para o

---

exercício da violência.

<sup>163</sup> Bourdieu (2010) destaca que as manifestações da virilidade se situam na lógica da proeza, da exploração, do que traz honra.

<sup>164</sup> A autora destaca também que atualmente, no Brasil, grande parte dos jovens assassinados são vítimas de outros jovens com perfil socioeconômico e cultural semelhante.

<sup>165</sup> Uma forma socialmente aceita de catarse da virilidade masculina e que tem conseguido cada vez mais adeptos e atenção midiática são as lutas chamadas de “vale tudo”.

combate são fortes nos grupos aos quais pesquisa –exército, polícia e tráfico-, “instituições totais”. Um dos aspectos que as reforça é o medo de perder a estima e a “consideração” do grupo caso esta virilidade seja negada, criticada ou não apresentada nos momentos de confronto e entre os ritos institucionais.

Um dos elementos mais importantes do combate é o pós-combate quando o grupo reunido, cansado e machucado, constrói narrativas da luta, onde o elemento central são os valores da masculinidade viril demonstrados contra os inimigos. Esta virilidade é, portanto, relacional e construída diante de outros homens e para outros homens (Bourdieu, 2010).

#### **4.2.3 Segurança pública é coisa de homem<sup>166</sup>**

Assim como Bonetti (2003) se utiliza da análise de Butler (1998) sobre a constituição do sujeito autorizado e legitimado da política como o “sujeito ocidental masculinizado” transponho a questão à atribuição de sentido de gênero à segurança pública, sempre associada àquilo que é próprio do masculino na cultura ocidental: força, agressividade, dureza, racionalidade e virilidade<sup>167</sup>.

Oliveira (2010), em uma etnografia sobre um grupo de policias militares, na cidade do Rio de Janeiro, observa o quanto a compreensão da violência policial passa necessariamente pela análise do corpo e da masculinidade. Nota a associação entre o corpo “malhado” e a disposição para o enfrentamento da criminalidade, numa associação entre o corpo e um ideal de masculinidade comum à instituição policial. Destaca, também, o quanto a Polícia Militar é uma instituição que reforça os valores masculinos disponíveis e o quanto sua estrutura é construída a partir de valores masculinos, de forma que ser policial seria coisa para “homens de verdade”<sup>168</sup>. Assim, haveria uma crença social de que somente os homens podem resolver o problema da violência na sociedade.

---

<sup>166</sup> “As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos (...), em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos da honra” (Bourdieu, 2010, p. 62)

<sup>167</sup> O gênero masculino, como observou Souza (2005), ainda é marcado por práticas machistas e de risco que essas práticas são as mesmas que constituem os homens como principais vítimas da violência.

<sup>168</sup> Há relatos de policiais mulheres que são advertidas a não se feminilizarem demais para o trabalho, evitando roupas justas e o “ficar gostosa”. Recomenda-se calças largas e pouca, ou nenhuma, maquiagem.

O outro lado da moeda também se aplica, como observou Minayo (2005). No mundo da criminalidade o protagonismo é masculino, o do *macho violento*, e na ideia do masculino como lugar da iniciativa, do poder da imposição da vontade. Não concordo, entretanto, com sua afirmação de que esta performance violenta não é, necessariamente, contra um rival específico, exteriorizando-se no exibicionismo, na vanglória, no prazer do domínio e na imposição da crueldade *per se*. Não somente entre jovens traficantes, mas entre outros agentes da criminalidade violenta, o policial é o rival por excelência. Não são poucos os casos de assaltos que se transformam em execuções quando se descobre que a vítima é policial, ou, por vezes, simplesmente militar das Forças Armadas. Moradores de certas localidades escondem, muitas vezes, que são policiais a fim de se protegerem da violência de seus inimigos.

O exibicionismo bélico não acontece como um fim em si mesmo e a imposição da crueldade, como no caso dos suplícios<sup>169</sup>, tem uma função ritualística e importante papel na perpetuação do medo e do domínio de certo território e certas populações. Estes jovens desenvolvem, segundo Zaluar (2004), o etos guerreiro, conceito desenvolvido antes por Norbert Elias (1992), que os torna insensíveis ao sofrimento alheio, orgulhosos de infligirem violações ao corpo de seus rivais.

Se, por um lado, o exército é associado aos valores do masculino e tem todas as suas instituições e valores como exaltação da masculinidade viril, a instituição policial parece ir mais além, especialmente quando se trata do temido BOPE. Se o exército e a polícia, em diferentes graus, exercem uma dominação masculina; o BOPE exerce uma dominação hiper-masculina.

“*Os homi tão chegando*” é a expressão recorrente dos traficantes armados quando o BOPE entra na favela, com sua habitual truculência e temida “eficiência” no combate urbano. Os soldados do BOPE usam touca “ninja”, farda preta, armamento de guerra, seu símbolo é uma caveira e o seu carro de guerra é o “caveirão”. A entrada na favela se dá de forma rápida e “eficiente”. Quando há combate, normalmente, as baixas são bem maiores no lado inimigo. Ao contrário da imagem heroica talhada pelo cinema, especialmente no filme “Tropa de Elite”<sup>170</sup>, o BOPE é temido nas favelas por suas incursões violentas, execuções, invasões de domicílios sem mandato e torturas.

---

<sup>169</sup> Dramatização da execução de inimigos, informantes ou “traíras” (traidores). As vítimas são submetidas a um longo e dramático processo de torturas, espancamentos e terror psicológico antes da morte.

<sup>170</sup> Dirigido por Jose Padilha em 2007 e premiado com o Urso de Ouro no Festival de Cinema de Berlim.

#### 4.2.4 A feminização do inimigo

O relato de tortura que apresentei, ocorrido no dia da ocupação/invasão, simboliza de forma cruel a hipermasculinidade violenta do BOPE. Ao penetrar com um cabo de vassoura o ânus do suposto inimigo, mais ainda do que provocar sofrimento físico, os torturadores querem tortura-lo psiquicamente. Violentá-lo física e simbolicamente, feminizando-o, e mostrando concretamente que nessa guerra de homens viris, o mais macho é aquele que além da vencer a batalha, faz do inimigo “mulherzinha”<sup>171</sup>. Ganha quem tem mais “disposição” e é “homem de verdade”.

Como afirmou Bourdieu (2010), a penetração, sobretudo quando exercida sobre um homem, é uma das afirmações da *libido dominandi*, uma manifestação de potência e um ato de dominação que afirma a superioridade “feminizando” o outro<sup>172</sup>. Assim, sob o ponto de vista das configurações de poder e dominação masculina, a pior humilhação, o maior rebaixamento, para estes homens, é ser transformado em mulher- ainda mais tendo como autor desta transformação os hiper-masculinos e violentos “homi” do BOPE.

Fry (1982) demonstra o quanto, na cultura brasileira, a ideia de homem está conectada a aspectos de dominação e submissão, ao ser “ativo” ou “passivo”. Aquele que “penetra”, não importa quem, são homens. Os que são penetrados são “bichas”.

#### 4.2.5 Considerações sobre as mulheres policiais das UPPs

Aqui, trago o terceiro fato: a primeira vítima, morta em serviço, entre os policiais de UPP foi uma mulher. Ela tinha 30 anos, lotada na UPP da Nova Brasília, e estava na Polícia Militar há quatro meses. Ela foi atingida enquanto lanchava, do lado de fora da unidade, quando traficantes atacaram a tiros a base, que fica ao lado de uma estação do teleférico. A soldado Fabiana foi, segundo consta, a primeira mulher policial

---

<sup>171</sup> Processo que guarda algumas semelhanças com o da violência sexual na cadeia descrito por Silva (1997).

<sup>172</sup> Também destaca que, entre os gregos, ela leva o penetrado à desonra e à perda do estatuto de homem íntegro e cidadão. Ceder à penetração era uma ab-rogação simbólica do poder e da autoridade.

morte em serviço na instituição.

Durante uma das tardes que passei na UPP Nova Brasília pude conversar com duas policiais. Ambas estiveram presentes no dia do ataque.

Paula, 23 anos, noiva, mora em Campo Grande, licenciada em Educação Física, evangélica. Entrou na polícia em época que tentava ser aprovada em concursos públicos. Disse não pretender continuar por muito tempo na instituição. Trabalhava no administrativo e não se via no operacional. Afirmou ter medo e não possuir o perfil para tal trabalho. Não tinha o menor envolvimento com o “policiamento de proximidade” e evitava até mesmo fazer suas refeições fora da base.

Flávia, 22 anos, solteira, possui ensino superior incompleto, católica. Entrou na polícia quando tentava ser aprovada em concursos públicos. Cursava direito à época, mas não continuou o curso. Afirmou gostar de ser policial e pretendia continuar na polícia. Não via com maus olhos se fosse transferida para o operacional.

Sobre o dia do ataque, contam que ficaram “*apavoradas*”. Paula pensou em abandonar imediatamente a polícia. Achavam que estavam de alguma forma protegidas e seguras por serem mulheres, já que jamais uma policial havia sido morta em serviço na história da corporação. Afirmaram não haver um dia de serviço, desde então, tendo se passado um ano do dia do ataque, em que não pensassem no ocorrido e que não se sentissem tensas com a possibilidade de outro ataque ocorrer. Os dias mais calmos e silenciosos eram os mais temidos. “*Estava uma calma, um silêncio...uma paz celestial*” antes do ataque.

Afirmaram não se sentirem discriminadas por serem mulheres na instituição policial. Reproduziam, todavia, a ideia de que os homens são melhor preparados para atuar no operacional, por causa de sua estrutura física e por que “*mulher é mais medrosa*”.

Conversei também por mais de duas horas com a policial Leila, relações públicas da UPP Nova Brasília, e a conversa foi estimulante e enriquecedora para a pesquisa.

Por volta de 30 anos, evangélica de tradição batista, moradora de uma favela “não pacificada” próxima. Formada em direito e com Pós-graduação em mediação de conflitos, diz sofrer mais preconceitos internos por causa de sua formação do que pelo fato de ser mulher.

Via a Polícia Militar como uma instituição masculina que não sabe bem como

lidar com as mulheres. Reclamou dos uniformes, que não são adequados para o corpo feminino, mas também criticou as policiais que se “feminizam” em excesso para o trabalho, como o uso de argolas, cabelos que não estejam com coque e calças apertadas. Não gostava de ser chamada de FEM, pois segundo ela o termo trazia conotações pejorativas. Em muitos contextos, FEM, segundo ela, traz a ideia de subcategoria ou de “mulher fácil que se aproveita do sexo para conseguir vantagens na carreira policial”.

Leila via a “UPP como uma figura feminina, uma grande mãe, que, como toda mãe, por vezes, precisa ser dura para o bem do filho”. A UPP, para ela, seria uma feminização da segurança pública ao trazer valores femininos que substituem a violência de certos valores masculinos. Afirmou dividir opiniões dentro da UPP: para alguns, como os oficiais, exercia importante papel na mediação institucional e relações internas e externas; para alguns operacionais, era chamada de “tia” ou “mãe de ganso<sup>173</sup>” e acusada de “passar a mão na cabeça de marginal”.

Leila chegou a trabalhar brevemente no operacional, mas logo foi destacada para sua atual função, na qual disse que se encontrou. “Eu amo o Complexo do Alemão”. Em sua função, fazia a mediação institucional com as associações de moradores, os comerciantes, os religiosos, assim como mediava as permissões para realização de eventos.

Ela também esteve presente no dia do ataque e contou que foi difícil viver aquele momento. Uma possível motivação para o ataque teria sido a tentativa dos traficantes de assassinar uma policial conhecida como “caveirão”, cuja “cabeça valia 5 mil reais na Praça do Terço”. Ela havia “esculachado” e batido em moradores e sua presença não era mais aceita pelos traficantes.

A figura da “caveirão” é apontada como simbólica para se compreender a hipótese da complexa feminização da UPP. “Ela era uma negra, grande, forte, gorda, maior que muito homem daqui ...e dava medo. Ela era mais braba e mais macho que muito homem daqui”. Para Leila, a truculência desta policial trazia um desconforto inaceitável para quem sofria suas ações. Seu tipo físico masculinizado e seu comportamento agressivo seriam melhor aceitos se fossem vindos de um homem, mas não de uma mulher policial na UPP, na qual se esperaria toda a mudança da violenta ação policial, a qual a favela tanto presenciou.

Leila também contou que, nas patrulhas, a presença feminina provocava reações

---

<sup>173</sup> “Ganso” é um apelido que policiais dão a jovens envolvidos no narcotráfico.

próprias. Por exemplo, quando o policial homem levantava a voz ou agia violentamente contra outro homem, imediatamente o morador olhava para a policial esperando que surgisse dela o contraponto à brutalidade. Durante uma patrulha, um policial “*deu tapa na cara de um morador*” que, imediatamente, a encarou, esperando que ela o defendesse. Se este tapa tivesse sido proferido pela policial, a humilhação do morador seria ainda mais profunda, devido, primeiramente, aos profundos valores machistas que organizam sua cultura e, segundo, por essa agressão vir daquela figura a qual se esperaria exatamente o contrário.

#### **4.2.6 A feminização da Segurança Pública?**

Todas as reformulações sociais e conflitos políticos, na medida em que envolvem a reconfiguração das relações de poder, provocam também, de alguma forma, uma reformulação nas relações de gênero. Entretanto, estas reformulações não deixam de, por si mesmas, acontecerem sem profundas crises e violências.

De uma forma mais desencantada –ou realista, ou pessimista, dependendo do ponto de vista- Bourdieu pensa que, pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas carentes de esclarecimento, mas nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, somente uma ruptura da relação de cumplicidade das vítimas da dominação com os dominantes pode efetuar uma transformação das condições sociais responsáveis por esta dominação.

O projeto da UPP como policiamento de proximidade, acompanhado da UPP social, programa da Prefeitura do Rio de Janeiro, cuja estratégia é: “a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades de polícia pacificadora (UPPs). A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios e para isso coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial nesses espaços.”<sup>174</sup>,

---

<sup>174</sup><http://www.uppsocial.org/programa/>



representa uma nova forma de relação da polícia com os moradores da região.

Antes da UPP, o policial era aquele que aparecia sorrateiramente para receber as propinas do tráfico ou violentamente<sup>175</sup> para enfrentar o tráfico e “retomar” o território. A relação com os moradores era, ou de distância, ou através de abordagens que incluíam, algumas vezes, humilhações, agressões e outros desrespeitos.

Agora, o modelo de policiamento e relação da polícia –levando sempre em consideração que a “polícia” é o “policial” que se aproxima- com os moradores e com o território é completamente distinto de tudo aquilo que a cidade conheceu. Este policial-que promove cafés-da-manhã comunitários, que solicita, a seu modo, a escuta das demandas dos moradores, que, pelo menos em termos de proposta institucional, está aberto a receber críticas e tratar o morador como um cidadão, com todas as implicações desta palavra- é um “policial novo”. É um policial que se aproxima e instaura um modelo de gestão que propõe uma vida melhor para o local. Assim se apresenta, teoricamente, o projeto estatal do policiamento de proximidade.

A UPP social, por sua vez, como é proposta, tem por objetivos: “contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios; efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade.”<sup>176</sup> No site da UPP Social encontra-se a referência à expressão “vamos combinar” que “significa definir entre o poder público e a comunidade compromissos e responsabilidades compartilhadas. A partir destes combinados, e com um sistema de governança que compatibiliza as demandas de moradores com a oferta de serviços públicos e a capacidade de execução dos órgão municipais, é possível estabelecer e cumprir metas para ampliar e qualificar a cobertura de serviços na cidade.”<sup>177</sup>

Gestão, governança são as expressões/conceitos utilizados e, apesar da UPP Social não ser a polícia e seus gestores e funcionários não serem policiais, chama a atenção seu nome: UPP, Unidade de Polícia Pacificadora... social. São palavras que foram escolhidas e, por isso, carregadas de sentido. Aqui, encontra-se o casamento dos conceitos de segurança pública e cidadania, ou seja, em termos foucaultianos, mais uma vez, a polícia como gestora da cidadania da favela.

---

<sup>175</sup> Especialmente no caso do BOPE.

<sup>176</sup> <http://www.uppsocial.org/programa/>

<sup>177</sup> idem

Mais do que resolver o problema da criminalidade, a UPP é um projeto político que almeja gerir a vida das pessoas em um determinado território, em áreas muito mais amplas do que a da segurança pública. Empregabilidade, conflitos familiares e entre vizinhos, comércio, educação, saneamento básico, cultura, religião, entre outros. Ela quer integrá-las e adequá-las ao estado, num verdadeiro “processo civilizador”. Mais do que a força de repressão que antes a caracterizava, a polícia agora se mostra como força de gestão, uma gestão pastoral (Foucault, 2008). Trata-se, evidentemente, de um modelo ideal cuja dinâmica de implantação e funcionamento, assim como sua eficácia, dependem do perfil de cada favela em que é implantado.

Observar estas mudanças estratégicas impõe, também, levar em consideração a preparação da cidade para os megaeventos esportivos dos próximos anos.

O que proponho, entretanto, é olhar estas mudanças a partir de uma perspectiva de gênero. A UPP propõe, teoricamente, uma “desmasculinização” da forma brutal que a segurança pública no Rio de Janeiro sempre lidou com a questão da favela e do favelado. A repressão, a “dura”, a brutalidade, o confronto, a identificação do favelado com o criminoso, a ilegalidade nos procedimentos, pedem lugar, ao menos no modelo idealizado, ao diálogo, à proximidade, ao respeito, à sociabilidade amistosa entre policial e morador, à aproximação com a religião.

A crítica de um policial à UPP foi a seguinte: “*UPP é coisa de veadinho*”. De certo forma, dentro de sua visão grosseiramente distorcida de gênero, ele percebeu o seguinte ponto: a UPP é uma feminização da segurança pública. O modelo pastoral de proximidade se aproxima muito mais daqueles valores culturalmente associados ao feminino na cultura ocidental.

O “caveirão” dá lugar à bicicleta; a forte presença masculina cede espaços de liderança a policiais mulheres; o confronto e o medo dão vez aos cafés-da-manhã; a “dura”, às reuniões comunitárias que tentam dar voz às demandas dos moradores; o medo à aproximação. Não quero dizer que a UPP é a forma feminina de segurança pública, mas sim uma abertura teórica, a partir de uma perspectiva de gênero, aos valores atribuídos culturalmente ao feminino.

Décadas de afastamento e violências, todavia, construíram uma cultura de violenta dominação masculina que não sai de cena apenas com uma assinatura de um governador ou de um secretário de segurança pública. Aquilo que é proposto no modelo teórico, pelo menos no Complexo do Alemão, não acontece, de fato. A tensa situação entre os dois modelos de gestão policial, que se alternam conforme os conflitos acontecem, não deixou de cobrar seu sacrifício. Poucas semanas após a saída do exército, morre a soldado Fabiana. O BOPE, e sua violenta hiper-masculinidade, foi acionado pelas UPPs do Complexo do Alemão, sempre que as tensões aumentaram. O “vamos combinar?”, slogan da UPP social, funciona enquanto quem combina é o policial, especialmente os comandantes das UPPs que atuam como verdadeiros governantes e, por vezes, xerifes das favelas. Quem deve aceitar o combinado é o morador. Combinar, no Complexo do Alemão, envolve poucos âmbitos de negociação, mas a imposição do modelo de gestão que mais agrada ao gosto do comando da UPP. Afinal, como disse um dos comandantes, “*se eles não se comportarem, chamo o BOPE*”.

*“Os homi tão chegando”.*

## CONCLUSÃO

Nesta pesquisa empreendi uma análise de diferentes formas de ação do estado e seus agentes no conjunto de favelas do Complexo do Alemão, zona norte da cidade do

Rio de Janeiro, desde a ocupação do “território” pelo Exército Brasileiro, de novembro de 2010 a junho de 2012, até o primeiro ano de funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora instaladas logo em seguida.

Encontrei vários “Complexos do Alemão”: aquele dos moradores de cada uma das diferentes favelas que o formam; aquele construído pelo imaginário e retórica cristãos; aquele ocupado pelo exército e visto/gerido de uma determinada forma por uma instituição militar; aquele das organizações não-governamentais locais; aquele do policiamento de “proximidade” das UPPs; aquele dos diferentes discursos do(s) estado(s); aquele dos defensores dos direitos humanos; aquele construído pelas mídias de grande circulação; aquele construído pelas mídias locais. Minha etnografia se desenvolveu multiplamente em todas estes locais físicos, imaginários e/ou virtuais e seus respectivos sistemas de conhecimento.

Num primeiro momento, analisei diferentes narrativas e tentei reconstruir a partir de diferentes vozes a grande operação conduzida por instituições e agentes do estado, que culminou na ocupação militar dos Complexos do Alemão e da Penha. Apontei o quanto a imprensa exerceu notável contribuição na constituição de todo um cenário de medo e terror, e como a cobertura destes eventos foi efusivamente de *apoio acrítico às operações dos agentes do estado, de tal forma que a cobertura jornalística se transformou numa propaganda do/de estado e suas ações*. A ação conjunta dos discursos dos agentes do estado na construção de verdades sobre a situação que se dava na cidade e o tom adotado pela imprensa para noticiar os eventos contribuiu para a construção de um cenário de terror que não somente justificaria mas necessitaria de saídas de emergência e estados de exceção. Este cenário se torna um espetáculo ritual de exibição de poder e glória do estado, transmitido para milhões de pessoas através dos meios de comunicação de massa. Esta performance do estado se mostra como uma mega operação de guerra que culminou na ocupação do território dos Complexos do Alemão e da Penha.

Após a grande operação de invasão/ocupação, o território foi ocupado militarmente pelo Exército Brasileiro. O acordo inicial de ocupação seria do início de dezembro de 2010 até o final de 2011, mas por pedido do governador Sérgio Cabral, acatado pelo governo federal, o exército permaneceu no território até o dia 30 de junho de 2012, quando a polícia assumiu suas funções através das seguintes Unidades de

Polícia Pacificadora (UPPs): UPP Fazendinha, UPP Adeus/Baiana, UPP Alemão, UPP Nova Brasília, UPP Vila Cruzeiro e UPP Parque Proletário.

Analisei a forma como militares acionaram certas redes religiosas para contribuir em seu governo das populações locais, e como estas redes religiosas viram na aproximação com o exército uma oportunidade de participação em estâncias inéditas de decisão e poder. Assim, procurei mostrar como atores religiosos, especificamente ligados às redes evangélicas pentecostais, tiveram importante protagonismo naquilo que foi chamado de “pacificação” do Complexo do Alemão e como foram acionados pelos agentes do estado para serem aliados neste processo, onde diferentes projetos redentores se se aliaram, o do estado e o do cristianismo. Esta parceria foi possível porque, de alguma forma, a “missão” de ambos é uma missão de “libertação” moral das populações locais, seja do tráfico e das drogas, seja do funk e da sexualidade “imoral”, da “incivilidade”, da “falta de lei” e da informalidade. Trabalhei com a hipótese de que a proximidade e a aprovação das igrejas às UPPs e ao Exército Brasileiro estão no fato de que o modelo de gestão é um modelo pastoral, cuja origem é o Cristianismo. A “pacificação” parece ser uma pastoralização cristã, como modelo de gestão de corpos, da segurança pública. Seu projeto se harmoniza com o projeto cristão local. Esta hipótese pareceu se materializar no chamado gabinete de gestão integrada, onde se materializou uma possível gestão do território conduzida por líderes religiosos cristãos tutelados politicamente pelo exército que, naquele momento, geria o território como braço armado do estado. O Gabinete foi transmitido a polícia militar, que não deu continuidade ao processo.

Após a saída do exército, o território do Complexo do Alemão passou a ser policiado por quatro Unidades de Polícia Pacificadora. As UPPs traziam em seu conceito a ideia de ocupação policial permanente associada a algumas práticas do policiamento comunitário. Seu objetivo principal seria o da retirada das armas no lugar da erradicação do tráfico de drogas. Analisei, por fim, formas pelas quais os agentes do estado gerem a nova forma de ocupação do território<sup>178</sup> através das UPPs. Entendo a ação destes agentes como determinadas por dispositivos de controle que objetivam uma gestão moral da vida e do cotidiano das populações locais, que vai além do controle das

---

<sup>178</sup> Reconheço que chamar a região de “território do Complexo do Alemão” pode reforçar a exclusão e a estigmatização históricas daquelas favelas, já que o termo não é usado para tratar de outras regiões da cidade. Por exemplo, fala-se de “região”, “jurisdição” e “zona” quando se trata de outras regiões da cidade como Barra da Tijuca, Leblon ou Jacarepaguá. Contudo, já que este trabalho se propõe a analisar a ação do estado e os agentes e instituições do estado se utilizam amplamente do termo, resolvi adotá-lo, sempre entre aspas.

armas e da repressão ao tráfico de drogas.

Num primeiro momento, investiguei três situações aos quais considero simbolicamente relevantes para o entendimento das tensões, aproximações e resistências do encontro das populações locais com certos agentes do estado, os policiais militares: a negociação para liberação de eventos culturais; as abordagens policiais àqueles que têm "atitudes suspeitas"; e as patrulhas realizadas pelos GTPPs (Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade) em busca de drogas e armas pelos becos e vielas do território. Nestas situações ficam evidentes os tipos de dispositivo de representações da criminalidade, de controle e gestão moral da vida destas populações que vivem às margens construídas pelo próprio estado. Na abordagem, encontra-se o agente do estado na sua forma mais crua e abusiva, ao suspender a lei em nome da lei e da segurança; nas negociações para liberações de ventos, o agente paternalista e "civilizador", imbuído da missão de gerir a moral e os costumes das populações faveladas; por fim, nas interações das patrulhas, o estado em sua forma de drama ritual, mostrando para si mesmo e para os outros o que é ser um agente do estado em ação nas margens deste mesmo estado.

Na segunda parte, fiz um recorte de gênero, no campo da masculinidade, a partir de observações do campo. Desta forma, pretendi entender alguns aspectos que considero vitais para a discussão dos dispositivos acionados pelo estado na ocupação e gestão das populações faveladas em território sob controle das UPPs. Parti da hipótese de que há um profundo dilema de gênero na forma como a segurança pública da cidade do Rio de Janeiro tem sido conduzida nos últimos anos. Desta forma, mostrei que a UPP propõe, teoricamente, uma "desmasculinização" da forma brutal que a segurança pública no Rio de Janeiro sempre lidou com a questão da favela e do favelado. Não quis dizer que a UPP é a forma feminina de segurança pública, mas sim uma abertura teórica, a partir de uma perspectiva de gênero, aos valores atribuídos culturalmente ao feminino. Aquilo que é proposto no modelo teórico, contudo, pelo menos no Complexo do Alemão, não acontece, de fato.

Por fim, ao longo deste trabalho, vi o estado assumindo diferentes facetas que se complementaram no objetivo de governar as populações faveladas através de dispositivos particulares. Primeiramente, como o estado teatro, o estado das grandes exposições de poder e glória. O estado que se mostra numa performance espetacular em um casamento com os agentes midiáticos. Durante a ocupação do exército, o estado como projeto redentor das populações faveladas que precisam ser "libertas" do pecado,

do mal, da incivilidade, do funk, da informalidade. Este projetor redentor se encontra com outros projetos redentores, especialmente, neste caso, o projeto redentor cristão. Depois, o estado na forma da polícia, em suas microperformances no policiamento local em relação com o tráfico de drogas e na gestão moral e política do cotidiano das favelas através das UPPs e seus comandantes, que se configuram em verdadeiros gestores e, por vezes, xerifes, das favelas. Finalmente, o estado em conflito com seus diferentes projetos de gestão da segurança pública, que foram vistos a partir da ótica de diferentes masculinidades.

Enquanto encerro a escrita deste trabalho, o governador do estado do Rio de Janeiro pede auxílio novamente ao Governo Federal para uso de forças militares nas favelas cariocas. No último ano, o projeto das UPPs, inicialmente aclamado como a grande solução para o problema da segurança pública em território nacional, entrou numa profunda crise interna e externa.

Alguns fatores contribuíram para esta crise: O aumento dos confrontos armados entre policiais e traficantes nas favelas ocupadas pelas UPPs, assim como o arrefecimento do tráfico de drogas nelas –que, de fato, nunca acabou; a morte de policiais nestes confrontos contrasta com a imagem veiculada das UPPs como policiamento de proximidade; a violenta ação policial durante as manifestações populares acontecidas no ano de 2013, assim como na greve dos professores municipais do mesmo ano, maculou ainda mais a imagem da polícia militar; por fim, a importância simbólica do “caso Amarildo”, ocorrida na UPP da Rocinha, onde um auxiliar de pedreiro desaparece e depois se descobre que foi torturado e morto dentro da sede da UPP, tendo entre seus torturadores e assassinos, o próprio comandante da Unidade, que era um dos mais “respeitados” dentre os seus pares, assim como seu modelo de gestão.

Esta pesquisa se encerra com a notícia da ocupação militar do Complexo da Maré, onde foi expedido pela justiça um mandado coletivo que autoriza os policiais a revistarem a casa de todos os moradores destas favelas. Este mandado confirma a tendência apontada neste trabalho do governo através do “estado de exceção”, assim como a construção da imagem dos moradores locais como, numa coletividade que anula os direitos individuais, potencialmente suspeitos de serem criminosos. A fim de evitar os “saques” ocorridos no Complexo do Alemão, somente os delegados poderão fazer esta revista. Ao que tudo indica, o Complexo da Maré parece repetir, quatro anos depois, o que ocorreu no Complexo do Alemão. Surge, assim, outro foco de todo mal.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2ª. Ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.



\_\_\_\_\_. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo, Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. 2ª. Ed. São Paulo, Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo?. *Outra travessia*. Santa Catarina, volume 5, p.9-16, 2005.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. Tradução: Graça Índias Cordeiro. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.

ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari- Uma favela Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AQUINO, Jania Perla de. *Príncipes e castelos de areia: um estudo da performance nos grandes roubos*. São Paulo, Biblioteca 24x7, 2010.

AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: A História Secreta do Crime Organizado*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

ASAD, Talal. *Formations of the secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford, California, Stanford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. *Genealogies of religion*. Baltimore, Maryland, The John Hopkins University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. A construção da religião como categoria antropológica. Tradução de Bruno Reinhardt e Eduardo Dullo. *Cadernos de campo*. São Paulo, n. 19, pp. 263-284, 2010.

\_\_\_\_\_. Where are the margins of state? *Anthropology in the margins of the state/* edited by Veena Das e Deborah Poole. Santa Fe, Novo Mexico, School of American Research Press, p. 279-288, 2004.

BERGER, Peter. *A Desseccularização do mundo: uma visão global*. Religião e Sociedade, ISER, Rio de Janeiro, 21(1): 9-24, 2000.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010.

BIRMAN, Patricia. Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*. ISER, 2012, vol.32, n.1, pp. 209-226.

\_\_\_\_\_. Favela é comunidade?. In MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

\_\_\_\_\_ & MACHADO, Carly. *A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole*. RBCS Vol. 27 n° 80 outubro/2012.

BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu* (20) 2003, pp.177-203.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner -9ª. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Rever – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, PUC-SP, n.4, p. 27-45, 2001.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pósmodernismo”. *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades*. – (11), Campinas, 1998.

CABANES, Robert [et all] (orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. Tradução de Fernando Ferrone e Cibele Saliba Rizek. São Paulo, Boitempo, 2011.

CASANOVA, José. O problema da religião e as ansiedades da democracia secular europeia. *Rever –Revista de Estudos da Religião*, dezembro, 2010. Pp. 1-16.

CASTRO, Celso. Em campo com os militares. In: CELSO CASTRO; PIERO LEIRNER (Orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*.

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Espírito Militar: Um Antropólogo na Caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

CHATTERJI, Roma & MEHTA, Deepak. *Living with violence: na anthropology of events and everyday life*. Routledge, UK, 2007.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo, Nova Cultural, 2002.

DAS, Veena. *Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India*. Nova Delhi, Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. The state and its margins. *Anthropology in the margins of the state/* edited by Veena Das e Deborah Poole. Santa Fe, Novo Mexico, School of American Research Press, p. 3-34, 2004.

DE L'ESTOILE, B. Ciência do Homem e Dominação Racional. In de l'Estoile, B., Neiburg, F. e Sigaud, L. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 2003, pp. 61-93.

DEBER, Giulia D. Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). *A Aventura Antropológica, Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DUARTE, Mario Sérgio. *Liberdade para o Alemão: O Resgate de Canudos*. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna Ltda., 2012.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo, Paulus, 1989.

\_\_\_\_\_. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Editora Martin Claret, 2001.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992.

ESPERANÇA, Vinicius. “Aviso: não dê dinheiro ao falso profeta, ligue para a UPP”: poder divino e poder armado no Batan. In *Unidades de polícia pacificadora: debates e reflexões*, organizado por André Rodrigues, Raíza Siqueira e Mauricio Lissovsky, Rio de Janeiro, ISER, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Tradução: Ana M. Goldberger Coelho. 3ª. Ed., São Paulo, Perspectiva, 2008.

FAUSTO-STERLING, A. *Myths About Gender: Biological Theories About Women and Men*. New York, Basic Books, 1985.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: o repertório da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, Jan./Abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Margens da política, fronteiras daviolência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, 79: 201-233, 2010.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora UNESP, CEM, CEBRAP, 2011

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GEERTZ, Clifford. *Negara: the theatre state in nineteenth-century Bali*. New Jersey, Princeton University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In BELA FELDMAN-BLANCO (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo, 14<sup>a</sup>. Ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

GRECO, Rogério. *A retomada do Complexo do Alemão / Rogério Greco, André Monteiro, Eduardo Maia Betini*. Niterói, RJ, Impetus, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. São Paulo, Editora Revista dos tribunais, 1990.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu* 5(2), Campinas, 1995.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta Volver: Um Estudo Antropológico sobre a Hierarquia Militar*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

LEITE, Márcia. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, n. 44, 2000.

LEITE, Marcia Pereira; MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Violência,

Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *Sociedade e Estado*. 22(3): 545-591. 2007.

LIMA, Carlos Alberto de. *Força de Pacificação: Os 583 Dias da Pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão*. Rio de Janeiro, Agência 2a Comunicação, 2012.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo, Boitempo, 2005.

LUCAS, George R. *Anthropologists in arms: the ethics of military anthropology*. Altamira Press, United Kingdom, 2009.

MACHADO, Carly. "É muita mistura": projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*. Vol. 33, no. 2, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. *Projetos de Pacificação do Rio de Janeiro: dimensões morais, políticas e religiosas*. Texto apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, no Grupo de Trabalho: GT09 – Antropologia das Moralidades, de 10 a 13 de julho de 2011-Curitiba, PR.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A política na favela. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* 4( 4): 699-716, [1967] 2011.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_ (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os

Pensadores. São Paulo, Abril, 1976.

MARCUS, George E. *Ethnography through thick & thin*. New Jersey, Princeton University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ethnography in/of the world system: the emergence of the multi-sited ethnography*. Annual Review of anthropology, vol. 24, pp.95-117, 1995.

\_\_\_\_\_. *Muti-sited Ethnography: Five or Six Things I Know About It Now*. Trabalho apresentado no *Problems and Possibilities in Multi-sited Ethnography Workshop*, 27-28 junho 2005. University of Sussex. 2005.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. *Civitas*. Porto Alegre v.11, n.2, p.238-258, mai-ago, 2011.

MARRE, Jacques Léon. História de Vida e Método Biográfico. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.3, n. 3, p. 55-88, jan/jul, 1991.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. Tradução: Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços Perigosos Entre Machismo e Violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1): 18-34, 2005.

MINAYO, M. C. de S. & SOUZA, E. R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde— Manguinhos*, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Exposição apresentada à mesa redonda: “*Violência no público e no privado*”, realizado em 17 de abril de 1995, no IUPERJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Avançados*. 21(61): 139-157, 2007.

\_\_\_\_\_. *Malandros, marginais e vagabundos: acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Instituto Universitário

de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Iuperj, mimeo, 1999.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, ISER, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, 2012.

MOORE, Henrietta L. *Understanding sex and gender*. In: INGOLD, Tim. (ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. O Corpo como Significado ou o Significado do Corpo: Poder, Violência e Masculinidade na Polícia Militar. *Vivência* (35): 101-118, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução: Enil Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP, Pontes, 1990.

POOLE, Deborah. Between threat and guarantee; justice and community in the margins of the peruvian state. *Anthropology in the margins of the state/* edited by Veena Das e Deborah Poole. Santa Fe, Novo Mexico, School of American Research Press, p. 35-66, 2004.

PRICE, David H. *Weaponizing anthropology*. California, Counter Punch, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. in: SIMSON, Olga Moraes Von. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: vértice, 1988. P. 14-43.

*O Pesquisador, o Problema da Pesquisa, a Escolha de Técnicas: Algumas reflexões*. São Paulo: CERU, 1992. P. 13-29 (Coleção Textos, série 2, n. 3).

RAMOS, Silvia. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro* / Silvia Ramos, Leonarda Musumeci; com artigos de Paul Amar e Marcelo Paixão. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.



ROBBEN, Antonius C. G. M. The politics of truth and emotion among victims and perpetrators of violence. In: Carolyn Nordstrom e Antonius C. G. M. Robber (orgs). *Fieldwork under fire: contemporary studies of violence and survival*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1995.

RODRIGUES, André & SIQUEIRA, Raiza. As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro in *Unidades de polícia pacificadora: debates e reflexões*, organizado por André Rodrigues, Raíza Siqueira e Mauricio Lissovsky, Rio de Janeiro, ISER, 2012.

ROSE, Nikolas & Peter MILLER. "Political Power beyond the State: Problematics of Government." *The British Journal of Sociology* 43(2): 173-205. 1992.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a "Economia Política" do Sexo. *Cadernos Pagu*, n. 21, pp. 1 a 64, 2003 (não editado).

SA, Leonardo. A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 - n<sup>o</sup> 2 - ABR/MAI/JUN 2011 - pp. 339-355.

SCARANGELLA, Linda. *Multi-sited ethnography and the anthropological study of tourism*. Online paper presentation for the ASA 2007 Conference.

SCHMITT, Carl. *Teología política*. Tradução de Francisco Javier Conde. Madrid, Editorial Trotta, 2009.

SCHMITT, Moacir Fabiano. *O Emprego dos Militares como Vetores de Comunicação Social na Operação Arcanjo V*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Seção de Pós-Graduação do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias como pré-requisito para a obtenção de título de especialista em comunicação social. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Telma Camargo da & RODRIGUES, Maria Luiza & ECKERT, Cornelia. *Apresentação*. Soc. e Cult., Goiânia, v. 14, n. 2, p. 269-273, jul./dez. 2011.

SILVA, Enelé Alcides da. Violência Sexual na Cadeia: Honra e Masculinidade. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis. V.15. n. 21. p. 123-138, 1997.

SLUKA, Jeffrey A. Reflection on managing danger in fieldwork: dangerous anthropology in Belfast. In: Carolyn Nordstrom e Antonius C. G. M. Robber (orgs). *Fieldwork under fire: contemporary studies of violence and survival*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1995.

SOARES, Luis Eduardo e colaboradores. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.

\_\_\_\_\_. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SOUZA. E.R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1):59-70, 2005.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. En P. Evans, D. Rueschemeyer & T. Skocpol (Eds.), *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 169-191. 1985.

TURNER, Victor. *The Anthropology of performance*. PAJ publications, New York, 1987.

\_\_\_\_\_. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pintu e Arno Vogel. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, 95: 161-190, 1996.

VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela: Do Mito de Origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, n.º 59, 2009, pp.11-18.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

VITAL, Christina. *Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo socioantropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª. Ed. São Paulo, Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. *Violência, Cultura e Poder*. In: *Violência e Estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_ & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

## ANEXO

“O objetivo deste documento é, pontuar, de acordo com reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2011, as principais demandas e necessidades sociais do Complexo do Alemão. Esta reunião, contou com a presença dos seguintes oficiais: (...). Foi-me solicitado, como pesquisador, e alguém ligado à instituição universitária, sem vinculação política com qualquer ONG ou Associação de Moradores da região, ser um dos interlocutores entre as demandas sociais da comunidade e a ação social do Exército Brasileiro como legado a ser deixado após a retirada de suas tropas e a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora.

A pesquisa de campo efetuou a escuta crítica de diversos atores sociais como moradores, ONG's, Associações de Moradores, líderes políticos e religiosos. O material publicado pelo PAC nos Fóruns Comunitários de Desenvolvimento Sustentável também serviu de base e orientação para as demandas.

Salta, imediatamente, aos olhos do pesquisador, a carência de investimentos que promovam mudanças estruturais na região e que atuem diretamente promovendo uma melhoria na qualidade de vida do morador nas áreas da saúde, da educação, da empregabilidade e da segurança. Reconhecemos que, após décadas de descaso do poder público, não se pode esperar do Exército Brasileiro, como instituição, a solução destas profundas demandas, que não são do seu escopo, nem natureza. Entretanto, transversalmente a estas grandes áreas, há necessidades urgentes nas quais o Exército Brasileiro pode deixar um legado permanente após a retirada das Forças de Pacificação. Pensamos ser louvável a atitude da instituição, na figura do General (...), de buscar a escuta destas demandas e se mostrar sensível e socialmente comprometido, muito além das suas obrigações como gestor da segurança na região.

Entendemos haver um tripé onde uma possível atuação do Exército seria socialmente relevante, melhoraria a relação deste com a comunidade e marcaria historicamente a ocupação da região, tanto pelo lado da instituição Exército Brasileiro, quanto do conjunto de comunidades do Complexo do Alemão.

***Primeiro, o estabelecimento de uma política de segurança que dialogue com a comunidade.*** Podemos enumerar alguns fatos sociais que prejudicam ou simplesmente agem como elementos alarmantes quanto ao futuro da política de segurança na comunidade:

A. A experiência das UPP's já se consolidou o suficiente para que se possa

apontar suas limitações e seus equívocos como política de segurança;

B. A imensidão de área do Complexo do Alemão é um elemento a ser considerado se comparado ao possível efetivo de policiais que serão designados para a região;

C. A reclamação comum das comunidades é que não há realmente uma política de segurança na experiência das UPP's, mas o *modus operandi* é moldado pelo tipo de liderança que é exercida na unidade naquele período;

D. A execução dos fóruns comunitários precisa ser aperfeiçoada de forma que produza uma real e efetiva política de segurança que escute a comunidade e a torne co-gestora da segurança.

Logo, devido à complexidade do Complexo do Alemão e à experiência acumulada das UPP's faz-se necessário um aperfeiçoamento da ação para que ela não resulte num fracasso político e social.

Portanto, sugerimos:

4. A realização de fóruns sociais comunitários com a presença de diferentes setores da sociedade civil com o objetivo de formular uma política de segurança diferenciada para a região. Esse fórum seria conduzido por uma mesa com um representante de cada setor envolvido: Exército, Universidade, Polícia Militar, Poder Público, Comércio, Líder religioso protestante, Líder religioso católico e uma liderança comunitária de reconhecida idoneidade. Seu moto seria: “A política de segurança que nós queremos”. O objetivo desta iniciativa seria produzir um documento de política de segurança, assinado por todos, e que servisse de parâmetro para a atuação da UPP e exemplo para futuras ações semelhantes, e que, também, “empoderasse” os moradores, através de suas lideranças, como gestores da paz;
5. Realização de cursos de treinamento para “gestores da paz”, com ênfase em mediação de conflitos, Cultura de paz, direitos humanos, gestão e captação de recursos para projetos sociais etc.

***Segundo, atuação em demandas urgentes, que são consequência de obras mal executadas ou mal acabadas pelo PAC.***

O PAC iniciado na região está longe de concluir suas obras e promover o desenvolvimento sustentável local, conforme acordado em seus Fóruns Regionais de Desenvolvimento Sustentável. A reclamação constante dos moradores é sobre a demora e a não escuta da comunidade naquilo que seria realmente prioridade. O Teleférico e algumas obras nas ruas principais não atenderam a comunidade em sua maioria e são alvo de muitas críticas, além de ter abandonado muitos escombros, sujeira, casas a demolir e outros dejetos que têm proliferado a presença de ratos e mosquitos, assim como têm causado acidentes. A Avenida Central e a Rua Nova, em Ramos, são exemplos evidentes do descaso nesta questão. Chegando o verão, anuncia-se uma possível e trágica epidemia de dengue e outras doenças relacionadas à presença de lixo e ratos.

Reconhecendo que não se pode esperar nem cobrar do Exército Brasileiro a solução da demanda PAC acreditamos que a instituição pode, ainda assim, atuar beneficentemente em relação à comunidade em algumas demandas urgentes. Portanto, sugerimos:

Uma campanha do Exército contra a dengue, em parceria com entidades comunitárias, através de ações de conscientização, mas principalmente na remoção de dejetos, lixo, escombros e imóveis a serem demolidos que se espalham pela comunidade. Esta ação aproximaria a instituição da comunidade e evitaria uma tragédia na área da saúde pública;

Ações pontuais na melhoria de acessos, calçamentos danificados ou inexistentes, buracos, danos causados pela chuva.

***Terceiro, uma aproximação mais humanitária com o morador, que priorizasse o diálogo e o evitamento de conflitos que não fossem estritamente necessários.***

Alguns fatos apontam a complexidade da relação entre o Exército, especialmente na figura do soldado, e o morador. Reconhecemos que certos confrontos não podem ser evitados e são elemento integrante da atuação de pacificação junto a uma área que por muitos anos foi dominada pelo crime organizado, mas certas evidências mostram que a relação da instituição com a comunidade pode acontecer com mais clareza de princípios, diálogo e sensibilidade cultural. O ensaio deste autor, intitulado “Favela, Exército e Religião”, reflete introdutoriamente sobre a questão.

A relação do Exército com os moradores é tensa e tem produzido contínuos conflitos, ocasionados por falta de habilidade diplomática de ambos os lados. O distanciamento da instituição para com a comunidade tem sido melhorado pela aproximação do Exército, através de sua equipe de capelania, com os líderes religiosos cristãos da comunidade e pode melhorar profundamente a partir da atual iniciativa de escuta e auxílio nas principais demandas sociais da comunidade. O lado mais sombrio dessa relação está no grande número de prisões por desacato e seu tratamento através do Código Penal Militar. Um dado importante é o aumento em mais de 40% das prisões no período de pacificação em comparação à época em que a região era dominada por narcotraficantes armados.

Entendemos que as duas iniciativas anteriores já seriam um grande passo rumo a uma relação mais solidária e humanitária, mas algumas iniciativas podem ser tomadas pelo Exército. Sugerimos:

- I. A publicização, através de palestras com lideranças comunitárias, folhetos e meios de comunicação daquilo que é permitido e proibido, especialmente o que é passível de repressão ou não, na área de atuação do Exército junto à comunidade. A definição pública das regras do jogo, deixando claros os limites de ambos os atores sociais envolvidos, o militar e o morador, é um elemento reclamado e que pode evitar conflitos;
- II. Treinamento mais específico do militar que atua próximo ao público, especialmente na área de mediação de conflitos e no conhecimento da cultura local. Uma queixa constante é a de que a mudança de tropa influencia muito na relação da instituição com a comunidade. Algumas foram muito elogiadas pelo respeito, cordialidade e educação, por exemplo as do sul do país e as de Minas Gerais; outras criticadas por sua agressividade, especialmente a carioca e a paulista;
- III. Abertura de canais de diálogo com a comunidade. Encontros mensais em audiências públicas que dessem voz às demandas comunitárias, assim como locais permanentes de atendimento ao público, em bases localizadas junto à comunidade, onde o morador pudesse receber informações e outros serviços como retirada de documentos, remoção hospitalar, aplicação de flúor, telecursos, corte de cabelo, orientações

quanto ao alistamento e a carreira militar etc;

- IV. Criação de uma ouvidoria que recebesse denúncias de possíveis desvios de conduta por parte dos militares;
- V. Formação de uma comissão mista composta por representantes do Exército, do direito civil e de entidades ligadas aos direitos humanos que estudasse cada um dos processos abertos por crime de desacato a fim de promover uma anistia ampla aos criminalizados, antes da implantação da UPP;
- VI. Incentivo, pelo Exército Brasileiro, ao desenvolvimento local através de parceria com o Fórum de Desenvolvimento Local, bem como no apoio a iniciativas locais de reconhecida idoneidade e eficácia.

Sem mais considerações.

Respeitosamente.

Vinicius Esperança”